

ANDRÉ CAVALLER GUZZI

**AS RELAÇÕES EUA-AMÉRICA LATINA:
MEDIDAS E CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-
AMERICANA PARA COMBATER A PRODUÇÃO E O TRÁFICO DE
DROGAS ILÍCITAS.**

São Paulo
2008

ANDRÉ CAVALLER GUZZI

**AS RELAÇÕES EUA-AMÉRICA LATINA:
MEDIDAS E CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-
AMERICANA PARA COMBATER A PRODUÇÃO E O TRÁFICO DE
DROGAS ILÍCITAS.**

Dissertação apresentada ao programa
interinstitucional (PUC-SP/UNESP/
ÚNICAMP) de mestrado em Relações
Internacionais como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração:
Política Externa.

Orientador:
Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias.

São Paulo
2008

**AS RELAÇÕES EUA-AMÉRICA LATINA:
MEDIDAS E CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-
AMERICANA PARA COMBATER A PRODUÇÃO E O TRÁFICO DE
DROGAS ILÍCITAS.**

A apresentação da dissertação ocorreu na sede do Programa de Mestrado em Relações Internacionais (UNESP – UNICAMP – PUC/SP), Praça da Sé, 108, terceiro andar, São Paulo, no dia vinte e cinco de fevereiro de 2008, às nove horas da manhã.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hector Luis Saint Pierre

Prof. Dr. Rafael Duarte Villa

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias.

São Paulo
2008

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais,
Pela cumplicidade incondicional*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro tanto durante a iniciação científica, realizada em 2005, quanto nos dois anos de realização da dissertação, de 2006 a 2008.

Agradeço à minha orientadora e amiga, Profa Dra Suzeley Kalil Mathias, que esteve comigo desde o início de minha jornada acadêmica. Obrigado por sempre ter me incentivado e me encorajado a enfrentar grandes desafios.

Agradeço aos membros do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) por terem creditado confiança em mim para coordenar o Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB). A Profa. Dra. Paula Pavarina e ao Prof. Dr. Samuel Soares por terem permitido que eu ministrasse a disciplina de Teoria das Ciências no curso de Relações Internacionais da Unesp-Franca, no segundo semestre de 2007. Aos professores Eduardo Mei e Claudio Carvalho Silveira por serem muito atenciosos e amigos. A todos os professores do San Tiago Dantas e à secretária Giovana.

Registro também meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Héctor Sait-Pierre por toda ajuda e ensinamentos que fizeram despertar meu interesse acadêmico. Ao Prof. Dr. Rafael Villa por ter sempre disponibilizado seu tempo para ler e comentar meu trabalho.

Também agradeço a todos os meus colegas do San Tiago Dantas pelas discussões acadêmicas e pelas festas no Gigante. Aos meus amigos Jean Carlo Viterbo, Helena Moreira, Anselmo Takaki, Flavio Augusto Nascimento, Letícia Salmória e Valéria Pereira pela paciência em compartilhar comigo momentos de diálogos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e pelos momentos de descontração.

Finalmente, sou profundamente grato aos meus pais, Américo e Julieta, e ao meu irmão Igor que sempre estão ao meu lado.

RESUMO

Esta dissertação analisa as medidas dos Estados Unidos na Colômbia para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas. Para delimitação do trabalho, serão abordadas as atuações norte-americanas do início da década de 80 até o final do primeiro mandato de George W. Bush, concedendo especial atenção às reconfigurações da conjuntura internacional: o fim da Guerra Fria e os atentados terroristas em 11 de setembro de 2001. Não obstante, o estudo pretende depreender as causas e justificativas das ações norte-americanas para legitimar tais políticas seja por negociações bilaterais ou multilaterais. Também serão analisadas as conseqüências sociais e econômicas da produção, do tráfico de drogas e das políticas de combate a essa atividade na política doméstica colombiana, bem como em suas relações com outros países da região andina e do Brasil. Como estudo de caso, a questão da desterritorialização como conseqüência imediata das medidas antidrogas dos EUA terá atenção privilegiada no final da dissertação onde se delinearão os movimentos de refugiados e outros deslocamentos populacionais. Os dados necessários para a realização desse trabalho foram coletados a partir da pesquisa bibliográfica e documental e, posteriormente, analisados por uma abordagem histórico-analítica.

Palavras-chave: Política Externa, Estados Unidos, Colômbia, Defesa, Segurança, Tráfico de Drogas Ilícitas.

ABSTRACT

This dissertation examines the United States of America's policies regarding the effort to combat illegal drug manufacturing and trafficking in Colombia. This analysis will focus upon North-American actions from the 1980's until the end of George W. Bush's first term from 2001-2004, while highlighting the historical international context, including the end of the Cold War and the September 11, 2001 attacks. Furthermore, this dissertation will attempt to analyze the causes and justifications for North-American actions in order to legitimize its domestic and international policies while engaged in bilateral or multilateral negotiations. The social and economic impacts of illegal drug manufacturing and trafficking will be considered in order to clarify the Colombian government's internal measures and their effects on the Andean region and Brazil. This dissertation focuses on the deterritorialization of the region, proven to be the greatest consequence of the United States' counterdrug enforcement acts, as well as the displacement and subsequent refugee movements that it has caused. Research for the thesis included a comprehensive bibliography and various official documents regarding these topics. An analytical and historical framework was then formed, based upon these documents.

Keywords: Foreign Policy, United States, Colombia, Security, Defense, Drug Trafficking.

RESUMEN

Esta disertación examina las políticas de los Estados Unidos con respecto al esfuerzo de combatir la fabricación ilegal y el tráfico de drogas en Colombia. Este análisis enfocará sobre las acciones Norte-Americanas a partir de los años 80 hasta el final del primer término de George W. Bush a partir de 2001-2004, mientras que destaca el contexto internacional histórico, incluyendo el final de la guerra fría y los ataques de septiembre 11, 2001. Además, esta disertación analizará las causas y las justificaciones para las acciones Norte-Americanas para legitimar sus políticas domésticas e internacionales mientras que está enganchada a negociaciones bilaterales o multilaterales. Los impactos sociales y económicos de la fabricación y el tráfico ilegal de las drogas serán considerados para clarificar las acciones internas del gobierno colombiano y sus efectos sobre Brasil y la región andina. Esta disertación se enfoca en la deterritorialización de la región, incluyendo el desplazamiento y los movimientos de refugiados, demostrado ser la consecuencia más grande de la aplicación de los actos en contra de las drogas por parte de los Estados Unidos. La investigación para la tesis incluyó una bibliografía comprensiva y varios documentos oficiales con respecto a estos asuntos. Un marco analítico e histórico entonces fue formado, basado sobre estos documentos.

Palabras clave: Política Externa, Estados Unidos, Colombia, Defensa, Seguridad, Tráfico de Drogas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Produção e Tráfico de Drogas entre 1996 e 2000	51
Figura 2.2 – Mapa Político da Colômbia	55
Figura 3.1 – Tendência de homicídio entre Janeiro de 2002 e Abril de 2004 na Colômbia	81
Figura 3.2 – Tendência de seqüestro entre Janeiro de 2002 e Abril de 2004 na Colômbia	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Valores destinados ao combate às drogas nos Anos Fiscais do Governo Reagan (1982-1989).....	25
Tabela 2.1 – A erradicação do cultivo de coca na Colômbia de 1991 a 1997 em hectares.....	61
Tabela 2.2 – Plano Colômbia – Assistência para a Colômbia.....	64
Tabela 2.3 – Os cinco maiores receptores de assistência militar dos Estados Unidos entre 1999 e 2001.....	66
Tabela 3.1 – Os sete maiores receptores de assistência militar dos Estados Unidos entre 2002 e 2004.....	74
Tabela 4.1 – Os maiores receptores de assistência militar dos EUA na América Latina entre 2000 e 2005 (em US\$ milhões).....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	–	Andean Counternarcotics Initiative
ACNUR	–	Alto Comissariado de Refugiados das Nações Unidas
AIA	–	Air Intelligence Agency
ALCA	–	Área de Livre Comércio das Américas
ATPA	–	Acordo de Tarifas Preferenciais aos Países Andinos
ASA	–	Army Security Agency
AUC	–	Autodefesas Unidas da Colômbia
CADA	–	Campanha pela Desmilitarização nas Américas
CIA	–	Central Intelligence Agency (Agencia Central de Inteligência)
CIP	–	Center for International Policy
CSL	–	Cooperative Security Locations (Locais de Segurança Cooperativa)
CTFP	–	Counterterrorism Fellowship Program (Programa Conjunto de Combate ao Terrorismo)
DEA	–	Drug Enforcement Administration (Agencia Antidrogas dos EUA)
DIA	–	Defense Intelligence Agency
DoD	–	Department of Defense (Departamento de Defesa dos EUA)
DoS	–	Department of State (Departamento de Estado dos EUA)
ELN	–	Exército de Libertação Nacional
FAA	–	Foreign Assistance Act (Lei de Assistência ao Exterior)
FAB	–	Força Aérea Brasileira
FARC-EP	–	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo
FBI	–	Federal Bureau of Investigation (Escritório Federal de Investigação)
FMF	–	Foreign Military Financing (Financiamento Militar Estrangeiro)
FOS	–	Forward Operating Sites (Locais de Operações Avançadas)

FTO	–	Foreign International Organizations
IEEPA	–	International Emergency Economic Powers Act (Lei Internacional de Poderes Econômicos de Emergência)
IMET	–	International Military Education and Training (Educação e Capacitação Militar Internacional)
INC	–	International Narcotic Control (Controle Nacional de Narcóticos)
INCSR	–	International Narcotics Control Strategy Report (Relatórios sobre a Estratégia de Controle Internacional de Narcóticos)
INR	–	Bureau of Intelligence and Research
INTERPOL	–	Polícia Internacional
IPO	–	International Peace Process (Processo de Paz Internacional)
IRA	–	Irish Republican Army (Exército Republicano Irlandês)
JCS	–	Joint Chief of Staff
MAP	–	Military Assistance Program (Programa de Assistência Militar)
MAPP	–	Missão de Apoio ao Processo de Paz da OEA
MPRI	–	Military Professional Resources Inc.
MRTA	–	Movimento Revolucionário Tupac Amaru
NDAA	–	National Defense Authorization Act (Lei de Autorização da Defesa Nacional)
NMS	–	National Military Strategy
NSC	–	National Security Council
NSG	–	Naval Security Group
NSD	–	National Security Directive (Decreto de Segurança Nacional)
NSDD	–	National Security Decision Directive
NSS	–	National Security Strategy for a New Century
NSSEE	–	National Security Strategy of Engagement and Enlargement
OEA	–	Organização dos Estados Americanos
OMC	–	Organização mundial do Comércio

- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OTCA** – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
- PDD** – Presidential Decision Directive
- PNC** – Polícia Nacional da Colômbia
- PSD** – Política de Segurança Democrática
- SIN** – Serviço de Inteligência Nacional (do Peru)
- SIVAM** – Sistema de Vigilância da Amazônia
- SOUTHCOM** – United States Southern Command (Comando Sul)
- USAID** – United States Agency for International Development (Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional)
- TIAR** – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	
O COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS NOS GOVERNOS REAGAN E BUSH.....	22
1.1 - O COMBATE ÀS DROGAS NA DÉCADA DE 1980.....	23
1.1.1 - <i>A extraterritorialidade das Forças Armadas.....</i>	<i>25</i>
1.1.2 - <i>A Política de Certificação.....</i>	<i>33</i>
1.2 - O GOVERNO BUSH: DOS ACORDOS INTERNACIONAIS DE COMBATE ÀS DROGAS AO RECRUDESCIMENTO MILITAR NA REGIÃO ANDINA.....	37
1.2.1 - <i>Acordos Internacionais para combater as drogas.....</i>	<i>38</i>
1.2.2 - <i>O recrudescimento militar na região andina.....</i>	<i>42</i>
CAPÍTULO 2	
O GOVERNO CLINTON E O PLANO COLÔMBIA.....	46
2.1 - O FIM DA GUERRA FRIA E OS EUA NO NOVO SISTEMA INTERNACIONAL.....	47
2.2 - CLINTON E O COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS.....	49
2.2.1 - <i>As medidas antidrogas de Clinton para a Colômbia.....</i>	<i>56</i>
2.3 - A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PLANO COLÔMBIA.....	62
CAPÍTULO 3	
AS RELAÇÕES BUSH-URIBE PARA O COMBATE ÀS DROGAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A COLÔMBIA.....	69
3.1 - O GOVERNO BUSH E O COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS.....	70
3.1.1 - <i>O conceito de narcoterrorismo.....</i>	<i>70</i>
3.1.2 - <i>A assistência de Bush para a Colômbia.....</i>	<i>74</i>
3.2 - AS CONSEQUÊNCIAS DA MILITARIZAÇÃO AO COMBATE ÀS DROGAS PARA A COLOMBIA.....	75
3.2.1 - <i>Reflexos da relação Uribe/Bush para a política externa regional de Uribe.....</i>	<i>83</i>
CAPÍTULO 4	
REFLEXOS DA POLÍTICA DE MILITARIZAÇÃO DO COMBATE ÀS DROGAS SOBRE A AMÉRICA DO SUL.....	91
4.1 - ASSISTÊNCIA MILITAR NORTE-AMERICANA EM TODA AMÉRICA DO SUL.....	92
4.2 - A COLÔMBIA COMO ENCLAVE NA AMÉRICA DO SUL.....	98
4.3 - AS NEGOCIAÇÕES DE PAZ ENTRE O GOVERNO E OS MOVIMENTOS GUERRILHEIROS.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
BIBLIOGRAFIA.....	115

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, resultado de dois anos de pesquisa, busca-se apresentar uma resposta, não necessariamente definitiva, para a seguinte questão: Porque alguns governos do Hemisfério Ocidental, em especial da América do Sul, apontam a relação entre a Colômbia e o país do norte como o principal entrave ao aprofundamento de acordos relativamente à Defesa e Segurança?

Tendo como recorte temporal o fim da Guerra Fria e na impossibilidade de avaliar o conjunto da política norte-americana para as Américas, foi realizado um estudo de caso e pesquisa descritiva acerca das medidas do governo dos Estados Unidos para combater o tráfico de drogas ilícitas provenientes da Colômbia, bem como as conseqüências internas e regionais tanto das medidas do país norte-americano relativas ao tema quanto da atividade ilegal em si.

Na nova configuração internacional, oriunda do fim do bloco liderado pela União Soviética, os Estados Unidos passaram a ser a única grande potência global e as ameaças transnacionais foram intensificadas¹. Dentre essas ameaças, vale citar as migrações populacionais, a devastação do meio-ambiente, a comercialização ilegal de armas, o tráfico de drogas ilícitas e de armas, a lavagem de dinheiro e, segundo a classificação de alguns autores, a extrema pobreza. No entanto, essas ameaças não são recentes.² Os desequilíbrios ecológicos, por exemplo, foram acentuados com a invenção da máquina e a exploração de recursos naturais no período da Revolução Industrial, no século XVIII. As migrações populacionais ocorrem desde os tempos mais remotos, por conta de diversos motivos, como a procura por regiões com climas mais propícios para atividades voltadas à agropecuária, para escapar de guerras e opressões, etc. O tráfico de

¹ MOYA, J. (2003) **Las Amenazas Emergentes y/o Asimétricas y su efecto en las RRII**. Viña Del Mar: Programa en Diplomado de Relaciones Internacionales – Universidad de Viña Del mar. Ver também: VILLA, R. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

² Sobre isso, ver LOPÉZ, E. J. (2003) Nova problemática de segurança e 'novas ameaças'. In: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A (org.). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, p. 59-89.

drogas é também uma atividade que ocorre há muito tempo. Os EUA, por exemplo, enfrentam este problema desde o começo do século XX, sendo o maior mercado consumidor de tais substâncias. Nesse sentido, com vistas a combater esta atividade, o governo norte-americano promoveu medidas domésticas e participou de esforços conjuntos com outras nações objetivando controlar e fiscalizar o tráfico e a comercialização dos mais diferentes narcóticos produzidos em varias partes do mundo. Dentre essas regiões, vale destacar o Triângulo do Ouro (Mianmar, Laos e Tailândia) e o Ouro do Sul (Afeganistão, Paquistão e Iran), regiões produtoras de heroína, e algumas partes da América Latina e Caribe, onde há produção de maconha e de cocaína.

No pós-Guerra Fria, a superioridade dos Estados Unidos trouxe inúmeras implicações para a discussão sobre os temas na agenda internacional de defesa e de segurança. Em relação ao continente americano, as discussões centraram-se no combate ao terrorismo, tráfico de drogas ilícitas e à corrupção. A região andina, sobretudo a Colômbia, passou a ser o maior foco das medidas destinadas ao combate do tráfico de drogas ilícitas, sob a alegação, por parte do governo norte-americano, de que grande quantidade da droga consumida nos EUA era proveniente daquela região. Nessa direção, Washington formulou, em âmbito interno, seus marcos legais e institucionais em relação às políticas voltadas ao combate das drogas.

A premissa desse trabalho é que o tráfico de drogas e seus efeitos negativos na sociedade, tanto estadunidense quanto sul-americana – aumento dos gastos públicos com a saúde e elevação do índice de criminalidade, entre outros– são problemas incontestáveis. No entanto, a maneira como tais problemas são tratados pelos países do Hemisfério, bem como as diferenças de enfoque entre os governos concernente ao combate de tal atividade ilegal, são fatores que dificultam a efetividade e a consolidação dos esforços conjuntos.

Os objetivos do trabalho são: (i) conhecer as principais conseqüências do intervencionismo estadunidense para combater o tráfico de drogas na Colômbia e em suas relações com os países vizinhos; (ii) como exemplo de intervencionismo na área de tráfico de drogas, compreender o caso específico da política estadunidense para a Colômbia: política de Certificação, acordo de Extradicação e Plano Colômbia; (iii) avaliar se houve alguma alteração nas políticas dos EUA relativamente ao tráfico de drogas após os atentados de 11 de setembro.

O método utilizado para se alcançar os objetivos desta dissertação envolveram os seguintes passos: (i) análise de documentos oficiais que possibilita uma compreensão das políticas norte-americanas para combater o tráfico de drogas ilícitas provenientes da Colômbia; (ii) pesquisa bibliográfica que fornece os subsídios descritivos e analíticos para descrever a conjuntura; (iii) leitura de periódicos e artigos *online* que fornecem informações mais detalhadas sobre determinado acontecimento.

Posto isso, o foco da presente dissertação foi analisar, primeiramente, as políticas norte-americanas que tiveram como objetivo e/ou alegação o controle do tráfico de drogas nas décadas de 1980 e 1990 e começo do século XXI destinados à Colômbia. Destarte, o Capítulo 1 – O COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS NOS GOVERNOS REAGAN E BUSH – descreve como nasceram e se desenvolveram os principais marcos legais e institucionais do combate às drogas durante os governos de Reagan e de Bush e que perduram como base das políticas antidrogas dos EUA, sobretudo dos Departamentos de Defesa (DoD) e de Estado (DoS), até o governo de George W. Bush.

Durante as gestões republicanas de Ronald Reagan (1982-1989) e de George Bush (1989-1992), várias medidas repressivas foram aplicadas nas regiões produtoras de cocaína na região andina, muitas unilateralmente e outras com apoio restrito.

Exemplos dessas medidas foram a mobilização das Forças Armadas estadunidenses para atuar em território estrangeiro e a utilização da política de certificação. Esta última consiste, dentre outras ações, na proibição para exportar produtos norte-americanos a esses países e pressão sobre os organismos internacionais no sentido de boicotarem o país alvo da retaliação. A partir desse cenário, emergiu um confronto entre as duas regiões que fazem parte do processo do tráfico: os Estados Unidos, como país consumidor e financiador, e a América Latina, como região produtora e fornecedora de drogas.

O Capítulo 2 – O GOVERNO CLINTON E O PLANO COLÔMBIA –, acompanhando uma seqüência cronológica, aborda as medidas antidrogas do governo do democrata Bill Clinton direcionadas aos países latino-americanos. A Colômbia, maior produtora de drogas ilícitas nas Américas, foi alvo de várias políticas estadunidenses concernentes ao combate do tráfico durante as décadas de 80 e 90. Por esta razão, o estudo das medidas norte-americanas aplicadas neste país encerra uma atenção privilegiada na presente dissertação.

Durante este governo, houve maior valorização de canais multilaterais e acordos internacionais como forma de legitimação da política externa norte-americana para combater o tráfico de drogas. No entanto, a gestão de Clinton não deixou de utilizar mecanismos unilaterais para combater tal atividade. Essa atitude, aparentemente contraditória, fez com que as organizações e acordos internacionais também perdessem credibilidade, uma vez que independentemente de quais fossem suas propostas, os EUA agiriam conforme fosse determinado por seu governo. Nesse mesmo período, grande quantidade de recursos foi enviada às Forças Armadas de países da América Latina e, em 2000, o fluxo desses recursos aumentou consideravelmente por conta da criação do Plano Colômbia. Apesar deste ter sido inicialmente anunciado como um Plano voltado

ao desenvolvimento econômico e social da Colômbia, quando posto em prática, passou a ter um caráter eminentemente militar e contou com os EUA como principal financiador.

Neste Capítulo, também se analisam os movimentos guerrilheiros da Colômbia – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) – e os paramilitares – Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Além disso, defendemos que o interesse pelos recursos naturais energéticos da região andina como um dos principais motivos que norteiam a política externa estadunidense para a região sul-americana.

Em relação ao Capítulo 3 – AS RELAÇÕES BUSH/URIBE PARA O COMBATE ÀS DROGAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A COLÔMBIA –, a atenção direciona-se ao governo do republicano George W. Bush (2001/2009), sucessor de Clinton, que reformulou a doutrina de segurança nacional dos EUA, depois que o país sofreu os atentados de 11 de setembro de 2001. A alegação central de Washington nessa nova doutrina foi estabelecer medidas que visavam combater a produção de armas de destruição em massa por países como o Iraque e a Coreia do Norte. As medidas para o combate ao tráfico, por sua vez, foram colocadas em segundo plano da política de segurança dos Estados Unidos. No entanto, houve um estreitamento das relações com o governo da Colômbia, uma vez que o presidente Álvaro Uribe buscou, e ainda busca, aplicar uma política “linha dura” contra os movimentos guerrilheiros que são acusados pelos dois governos (Colômbia e EUA) de estarem associados ao tráfico de drogas ilícitas. Nesse sentido, quando chegou no poder, em 2002, Uribe tomou medidas imediatas para o combate às drogas, por exemplo: (i) criou o imposto State of Internal

Disturbance, destinado exclusivamente à segurança; (ii) aumentou os gastos de defesa (de 3,5% do Produto Interno Bruto em 2002, para 5,8% em 2003)³.

A partir do estreitamento entre a Casa Branca e a Casa Nariño, a política dos EUA em direção à Colômbia passou a ser justificada por Washington da seguinte maneira: (i) os esforços para fortalecer instituições democráticas; (ii) a promoção dos Direitos Humanos; (iii) a intensificação de medidas para o combate às drogas; (iv) a promoção ao desenvolvimento sócio-econômico; (v) o fornecimento de assistência humanitária e (vi) a tentativa de acabar com as ameaças para a democracia provocada pelo tráfico de drogas e pelo terrorismo.

A segunda parte do Capítulo analisa as conseqüências da militarização ao combate às drogas para a Colômbia, bem como os reflexos da relação Uribe/Bush para a política externa regional de Uribe. No final do Capítulo, são destacadas, pontualmente, as posturas de alguns países da América Central e do Sul, sobretudo o Brasil, perante o tratamento e o combate pela Colômbia e Estados Unidos aos movimentos guerrilheiros no país sul-americano. Apesar dos países andinos serem os que mais sofrem com o problema do tráfico de drogas; todos os países da região, com um grau de intensidade maior ou menor, sentem o reflexo desse problema. O Brasil, por exemplo, é atingido tanto interna como externamente com o problema do tráfico de drogas ilícitas. Este país é considerado pelo governo dos Estados Unidos como um país de trânsito no processo do tráfico e, como tendência das nações onde isso ocorre, também é um país consumidor desses produtos ilegais. Além disso, estão instaladas no Brasil algumas empresas químicas cujos produtos são utilizados na produção de cocaína na Colômbia.

³ US DEPARTMENT of STATE (2003) **Report to Congress on US Policy Towards Colombia and Other Related Issues**. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/wha/rls/rpt/17140.htm>> Acesso em: ago. 2006.

O Capítulo 4 – REFLEXOS DA POLÍTICA DE MILITARIZAÇÃO DO COMBATE ÀS DROGAS SOBRE A AMÉRICA DO SUL – aborda alguns dos reflexos das medidas militarizadas de combate às drogas dos EUA na América do Sul e nas relações entre a Colômbia e seus países vizinhos. Nesse sentido, destacam-se a intensificação da migração e deslocamento forçados. Também se descreve neste capítulo as relações entre os movimentos guerrilheiros e o governo colombiano, tendo como pano de fundo o fato dos EUA terem fornecido assistência militar para a Colômbia e, em razão das discussões entre os países sul-americanos sobre como definir esses grupos, se são ou não terroristas.

CAPÍTULO 1

O COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS NOS GOVERNOS REAGAN E BUSH

O que importa é o homem que toma as grandes decisões, irreversíveis, cujas conseqüências correm o risco de ser prolongadas quase indefinidamente, ou de ser sentidas por todos os membros da coletividade. [...] A potência suprema é ao mesmo tempo absoluta e limitada. Não se estende a todos os campos, mas, no seu domínio, pertence a um só, e não pode ser partilhada. O presidente dos Estados Unidos da América é o comandante das Forças Armadas do seu país, responsável pela conduta da guerra e da diplomacia.

Raymond Aron

1.1 - O COMBATE ÀS DROGAS NA DÉCADA DE 1980

Na década de 80, o crescente consumo interno de drogas nos Estados Unidos e os conseqüentes agravamentos sociais, como a intensificação do crime e o aumento dos gastos públicos com a saúde, fizeram com que o governo norte-americano tomasse medidas rigorosas de repressão e controle sobre o tráfico ilícito de drogas⁴. Nesse sentido, em 1986, o presidente Ronald Reagan, a partir do Decreto de Segurança Nacional 221 (National Security Decision Directive – NSDD-221), declarou guerra às drogas e afirmou que a cocaína era o inimigo principal de todo o continente americano.

Com a promulgação da Lei Contra o Abuso das Drogas (The US Anti-Drug Abuse Act), de 1986, Reagan passou a considerar o combate aos ilícitos uma questão de segurança nacional. Como uma das principais características deste governo, vale mencionar a fusão entre os objetivos da política de defesa e os da política externa que acabaram por subordinar estes últimos às exigências estratégicas e de segurança norte-americanas. As estratégias dos EUA em âmbito internacional podem ser assim resumidas: (i) apoio a governos aliados e oposição a governos e movimentos insurgentes na América Central; (ii) intervenção militar direta; (iii) combate às fontes produtoras de drogas na região andina.

Isto implicou na inclusão do tema de combate à produção de drogas ilegais na agenda da política externa dos EUA e na transferência de suas medidas internas e policiais de repressão para além da fronteira nacional, a partir da utilização das Forças Armadas (FFAA) norte-americanas para eliminar aquela atividade ilícita em território estrangeiro e em alto mar.

⁴ CIMADAMORE, A. (1997). La Política Antidrogas de EEUU: condicionantes internos y efectos intra-hemisféricos. **Cuadernos de Nueva Sociedad**, Caracas, n.1, p.17-38.

Dessa maneira, visando combater o tráfico de drogas, o governo federal aumentou os recursos disponíveis tanto em âmbito nacional quanto em internacional, de quase US\$ 3 bilhões no ano fiscal de 1982 para um montante de aproximadamente US\$ 9 bilhões no ano fiscal de 1989, o último ano do governo Reagan, triplicando a verba destinada ao combate às drogas, conforme pode ser visto na tabela 1.1.

Durante as empreitadas contra as drogas na década de 80, Washington demonstrou preferência por estratégias de redução de oferta, as quais consistem no combate direto às fontes produtoras das drogas consumidas no país, na interdição do tráfico, aplicação de lei e programas de erradicação; em detrimento das políticas de redução de demanda, que englobam os programas de prevenção, educação, tratamento, reabilitação e repressão com vistas a conter o consumo interno dos ilícitos⁵.

No tocante às políticas de redução de oferta, Reagan promoveu duas medidas fundamentais: (i) mobilização das Forças Armadas estadunidenses para atuar em território estrangeiro e (ii) utilização da diplomacia retaliativa, que, dentre vários mecanismos, aplica sanções econômicas, nega autorização para exportação de produtos dos Estados Unidos para esses países e exerce pressão sobre os organismos internacionais no sentido de boicotarem o país alvo da retaliação⁶.

O privilégio das políticas de redução de demanda em relação às de oferta pode ser observado na tabela 1.1, que mostra o valor destinado ao combate ao tráfico de drogas nos anos fiscais do governo Reagan e que, do montante total do período,

⁵ CIMADAMORE, (1997). *Op.cit.*

⁶ PROCOPIO FILHO, A.; VAZ, A. C. (1997) O Brasil no contexto do Narcotráfico Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional** v. 40, n.1. Disponível em: <<http://www.aclessa.com.br/NewFiles>> Acesso em: jan. 2005.

aproximadamente 70% foram destinados a políticas de redução de oferta, enquanto os 30% restantes, às políticas de redução de demanda⁷.

Tabela 1.1 - Valores destinados ao combate às drogas nos Anos Fiscais do Governo Reagan (1982-1989)

Ano Fiscal	Total do valor (em milhões de dólares)*	Valor destinado à redução de oferta	% do total destinada à redução de oferta	Valor destinado à redução de demanda	% do total destinada à redução de demanda
1982	2,903.4	1,768	61%	1,135.4	39%
1983	3,268.4	2,044.9	63%	1,223.5	37%
1984	3,707.3	2,464.8	66.5%	1,242.5	33.5%
1985	4,167.1	2,856.6	68.5%	1,310.5	31.5%
1986	4,284.8	2,976.5	69.5%	1,308.3	30.5%
1987	6,876.3	4,825.9	70%	2,050.4	30%
1988	6,486.7	4,413.5	69%	2,073.7	31%
1989	8,759.5	5,993.5	69%	2,766	31%
Total	40,453.5	27,163.5	67%	13,290.0	33%

* O valor está ajustado em relação ao valor do dólar em 1998.

Fonte: Transactional Records Access Clearinghouse (TRAC)

Disponível em: <<http://trac.syr.edu/tracdea/findings/national/drugbudn.html>>

1.1.1 - A extraterritorialidade das Forças Armadas

A partir da década de 60, o deslocamento das FFAA dos EUA para países latino-americanos passou a ocorrer, sobretudo com a criação de um plano contra-insurgente durante o governo do democrata John F. Kennedy (1961-1963), que usou como pretexto o combate à expansão da ameaça comunista internacional no continente americano, vigente no período da Guerra Fria. Essa medida também foi aplicada durante o governo do republicano Richard Nixon (1969-1974) que tomou atitudes severas tanto em âmbito interno quanto externo, para combater o comunismo e passou a utilizar o combate ao

⁷ BAGLEY, B; TOKATLIAN J. (1992) Dope and Dogma: Explaining the Failure of US-Latin America Relations in the 1990s. In: HARTLYN, J.; SCHOULTZ, L.; VARAS, A. (org.) **The United States and Latin America in the 1990s** USA: University of North Carolina, p. 216.

tráfico de drogas como justificativa para a intervenção das FFAA dos Estados Unidos em território estrangeiro⁸.

No governo seguinte, do republicano Gerald Ford (1974-1977), houve empreitadas por parte do governo norte-americano de combate às drogas a partir da operação Bucareno, na Jamaica, em 1974, e da Condor, no México, para eliminar o cultivo de maconha e impor as leis norte-americanas para além das fronteiras. No entanto, as medidas do combate às drogas no governo Nixon e Ford não obtiveram o êxito esperado:

Apesar das suas operações para destruir o cultivo de maconha no México e de papoula na Turquia, desarticular a conexão francesa, sancionar diversas leis severas, inclusive para diminuir consideravelmente a produção lícita das anfetaminas, reorganizar os mecanismos de repressão e criar o DEA; a política exterior e a guerra do Vietnã, impediram os EUA de atacar a principal fonte de drogas daquele momento: o sudeste asiático⁹.

Nos anos 70, uma série de fatores fez com que o governo dos EUA diminuísse sua capacidade de atuação como grande potência em cenário internacional: (i) a crise econômica por conta do alto preço do petróleo; (ii) a crise governamental marcada pelos escândalos de corrupção, como o caso de Watergate durante o governo Nixon; (iii) a distensão da Guerra Fria (1962-1979), que levou certos países em desenvolvimento a levantar uma plataforma de não-alinhamento, politizando algumas Organizações Internacionais com conteúdos “alternativos”.

Como resposta a essas questões, o candidato eleito em 1981, Ronald Reagan (1982-1989), elaborou um plano estratégico de defesa em que a distensão deu lugar mais uma vez à contensão (1980-1985), e a administração do republicano passou a ser chamada de “Segunda Guerra Fria”.

⁸ Para mais notícias sobre o governo de Nixon, ver: NIXON, R. (1970) **United States Foreign Policy for the 1970's: a new strategy for peace**. New York: Bantans Books.

⁹ OLMO, R. (1992) **Proibir o Domesticar?** Política de Drogas en América Latina. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, p. 32.

No entanto, apesar do bloco liderado pela União Soviética já mostrar debilidades para continuar a corrida armamentista, o governo de Reagan deu prioridade a uma escalada de investimentos em armamentos nucleares de grandes proporções. Ao mesmo tempo, enviou grande contingente militar a alguns países da América Central, como Nicarágua, El Salvador, e posteriormente, Guatemala, Granada, Panamá e Haiti, para lutar contra governos de esquerda (como o caso do governo Sandinista na Nicarágua) e grupos insurgentes (como a guerrilha da Frente Farabundo Martí em El Salvador)¹⁰.

A política de desenvolvimento armamentista e intervenção militar do governo Reagan, conhecida por “Complexo Militar Industrial”, serviu de sustentação ao programa econômico da sua administração. Além disso, legitimou o restabelecimento da capacidade de resposta militar para ampliar os pressupostos de defesa e incluir entre as ações da política externa aquelas que se fundam na intervenção direta e no uso da força em razão da redefinição do “interesse” nacional norte-americano, baseado em princípios neoconservadores¹¹, e da decisão política de conter o avanço do comunismo no mundo.

¹⁰ PETRAS, J. (2001) Consideraciones de geopolítica. In: ALVAREZ, J. E. (org.) **Plan Colombia: ensayos críticos**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, p. 157-158. Para uma discussão maior acerca do intervencionismo dos EUA na América Central, ver também: SCHOULTZ, L. (2000) **Estados Unidos: poder e submissão**. SP: Edusc, p. 369-408; MAIRA, L. (1982) Fracaso y reacomodo de la política de los Estados Unidos hacia Centro América. MAIRA, L. (org.) **La Política de Reagan y la crisis en Centroamérica**. Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica: EDUCA, p. 159-200.

¹¹ Dentre os princípios neoconservadores de Reagan, vale citar: (1) conter a ampliação das atividades do Estado, (2) resolver crises de autoridade, (3) reimplementar uma nova confiança social na religião, família e nos valores ocidentais, (4) utilizar o intenso poder dos EUA para organizar o mundo em detrimento dos interesses nacionais. Sobre a ideologia neoconservadora e sua influência na política externa dos EUA, ver: FUKUYAMA, F. (2006) **After neoconservatism**. Disponível em: <www.nytimes.com/2006/02/19/magazine/neo.html?pagewanted=6&ei=5090&en=4126fa38fef80de&ex=1298005200&partner> Acesso em: jul. 2006; KRAUTHAMMER, C. (2004) **Democratic Realism** Washington D.C.: American Enterprise Institute; MEARSHEIMER, J. (2005) **Hans Morgenthau and the Iraq war: realism versus neo-conservatism**. OpenDemocracy Ltd.; WILLIAMS, M. (2005) What is national interest? The neo-conservative challenge in IR theory. **European Journal of International Relations**, v.11, n.3, p.307-337.

Em relação ao combate de drogas ilícitas, o governo Reagan criou a Lei de Autorização da Defesa (National Defense Authorization Act - NDAA)¹² que permitiu o aumento da participação das FFAA dos EUA em território estrangeiro para eliminar as fontes produtoras de ilícitos¹³. A NDAA estipulou que essa atuação só podia ocorrer tendo em vista três regras fundamentais: (i) se houvesse um convite oficial do país receptor da ajuda; (ii) se as Forças fossem coordenadas por agências dos EUA e (iii) se o papel dos militares estadunidenses ficasse limitado apenas à função de apoio aos militares locais¹⁴.

Se comparada com as intervenções militares dos governos anteriores, a inovação contida no NDAA foi a justificativa de que as Forças de Segurança dos EUA deveriam ser utilizadas além de suas fronteiras com o fim principal de combater o tráfico ilícito de drogas. Ou seja, as FFAA norte-americanas adquiriram uma nova missão¹⁵: enquanto nas décadas de 60, 70 e 80, intervinham nos países centro-americanos para combater movimentos insurgentes a partir do NDAA a noção de intervenção militar foi substituída pela de extraterritorialidade das FFAA, pois, com o respaldo do Legislativo, passaram a contribuir com as forças de segurança locais para combater as fontes

¹² Essa lei também é conhecida como Emenda Nunn porque foi o senador democrata Sam Nunn quem a propôs ao Congresso.

¹³ BAGLEY, B. (1993) Los mitos de la militarización: las fuerzas armadas en la Guerra contra las drogas. In: SMITH, P. H. (org.) **El combate a las drogas en America** México: Fondo de Cultura Economica, p.183 e 184.

¹⁴ “Um exemplo disso foi a Operação *Blast Furnace* que ocorreu em 1986, a pedido do governo da Bolívia” Idem, *Ibidem*. Para ampliar sua ação, em 1987, os EUA criaram a Operação *Snowcap*, na Bolívia e no Peru com o objetivo não só de interromper o tráfico de drogas, mas também de assessorar e treinar as forças de segurança dos países andinos. Ainda naquele ano, os EUA fizeram acordos com o Equador e com a Venezuela para transferência de assistência financeira e militar com o fim de combater o tráfico de drogas. Ver: OLMO, R. (1994) Las Relaciones Internacionales de la cocaína. **Cuadernos de Nueva Sociedad**, Caracas, n. 130, p. 126-143.

¹⁵ Faz-se mister analisar a diferença entre *papel*, *função* e *missão* das FFAA. Enquanto o papel é atribuído num determinado momento e muda com frequência, a função é atribuída legalmente e culturalmente, sendo, por isso, mais permanente. Já a missão, é desenhada a partir da função, é menos fluída que o papel e diz respeito a uma determinada função. MATHIAS, S. Participação militar na administração pública e democracia no Brasil. SAINT-PIERRE, H. e MATHIAS, S. (org.): **Entre votos e botas**. As forças armadas no labirinto latino-americano do novo milênio. Franca, UNESP, 2001.

produtoras de ilícitos, sem que houvesse um engajamento político com os governos dos países solicitantes.

A partir do NSDD-221, Reagan estabeleceu que a luta contra as drogas iria ocorrer nas regiões produtoras de cocaína¹⁶ na América do Sul, sobretudo na região andina – Bolívia, Colômbia e Peru –, e que o governo nacional estava disposto a fornecer assistência técnica, financeira e logística para os países da região se engajarem na luta antidrogas.

Com vistas a coordenar a assistência militar, o governo norte-americano passou então a contar com um esforço conjunto de agências federais, dentre elas: o Escritório de Controle Nacional de Narcóticos (International Narcotics Control – INC) do Departamento de Estado (Department of State – DoS); o Departamento de Defesa (Department of Defense – DoD – a partir da NDAA, como visto acima) e a Agência Antidrogas dos EUA (*Drug Enforcement Administration* – DEA), do Departamento de Justiça.

A participação do Departamento de Estado, a partir do INC, no combate às drogas, fez com que o tema adquirisse maior relevância em Washington e nas embaixadas norte-americanas nos países afetados. Apesar do crescente papel do Pentágono (Departamento de Defesa) na luta contra as drogas ao longo das décadas de 80 e 90, o INC permaneceu sendo a principal fonte de assistência militar e policial para todos os países americanos¹⁷.

O INC é considerada a instituição mais versátil do governo norte-americano para o combate às drogas ilícitas. Isso decorre pelo fato de que aborda os mais diferentes

¹⁶ “Até 1975, a cocaína havia ocupado o quarto lugar na lista de drogas a serem reprimidas pelo governo norte-americano, mas no governo de Reagan a substância tornou-se a droga prioritária”. Em: OLMO (1992), *Op. cit.*, p. 32.

¹⁷ FREEMAN, L; ISACSON, A; LUMPE, L; NEILD, R. (2005) Una breve descripción de las leyes estadounidenses y de las agencias relacionadas con las iniciativas para el control internacional de drogas. In: YOUNGERS, C. A.; ROSIN, E. (org.) **Drogas y democracia en América Latina**. Buenos Aires: WOLA, Editorial Biblos, p.449-469.

mecanismos de combate: (i) financia operações de interdição e erradicação; (ii) promove assistência econômica e social, que inclui programas de desenvolvimento alternativo em áreas de produção de drogas; (iii) realiza programas de reforma judicial e de assistência humanitária para vítimas de conflitos relacionados ao tráfico de drogas¹⁸.

O Departamento de Defesa, a partir da promulgação da Seção 124 da Lei que rege sobre a defesa e as Forças Armadas dos EUA, em 1988, converteu-se na única agência encarregada de detectar e controlar o trânsito de drogas ilegais aos EUA por via aérea e marítima. Com essa função, o DoD pôde realizar operações de interdição de droga, tais como instalação de radares, vôos de reconhecimento, patrulhas marítimas, navais e da Guarda Costeira e reuniões informativas de inteligência em toda a América Latina e Caribe. A Seção 124 também autorizou a presença de militares norte-americanos em operações antidrogas na região.

A primeira agência a realizar tais missões foi o Comando Sul (U.S. Southern Command – SOUTHCOM), que é a instituição responsável por coordenar as atividades militares dos EUA nas Américas Central, do Sul e Caribe. O SOUTHCOM, subordinado ao Departamento de Estado e ao DEA, é um comando conjunto do Exército, Marinha e Forças Aéreas, além de contar com o apoio da Guarda Costeira e dos serviços aduaneiros dos EUA¹⁹.

Em relação ao DEA, trata-se da única agência federal norte-americana que se dedica exclusivamente a operações de combate ao tráfico de substâncias ilícitas. Criada no governo Nixon, seu principal objetivo foi coordenar as agências do governo responsáveis pelo combate às drogas, especialmente as que atuavam

¹⁸ Idem.

¹⁹ Com vistas a promover estratégias militares no ambiente internacional, o governo norte-americano dividiu o globo terrestre em nove áreas geográficas nas quais os Comandos Unificados exercem influência, autoridade e velam pelos interesses norte-americanos. O SOUTHCOM, com sede em Miami, foi criado em 1947. Em: <<http://www.globalsecurity.org/military/agency/dod/southcom.htm>> Acesso em: fev. 2007. Para maiores informações sobre o SOUTHCOM, ver também a dissertação de SHIMAKURO (2005): **A Política de Segurança dos Estados Unidos no Pós Guerra Fria**.

internacionalmente, como por exemplo, as que treinavam militarmente as forças de segurança da Bolívia, Colômbia e Peru. O DEA também contou com a assistência de serviços de inteligência como a Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency – CIA) e o Escritório Federal de Investigação (Federal Bureau of Investigation – FBI).

A CIA é uma organização do governo norte-americano que coleta informações políticas e militares secretas de outros países e é responsável em proteger as informações secretas dos EUA e o FBI é um departamento de investigação e combate a crimes interestatais e que, até o final da II Guerra Mundial, controlava as operações de inteligência na América Latina. Mesmo após o fim da Guerra Fria, há considerável pressão para a atuação internacional do FBI em temas como terrorismo, proliferação de armas de destruição massiva, crime organizado, lavagem de dinheiro, crimes eletrônicos e tráfico de drogas²⁰.

Apesar de ter como principal objetivo a coordenação de informações e inteligência antidrogas fora dos EUA, não tem autoridade legal para realizar investigações e detenções em outros países. Por essa razão, a atuação da agência ocorre a partir da colaboração e assistência aos pares locais, consagrados por acordos bilaterais em temas como o desenvolvimento de fontes de informação e de auxílio a atividades de vigilância²¹.

²⁰ Além da CIA e do FBI, o governo norte-americano conta com um grande número de agências de segurança e inteligência, como o *National Security Council* (NSC), o *Joint Chiefs of Staff* (JCS), a Defense Intelligence Agency (DIA), o Bureau of Intelligence and Research (INR), o *Secret Service*, as agências de inteligência do Exército (ASA), da Marinha (NSG) e da Aeronáutica (AIA) entre outros. Entre as burocracias de segurança nacional (NSC e JCS) e os sistemas de inteligência (CIA, FBI, DIA etc) ocorrem disputas jurisdicionais que se desdobram na diversidade dos próprios organismos de inteligência, bem como em suas diferenças em relação às Forças Armadas, polícias, serviços diplomáticos ou instancias de formulação de política. Para maiores informações sobre essas agências de inteligência e as disputas interburocráticas, ver: CEPIK, M. (2003) *Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual*. **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.1. HOLT, P. (1995) **Secret Intelligence and Public Policy: A Dilemma of Democracy**. Washington, DC: Congressional Quarterly Press. ZEGART, A. (1999) **Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC**. Stanford, CA: Stanford University Press.

²¹ FREEMAN (2005), et.al. *Op. cit.*

Além dessas agências, o governo norte-americano também contou com os seguintes programas de apoio e treinamento militar: o Programa de Assistência Militar (Military Assistance Program – MAP); a Educação e Capacitação Militar Internacional (International Military Education and Training – IMET) e o Financiamento Militar Estrangeiro (Foreign Military Financing – FMF).

Criados nas décadas de 70 e 80, os três programas (MAP, IMET e FMF) foram os principais meios das transferências de assistência militar dos EUA durante a Guerra Fria, incluindo os grandes programas militares do governo Reagan para a América Central na década de 80. [...] Entre 1980 e 1991, o MAP e o FMF contribuíram com mais de US\$2 bilhões de dólares às Forças de Segurança do hemisfério ocidental e o IMET contribuiu com US\$110 milhões²².

Com o exposto, percebe-se que as mesmas instituições que antes eram usadas para combater internacionalmente a expansão do comunismo, passaram a ser destinadas à eliminação do tráfico de drogas. Dessa forma, é possível dizer que, apesar do discurso sobre defesa ter se alterado após a Guerra Fria, ou seja, do combate ao comunismo para o combate ao tráfico de drogas; as políticas de defesa dos EUA continuaram sendo as mesmas, pois continuou sendo utilizada a mesma lógica de intervencionismo e militarização em países estrangeiros para buscar eliminar uma determinada ameaça.

Essa pluralidade de agências governamentais para combater o tráfico de drogas, na medida em que conseguem garantir razoável autonomia em relação umas às outras, faz com que surjam algumas disputas interburocráticas, as quais “não são insanáveis nem irracionais, apenas são difíceis porque envolvem aspectos vitais da identidade e das preferências de atores políticos organizados”²³. Isso mostra que a formulação da política externa norte-americana para o combate às drogas passa por algumas discussões entre

²² ISACSON, A. (2005) Las Fuerzas Armadas de Estados Unidos en la “Guerra contra las Drogas”. In: YOUNGERS, C. A.; ROSIN, E. (org.) **Drogas y democracia en America Latina**. Buenos Aires: WOLA, Editorial Biblos, p.33.

²³ WILSON, J. Q. (1989) **Bureaucracy: What Government Agencies Do and Why they Do It**. New York: Basic Books, p.195.

aquelas agências para chegar a um resultado final que congregue objetivos de todas as instituições envolvidas.

Além de passar por tais agências, as quais estão inseridas no âmbito do Poder Executivo do governo norte-americano, as políticas de combate às drogas precisam passar pelo respaldo do Poder Legislativo (Senado e Câmara dos Representantes) para que sejam aplicadas. No tema em questão, a aprovação das medidas acontece, na maioria das vezes, por consenso bipartidário entre os Democratas e os Republicanos. Um exemplo das medidas antidrogas dos EUA é a Política de Certificação, que é um trabalho de consonância entre os dois Poderes, mas que suas principais decisões ficam a cargo do Executivo²⁴.

1.1.2 – A Política de Certificação

A Política de Certificação foi imposta pelo Congresso dos Estados Unidos no início do segundo mandato de Reagan, em 1986. Apoiada na lei 490 do Ato de Assistência Internacional (Foreign Assistance Act – FAA) de 1961, do governo Kennedy, esta política permite ao presidente norte-americano definir anualmente quais os países são produtores, de trânsito e se seus respectivos governos cooperaram com as medidas estadunidenses no plano do combate à produção e ao tráfico de drogas ilícitas.

Após a definição, o processo de Certificação tramita da seguinte maneira²⁵: o Executivo, mais especificamente o Departamento de Estado, submete uma lista ao Congresso com os países que considera serem as fontes provenientes das drogas consumidas no país. Após a aprovação da Lista (oficialmente denominada Major List)

²⁴ Sobre as relações entre o Poder Legislativo e Executivo, ver: HENKIN, L (1996) **Foreign Affairs and the U.S. Constitution**. New York: Oxford University Press.

²⁵ As informações sobre o trâmite da política de certificação no governo norte americano foram extraídas do sítio da embaixada dos Estados Unidos no México: <www.usembassy-mexico.gov>. Acesso em: ago. 2005.

pelo Congresso, ela é publicada no Federal Register com justificativas detalhadas de cada decisão. Além disso, o Departamento de Estado (instituição que faz as recomendações iniciais ao presidente para a elaboração da Major List) disponibiliza anualmente descrições das políticas antidrogas dos países presentes na lista em um documento denominado Relatórios sobre a Estratégia de Controle Internacional de Narcóticos (International Narcotics Control Strategy Report – INCSR)²⁶.

Depois dessa tramitação, cabe ao Presidente definir quais países receberão: (i) a certificação completa, (ii) os que não serão certificados e (iii) os que receberão a certificação pelos “interesses vitais da nação”.

Para receber a certificação completa, os países devem atingir os objetivos da Convenção das Nações Unidas de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas²⁷ (1971), incluindo ações para prevenir o cultivo, a produção, a distribuição e o transporte, o financiamento e a lavagem de dinheiro proveniente das drogas. Devem também atingir as metas definidas em acordos bilaterais com os Estados Unidos e, finalmente, terem tomado medidas jurisdicionais para combater a corrupção pública, pois esta facilita o processo de produção e tráfico de drogas. Se um país recebe Certificação completa, ele volta a receber toda ajuda norte-americana que foi anteriormente retirada.

No caso da não-Certificação, o país que não atinge as metas estipuladas pelo governo estadunidense deixa de receber toda assistência que o governo norte-americano

²⁶ *International Narcotics Control Strategy Report*, do inglês. Em: Drug Strategy. **International Drug Policy: passing judgement: the USA Drug Certification Process** (1998). Disponível em: <<http://www.drugstrategies.org.acrobat/PassingJudgement98.pdf>> Acesso em: jul. 2005.

²⁷ “Três iniciativas multilaterais marcam a cooperação pelo controle internacional de drogas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), quais sejam: a Convenção Única sobre Drogas Narcóticas de 1961; a Convenção das Nações Unidas de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas de 1971; e a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas de 1988, esta última também conhecida como Convenção de Viena. Com o acolhimento mundial das determinações das três Convenções, a proibição e sua meta – a abolição de todo uso ilegítimo de drogas – tornaram-se o norte das políticas de drogas nos Estados”. RODRIGUES, T. M. (2005) Narcotráfico: um esboço histórico. In: VENANCIO, R; CARNEIRO, H. (org.) **Álcool e Drogas na História do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, p.296.

fornecia ao país, com exceção de assistência humanitária e de combate ao tráfico. Além disso, os EUA promovem sanções econômicas e políticas e votam contra propostas de empréstimo em bancos multilaterais de desenvolvimento.

No entanto, se um país não atingir todas as metas necessárias para a Certificação completa, o Presidente norte-americano pode determinar que continue recebendo as assistências do governo norte-americano por se tratar de uma necessidade vital da nação, ou seja, por considerar que o país vem se esforçando para combater o tráfico.

Durante a Guerra Fria, a maioria dos países que não recebia a Certificação, ou fazia parte do bloco comunista ou representava, segundo alegações do governo dos EUA, uma ameaça ao bloco ocidental por não estarem agindo de acordo com os preceitos de um Estado democrático. O primeiro país da América Latina a não receber a Certificação foi o Panamá, em 1988 e 1989. O governo dos EUA afirmou ter provas que comprovavam o envolvimento do presidente Manuel Noriega com organizações responsáveis pelo tráfico ilícito de drogas, num processo que precedeu a invasão do país centro-americano por tropas dos EUA²⁸.

Na Convenção de Viena, de 1988, os países considerados produtores e de trânsito de drogas demonstraram seus descontentamentos com a Política de Certificação, pois a consideraram uma medida unilateral e agressiva dos EUA e que, por meio dela, podiam ser vistos pela comunidade internacional como complacentes ao tráfico de drogas. Ainda naquele encontro, os mesmos criaram a noção de

²⁸ Antes de ser presidente do Panamá, Noriega teve envolvimento no esquema Irã-Contras, que consistia em uma operação da CIA para fornecer divisas ao grupo de direita que se opunha ao governo sandinista na Nicarágua. Os recursos financeiros eram provenientes de organizações responsáveis pelo tráfico de drogas, enquanto as armas vinham de uma comercialização ilegal entre os EUA e o Irã. Apesar dessa relação, quando Noriega tornou-se presidente do Panamá, teve algumas indisposições com o governo norte-americano, como por exemplo, a tentativa de efetivar um acordo que seu país havia assinado com os EUA em 1977, que determinava a esse último a devolver o Canal de Panamá e retirar suas tropas da zona do canal até 2000. Noriega então encerrou suas relações com a casa Branca em 1989, o que serviu de estopim para que Washington defendesse a necessidade de intervir no país, a partir da operação denominada Causa Justa e acusou Noriega de envolvimento com o tráfico ilícito de drogas. ARBEX, J. (1993) **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas**. São Paulo: Moderna, p. 27-34.

“responsabilidade coletiva”, que alegava ser o tráfico de drogas uma cadeia de diversas atividades – produção, refino, trânsito e consumo – e que, por isso, todos os países eram, ao mesmo tempo, culpados e vítimas do mesmo delito.

Nesse sentido, concluíram os mesmos, os Estados Unidos, maior consumidor mundial de drogas, não poderiam mensurar, de forma unilateral, a contribuição das nações no combate ao tráfico porque, assim como a produção, o consumo também precisa ser controlado para haver um controle mais eficaz e rigoroso sobre tal fenômeno transnacional.

Apesar das críticas, a Política de Certificação continuou sendo utilizada pelo governo norte-americano, que a define como um instrumento de diplomacia pública, ou seja, como uma diplomacia que trabalha com abertura e transparência e que, por se tratar de um tema tão destrutivo como o tráfico de drogas, tal atividade precisa ser enfrentada sem formalidades. Conforme o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação de Lei, Rand Beers:

O processo de Certificação é o que mais se aproxima da plena divulgação da situação internacional em matéria de drogas, realizada pelos Estados Unidos. [...] A premissa subjacente do processo anual de certificação é que o comércio mundial de drogas é potencialmente tão destrutivo para todos os países que é preciso enfrentá-lo sem formalidades. Não é possível resolver os problemas a menos que estes sejam identificados, e em certas ocasiões esses problemas revelam verdades dolorosas. Essa política é pertinente tanto para os Estados Unidos como para qualquer outro país afetado pelas drogas ilegais²⁹.

Nos anos 90, as maiores pressões da Política de Certificação recaíram sobre o México e os países andinos: Colômbia, Peru e Bolívia³⁰ como será analisado no capítulo seguinte. Por agora, enfatiza-se que Política de Certificação encerra características peculiares, uma vez que representou a ampliação dos métodos retaliativos norte-

²⁹ O discurso completo de Rand Beers, realizado na Colômbia, em março de 2000, está disponível em: <<http://bogota.usembassy.gov/wwwsr05.shtml>>. Acesso em: out. 2006.

³⁰ AYERBE, L. F. (2002) **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Unesp.

americanos para além do hard power (política relacionada a aparatos militares com a extraterritorialidade das Forças Armadas e conseqüentemente a ocorrência de intervenções militares diretas), utilizando também o soft power (uma forma de intervenção mais sutil na qual pode não haver intervenção militar direta e concentra-se nas esferas de política econômica e política)³¹. Além disso, tal Política significou uma maneira para os Estados Unidos definirem os países que eram percebidos como uma ameaça a sua segurança e politizarem domesticamente questões internacionais.

Diante disso percebe-se que as medidas norte-americanas para o combate ao tráfico de drogas encaixam-se tanto na dimensão do soft power quanto do hard power. A partir do governo de George Bush houve uma exacerbação das medidas antidrogas na região andina, o que contribuiu para um sentimento de ilegitimidade por parte dos países da região em relação às políticas norte-americanas e dificultou o avanço de negociações multilaterais em âmbito hemisférico sobre a temática em questão.

1.2 – O GOVERNO BUSH: DOS ACORDOS INTERNACIONAIS DE COMBATE ÀS DROGAS AO RECRUDESCIMENTO MILITAR NA REGIÃO ANDINA

O governo do republicano George Bush (1989-1993), em resposta às críticas dos países sul-americanos em relação às medidas estadunidenses, sobretudo à Política de Certificação, reconheceu que qualquer enfoque viável sobre o combate às drogas deveria tomar em conta a interdependência entre a redução de oferta e a redução de demanda.

Por essa razão, no primeiro ano de sua administração, Bush promulgou a Nova Lei Contra o Abuso de Drogas, e buscou promover cooperação com outros governos e

³¹ Sobre os conceitos de *soft* e *hard power* ver: AYERBE, L. F. (2005) Prevenção de conflitos e Nation Building: a dimensão soft do poder estadunidense. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, v.21, p. 87-119.

com organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e as Organizações das Nações Unidas (ONU), apoiando a eventual constituição de uma força multilateral para combater o tráfico de drogas ilícitas no Hemisfério Ocidental. Em âmbito doméstico, a nova lei introduziu penas severas contra distribuidores, consumidores e traficantes de ilícitos³².

Apesar dessa retórica, durante o seu governo, da mesma forma que nos dois mandatos de Reagan, houve maior inclinação para as medidas de redução de oferta e as políticas antidrogas recrudesceram.

1.2.1 – Acordos Internacionais para combater as drogas

Durante o governo Bush, foram promovidos dois encontros com chefes de Estado dos países sul-americanos acusados de produzir drogas – Cúpula de Cartagena (1990) e de San Antonio (1992)³³ com vistas a gerar um regime internacional para enfrentar o problema das drogas³⁴. No entanto, em ambas as conferências não se chegou a um consenso sobre quais seriam as medidas mais eficazes para combater o tráfico de drogas nas Américas, evidenciando, assim, as disparidades de interesse entre a Casa Branca e os governos dos países latino-americanos.

Regime internacional é definido tradicionalmente como “um conjunto de normas, princípios e regras (formais e informais) que facilitam a convergência de

³² BAGLEY (1993). *Op. cit.*

³³ Na Cúpula de Cartagena, participaram os presidentes George Bush (EUA), Virgilio Barco Vargas (Colômbia), Jaime Paz Zamora (Bolívia) e Alan Garcia (Peru). A Cúpula de San Antonio, além dos mesmos países que participaram da anterior: George Bush, César Gaviria (Colômbia), Alberto Fujimori (Peru) e Paz Zamora (Bolívia); contou também com a presença dos presidentes Carlos Andrés Peres (Venezuela), Rodrigo Borja (Equador) e Salinas de Gortari (México). *Idem*, p.52.

³⁴ TOKATLIAN, J. G. (1992) Seguridad y drogas: una cruzada militar prohibicionista. In: MUÑOZ, H. (org.) **El Fin del Fantasma**: las relaciones interamericanas después de la Guerra Fria. Santiago: Hachette, p.77-114.

expectativas em um determinado campo de atividade”³⁵. Pode-se dizer que existe um regime internacional quando os Estados e outros atores importantes da sociedade internacional concordam em estabelecer limitações normativas ou processuais à sua soberania e adaptam suas condutas a estas normas e procedimentos.

Dentro dessa definição, é possível destacar uma categoria particular de normas cuja função, diferentemente dos regimes que procuram regular atividades políticas e econômicas, por exemplo; é conter ou proibir crimes de caráter transnacional, tais como a pirataria, o trabalho escravo e infantil, o tráfico de mulheres e crianças, o desmatamento de reservas naturais, o tráfico de drogas ilícitas etc.

Tal categoria, conhecida por regimes de proibição internacional, não existe apenas em convenções e tratados de direito internacional e nas leis criminais domésticas, mas também em regras e modelos implícitos que governam o comportamento dos atores estatais e não estatais e nos princípios morais de determinada sociedade. Os regimes de proibição internacional emergem por uma série de fatores, quais sejam:

- (i) Proteger os interesses dos Estados e outros membros poderosos da sociedade;
- (ii) deter, conter e punir atividades indesejadas;
- (iii) prover ordem, segurança e justiça entre os membros da comunidade e
- (iv) fortalecer representação simbólica aos valores morais e crenças daqueles que formulam as leis³⁶.

A principal dificuldade para promover um regime hemisférico de combate às drogas ilícitas está relacionada à distinta percepção por parte do governo dos EUA e dos países da região andina sobre as conseqüências advindas do consumo e do tráfico de tais substâncias³⁷. Um exemplo dessa disparidade, baseada nos diferentes princípios morais,

³⁵ Ver: KRASNER, S. D. (1982) Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 1-21.

³⁶ NADLEMANN, E. (1990) Global Prohibition Regimes: the evolution of norms in international society. **International Organization**, v. 44, n. 4, p. 479-526.

³⁷ É importante mencionar que os países latino-americanos também não formam um bloco homogêneo sobre os assuntos relacionados ao tráfico de drogas. “Na Cúpula de Cartagena, por exemplo, o

é a polarizada opinião sobre a coca, matéria base para a produção de cocaína: se por um lado é vista como uma possível deterioração da civilização ocidental; por outro é entendida como uma inócua planta natural cujo consumo é uma tradição milenar entre a população nativa do altiplano andino.

Outro vetor que dificulta a cooperação entre os países do Hemisfério Ocidental no combate às drogas é a grande disparidade econômica e social entre eles, uma vez que isso dificulta a convergência de objetivos e de enfoque sobre o tema. Além disso, parece que a maioria dos atritos entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento é resolvida a favor dos primeiros.

Nas Cúpulas de Cartagena e San Antonio, os países considerados produtores de drogas, do mesmo modo que na Convenção de Viena, levantaram a questão da “responsabilidade coletiva” para criticar a Política de Certificação. Além disso, fizeram menção ao aumento da produção de drogas sintéticas no território norte-americano e criticaram o excesso de militarização nos países andinos para o combate às drogas o que, segundo estes, não solucionava o problema das drogas e desgastava ainda mais as relações com os EUA.

Em Cartagena³⁸, os países sul-americanos criticaram a intervenção militar dos EUA no Panamá para depor o presidente Noriega, como visto acima, e defenderam o desenvolvimento econômico como a única solução para a erradicação da produção de coca nos países andinos. Os EUA concordaram, pela primeira vez em uma conferência internacional, que a demanda, assim como a oferta, precisava ser combatida para eliminar o tráfico de drogas ilícitas.

presidente da Bolívia mostrou-se mais preocupado com o desenvolvimento econômico e com a substituição do cultivo de coca por outros produtos. O presidente da Colômbia, Virgílio Vargas, por sua vez, afirmou que o combate ao tráfico só seria eficaz se houvesse esforços para a redução de demanda. Os representantes do Peru, apesar de discordarem da maneira com que os EUA agiam na região, acreditavam que a militarização era a solução mais apropriada em curto prazo”. Em PASSETTI, E. (1991) **Das “fumeries” ao Narcotráfico**. São Paulo: EDUC, p. 70-71.

³⁸ A Declaração de Cartagena de 15/02/1990 está disponível em: <www.consep.gov.ec/pdf/DECA1990.pdf>. Acesso em: ago, 2006.

Na Cúpula de San Antonio³⁹ - também conhecida como Cartagena II -, os países latinos voltaram a insistir para os EUA se dedicarem mais às políticas de redução de demanda. O governo norte-americano, por sua vez, propôs a criação de uma coordenação regional para que os países latino-americanos pudessem discutir e promover medidas de combate às drogas sem a presença de representantes norte-americanos. No entanto, em sincronia com a coordenação regional, o governo dos EUA propôs uma atuação regional, de caráter operativo, a qual foi mal recebida pelos países latinos que a entenderam como uma forma de manter o unilateralismo estadunidense na região.

Nesse sentido, “para alguns autores, a razão principal do fracasso das negociações no Hemisfério Ocidental para o combate às drogas estaria no marco teórico e conceitual do realismo do continente que impede a criação de um regime cooperativo para enfrentar esse problema”⁴⁰. Em relação ao marco teórico e conceitual do realismo na América Latina, entende-se que cada país da região possui interesses e necessidades particulares, os quais devem ser defendidos em arena internacional pelos governos centrais e, somado a isso, a assimetria de poder entre as nações da região. Nesse sentido, para uma possível solução da questão do combate às drogas no Hemisfério Ocidental, seria preciso que os EUA abandonassem as estratégias unilaterais e militares em favor das iniciativas multilaterais e cooperativas.

No entanto, durante a década de 90, houve uma tendência inversa em Bolívia, Peru e, sobretudo, Colômbia. Estes países foram receptores de grande quantidade de aparatos militares provenientes dos EUA para combater o tráfico de drogas. O motivo dessa inclinação pode estar ligado ao fato de que os países andinos, apesar de se mostrarem contra as inversões militares dos EUA na região, entendiam que esta ação

³⁹ A Declaração de San Antonio de 27/02/1992 está disponível em: <<http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/view.php/126/1.php>>. Acesso em: ago, 2006.

⁴⁰ CIMADAMORE, (1997). *Op.cit.*

poderia ser uma maneira de atrair recursos financeiros do país norte-americano e de aproximar-se deste comercial e economicamente.

1.2.2 – O recrudescimento militar na região andina

Em 1991, Bush aprovou a Seção 1004 da NDAA que permitiu ao Departamento de Defesa utilizar seu orçamento para diversos tipos de assistência militar (treinamento, inteligência, fornecimento de equipamentos) com o objetivo de combater o tráfico de drogas, sem a autorização e participação do Departamento de Estado⁴¹.

No que tange às medidas antidrogas voltadas aos países do Hemisfério, o governo Bush, a partir do Decreto de Segurança Nacional (NSD) 18, declarou que a luta contra a produção e o tráfico ilegal de drogas se transformava, para o Departamento de Defesa, em uma missão de alta prioridade em segurança nacional e criou a *Estratégia Andina*, cujos objetivos principais foram:

- (i) o fortalecimento das instituições policiais e de suas ações nos países da região andina – Bolívia, Colômbia e Peru; (ii) o aumento do efetivo das Forças Armadas; (iii) a investigação e desarticulação das principais organizações responsáveis pelo tráfico de drogas; (iv) o aumento da assistência financeira aos países andinos⁴².

A *Estratégia Andina* buscou justificar a inserção das Forças Armadas dos EUA nos países sul-americanos para o combate ao tráfico de drogas. O teor militar dessa medida pode ser percebido na diferença de enfoque sobre a *Estratégia* por parte do governo norte-americano e dos países andinos, pois, enquanto estes solicitavam auxílios financeiros e incentivos comerciais para o desenvolvimento econômico, os EUA destinavam a maior parte dos fundos para a promoção de atividades militares e policiais.

⁴¹ FREEMAN (2005), et al. *Op. cit.*

⁴² CIMADAMORE (1997), *Op. cit.*

Outro problema relacionado à militarização da região foi o fato de que os governos dos países andinos ficaram descontentes com algumas atitudes unilaterais da aplicação das Forças Armadas dos EUA. Um exemplo disso foi o desembarque de navios norte-americanos na costa da Colômbia sem a prévia autorização do país.

Também com relação à Colômbia, em 1990, os EUA formaram uma equipe de representantes militares da Embaixada dos EUA, do Comando Sul e da CIA para fazer recomendações ao Ministério da Defesa da Colômbia sobre a reorganização de suas redes de inteligência militar. Essas recomendações, no entanto, resultaram na Ordem 200-05/91 cujo objetivo não estava relacionado ao combate à produção de substâncias ilícitas, mas sim, ao que foi denominado na Ordem, “de um combate à escalada terrorista por parte de grupos armados colombianos”⁴³.

Outra indisposição entre o país sul-americano e os EUA foi em relação ao Tratado de Extradicação. Estabelecido em 1979, esse tratado permitia a entrega de nacionais colombianos supostamente envolvidos com o tráfico de drogas para o país norte-americano⁴⁴. No entanto, durante o governo de César Gaviria (1990-1994), quando foi instituída a Constituição da Colômbia, o acordo foi revogado (Lei 35) para que o governo sul-americano pudesse negociar com os chefes dos cartéis responsáveis pelo tráfico sob a atenuação da pena em troca da declaração de culpabilidade⁴⁵. Essa

⁴³ Sobre a Ordem 200-05/91 ver o artigo: **Las redes de asesinos de Colômbia**. Disponível no sítio da human Rights Watch: <<http://www.hrw.org/spanish/informes/1996/colombia3.html>>. Acesso em: ago. 2006.

⁴⁴ “O Acordo só veio a ser utilizado em 1984. Daquele ano até 1991, 49 colombianos foram extraditados para os EUA. Os que defendiam o Acordo alegavam que ele foi resultado da fraqueza das instituições colombianas e da impotência do governo do país em manter a ordem”. Em: ARBEX (1993) *Op. cit.*, p. 41.

⁴⁵ Dessa forma, Gaviria prendeu os chefes dos principais cartéis da Colômbia: de Medellín e de Cali. Em primeiro lugar, ocorreu a prisão dos irmãos Ochoa, líderes de Medellín. Pablo Escobar, por sua vez, rendeu-se à polícia colombiana em troca de ser julgado e condenado no próprio país, porém, depois que se entregou, fugiu da prisão. Quando foi novamente capturado, com o auxílio do cartel de Cali, a partir do fornecimento de informações sobre o seu paradeiro, foi assassinado. Em 1995, os chefes de Cali (Gilberto e Miguel Orejuela) também foram presos, neutralizando, assim, o poder dessas organizações. No entanto, novos cartéis começaram a surgir, mas atuando de uma maneira mais descentralizada o que dificultava a ação do governo nacional.

medida foi amplamente criticada por Washington e causou certa animosidade entre os dois países.

Assim, pode-se afirmar que durante o governo Bush houve três tendências no combate às drogas:

(1) “cocainização”, por conta do aumento do consumo interno de cocaína nos EUA. (2) “andinização”, por ter sido a região que passou a concentrar exclusiva e desproporcionalmente a guerra antinarcóticos e (3) “militarização”, pois foi o governo que mais usou, até então, as FFAA tanto interna como externamente na luta contra as drogas⁴⁶.

Outro tema que passou a fazer parte do discurso do governo dos EUA em relação ao combate às drogas, sobretudo após a Convenção de Viena, foi a questão da lavagem de dinheiro. Nesse sentido, em 1990, foi firmada entre ministros de justiça e procuradores de países do continente americano, a Declaração e Programa de Ação de Ixtapa, onde se enfatizou a necessidade de criar uma legislação sobre as atividades relacionadas com tal matéria. Além disso, a partir desse momento, foram múltiplos os esforços para converter esse assunto em um dos problemas prioritários da agenda de Washington e ponto central da discussão de uma série de conferências posteriores e de acordos bilaterais entre os países do continente⁴⁷.

No que tange à comercialização de drogas na década de 90, dois pontos devem ser destacados: em relação à demanda houve um crescimento vegetativo, ou seja, um aumento de acordo com o crescimento da população e de sua capacidade de consumo o que quer dizer que houve uma estabilidade da demanda. O segundo ponto é que a Colômbia se tornou não só um grande produtor de cocaína, mas também de maconha e de papoula, produto base da elaboração da heroína e do ópio, os quais eram

⁴⁶ TOKATLIAN, J. G. (1992), *Op. cit.*, p. 96.

⁴⁷ OLMO (1994), *Op. cit.*

anteriormente importados do Triângulo do Ouro – Mianmar, Laos e Tailândia – e do Ouro do Sul – fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão.

Pode-se afirmar com base no que foi exposto neste capítulo, que durante o período Reagan-Bush (1981-1993) na presidência dos EUA, houve uma crescente ênfase na aplicação de leis, interdição e apreensão voltadas ao combate das drogas ilícitas, o que reforça, mais uma vez, o exposto acima sobre a prioridade das medidas de redução de oferta em relação às de redução de demanda. Como conseqüências disso, dois pontos merecem ser levantados. Em primeiro lugar, no período em questão, enquanto a atenção do governo estava voltada para o combate ao tráfico de cocaína, houve um crescimento acelerado da produção de maconha dentro do próprio território norte-americano⁴⁸. Em segundo lugar, a luta contra as drogas, de uma maneira geral, manteve uma relação direta com a intensidade social e política dos problemas no interior dos EUA e repercutiu diretamente nas relações hemisféricas através do processo de “americanização” das lutas contra as drogas. Isso foi manifestado com a forma de uma diplomacia de pressão sobre os países mais envolvidos, como por exemplo, os da região andina, sobretudo a Colômbia.

Por essa razão, o próximo capítulo dedicar-se-á a uma análise acerca das relações dos EUA com a Colômbia durante o governo de Bill Clinton, presidente eleito após o mandato de Bush, no que tange ao combate ao tráfico de drogas e a um estudo sobre o Plano Colômbia.

⁴⁸ HARRISON, L.; *et. al.* (1995) Cannabis use in the United States: Implications for policy. In: COHEN, P.; SAS, A (org.) **Cannabisbeleid in Duitsland, Frankrijk en de Verenigde Staten**. Amsterdam, Centrum voor Drugsonderzoek, Universiteit van Amsterdam. p. 237-247.

CAPÍTULO 2

O GOVERNO CLINTON E O PLANO COLÔMBIA

Y el gringo ahí...

Jaime Garzón^[1]

A cocaína é um importante fator da economia mundial e, por isso, apesar de sua ilegalidade, não pode ser considerado um fator secundário.

Rosa del Olmo

^[1] Jargão consagrado por Garzón, comediante político colombiano, que colocava em evidência a situação social e política do país em programas televisivos. Em 1999, foi assassinado por membros da organização paramilitar *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC).

2.1 – O FIM DA GUERRA FRIA E OS EUA NO NOVO SISTEMA INTERNACIONAL

O candidato do partido Democrata, Bill Clinton, derrotou o Republicano George Bush e o candidato do partido Independente, Ross Perot, nas eleições presidenciais de 1992 e tornou-se o primeiro presidente eleito nos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria.

Utilizando como premissas, as transformações que o governo norte-americano afirmou ter ocorrido no sistema internacional após a queda do bloco socialista – a intensificação da interdependência entre os países; o aumento do número de nações seguras, democráticas e de mercado livre; a liderança dos EUA no setor bélico e militar –, a administração Clinton formulou, em 1996, a Doutrina de Segurança Nacional e de Estratégia de Envolvimento e Ampliação (National Security Strategy of Engagement and Enlargement – NSSEE). Os objetivos centrais da NSSEE foram⁴⁹:

- (i) atualizar e reestruturar as condições de eficácia militar e de segurança, a partir de uma forte capacidade de defesa e do emprego de uma diplomacia que promova medidas de cooperação na área; (ii) enfatizar a importância da economia nas relações internacionais, motivando a abertura de mercados e a expansão do crescimento econômico global; (iii) expandir e promover a democracia e os direitos humanos no exterior.

Com vistas a melhor compreender o sistema internacional que emergia, autores das ciências humanas, tais como História, Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais iniciaram debates sobre o papel dos Estados Unidos como grande potência do Sistema Internacional que passou de bipolar, vigente durante a Guerra Fria, para ‘unimultipolar’. Este passou ser formado por uma superpotência – Estados Unidos – e várias outras potências principais, e sua dinâmica consistiu na atuação da

⁴⁹ *National Security Strategy of Engagement and Enlargement*, do inglês. The White House, Washington, 02/1996. Disponível em: <<http://www.fas.org/spp/military/docops/national/1996stra.htm#III>>. Acesso em: abr. 2006.

superpotência em consonância com os outros Estados para solucionar problemas internacionais⁵⁰.

Dentre esses autores, vale destacar os estudos de Francis Fukuyama, Samuel Huntington e Paul Kennedy. O primeiro defendeu em seu livro, *O Fim da História e o Último Homem* (1992), que o novo sistema internacional, consagrado pelo triunfo do liberalismo capitalista e democrático sobre as outras formas de ideologia econômica e política, seria o início da paz perpétua.

Para Huntington, em sua obra *Choque entre as Civilizações* (1996), no período posterior à Guerra Fria, o mundo saiu da era das ideologias e voltou a sua fase normal em que os conflitos entre nações não estariam ligados primordialmente às esferas ideológica, econômica ou política, mas sim à esfera da civilização, orientada por linhas étnicas (*jus sanguinis*), culturais e religiosas. Nesse sentido, Huntington se contrapôs à hipótese de Fukuyama de que o fim da Guerra Fria significava, de alguma maneira, a ascensão da paz no cenário internacional.

A teoria de Paul Kennedy, ilustrada na obra *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (1989), baseou-se nos crescentes déficits públicos e comerciais dos EUA na década de 80, sustentou que haveria, na década de 90, o desaparecimento no curto prazo da hegemonia americana e que esta seria substituída por um equilíbrio de poder. Defendeu ainda que, apesar dos EUA continuarem participando deste equilíbrio, ao lado de outras potências – Rússia, China, Japão e União Européia (ou a Alemanha) –, os Estados Unidos haviam encerrado a sua era de domínio.

Vale mencionar que essa teoria perdurou apenas até o início da década de 90, uma vez que o declínio dos EUA mostrou-se como algo difícil de acontecer, pelo menos

⁵⁰ HUNTINGTON, S. La Superpotência Solitária. **Política Exterior**, Barcelona, 71, 1999. Disponível em: <<http://www.lbouza.net/RELACIONES%20INTERNACIONALES/ESTRUCTURA%20Y%20ACTORES/LA%20SUPERPOTENCIA%20SOLITARIA-HUNTINGTON-1999.DOC>> Acesso em: jun. 2006.

em curto prazo. Nesse sentido, as teorias que prevaleceram na década de 90 nas discussões das ciências humanas em relação ao cenário internacional eram as que defendiam a possibilidade de recuperação dos EUA, pois este “país mostrou que poderia se recuperar por meio de uma nova articulação de políticas domésticas e externas, inexistindo desafios reais a seu poder global”⁵¹.

No que tange à política externa de Clinton, vale mencionar algumas questões tais como a aprovação do Congresso para a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North America Free Trade Organization – NAFTA); o envolvimento militar em alguns conflitos internacionais, visando a proteção dos direitos humanos e a promoção da estabilidade econômica e política de algumas regiões do globo. Algumas dessas intervenções ocorreram na Ruanda, nos Bálcãs, Haiti e Oriente Médio.

Outro destaque da política externa de Clinton foi o combate ao tráfico de drogas. Nesse sentido, a administração democrata participou ativamente do Plano Colômbia, que teve como objetivo intensificar a militarização do combate às drogas na América do Sul, sobretudo na região andina.

2.2 – CLINTON E O COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

No tocante à área de defesa e segurança, o governo norte-americano, a partir do NSSEE, sustentou a tese de que, no pós-Guerra Fria, a segurança dos EUA e de toda comunidade internacional estava ameaçada por diversos problemas e que o país, por ser a maior potência global, deveria unir esforços para combatê-los⁵². Dentre esses problemas, a Doutrina de Clinton mencionou os conflitos étnico-religiosos, a

⁵¹ PECEQUILO, C. **A Transição do Pós-Guerra Fria**. Revista Eletrônica Unibero de Produção Científica, São Paulo, v. 1, 2004.

⁵² Sobre a noção de ameaça como fenômeno perceptivo, ver: SAINT-PIERRE, H. (2003), *Op. cit.*

ressurgência de nacionalismos, os tráficos de armas e de drogas ilícitas, a degradação do meio ambiente, o crescimento populacional acelerado, a proliferação de armas de destruição em massa e o terrorismo.

Em relação ao tráfico ilícito de drogas, o governo Clinton afirmou ser esta atividade uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, por dois motivos principais, quais sejam:

[...] primeiro porque, mesmo com o aumento da produção interna, a maior parte da droga consumida pelos cidadãos norte-americanos era produzida no exterior e, segundo, porque tanto a produção como o tráfico eram atividades que tornavam instável não só os Estados, mas também suas inter-relações⁵³.

Para combater tal atividade, o governo Clinton, da mesma forma que os governos republicanos anteriores, utilizou tanto as medidas de redução de demanda como de oferta. No início de sua primeira administração, o presidente democrata procurou centrar esforços no âmbito doméstico, a partir da promoção da educação de usuários potenciais e do tratamento aos viciados.

O direcionamento em relação a medidas de redução da demanda foi justificado pelo governo democrata a partir da premissa de que apesar dos esforços centrados nas políticas de redução de oferta nos governos Reagan e Bush, os avanços no combate às drogas haviam sido inócuos e os EUA continuavam sendo o maior mercado consumidor de cocaína e heroína do mundo⁵⁴. A Figura 2.1, a seguir, ilustra as principais rotas mundiais do tráfico de cocaína, heroína e anfetamina entre 1996 e 2000.

⁵³ SCHEER, E. F. *Objetivos Críticos. Cuestiones Mundiales*: Publicaciones Eletrónicas de USIS. v.1, n.7, 1996.

⁵⁴ DIAZ-CALLEJAS, A. *Nueva Hegemonia: unilateralismo y certificación: Colômbia bajo el garrote del império*. Bogotá, 1997. Disponível em: <http://apolinardiaz.org/verdocumento.php?id_tema=0&id_documento=17> Acesso em: set. 2005.

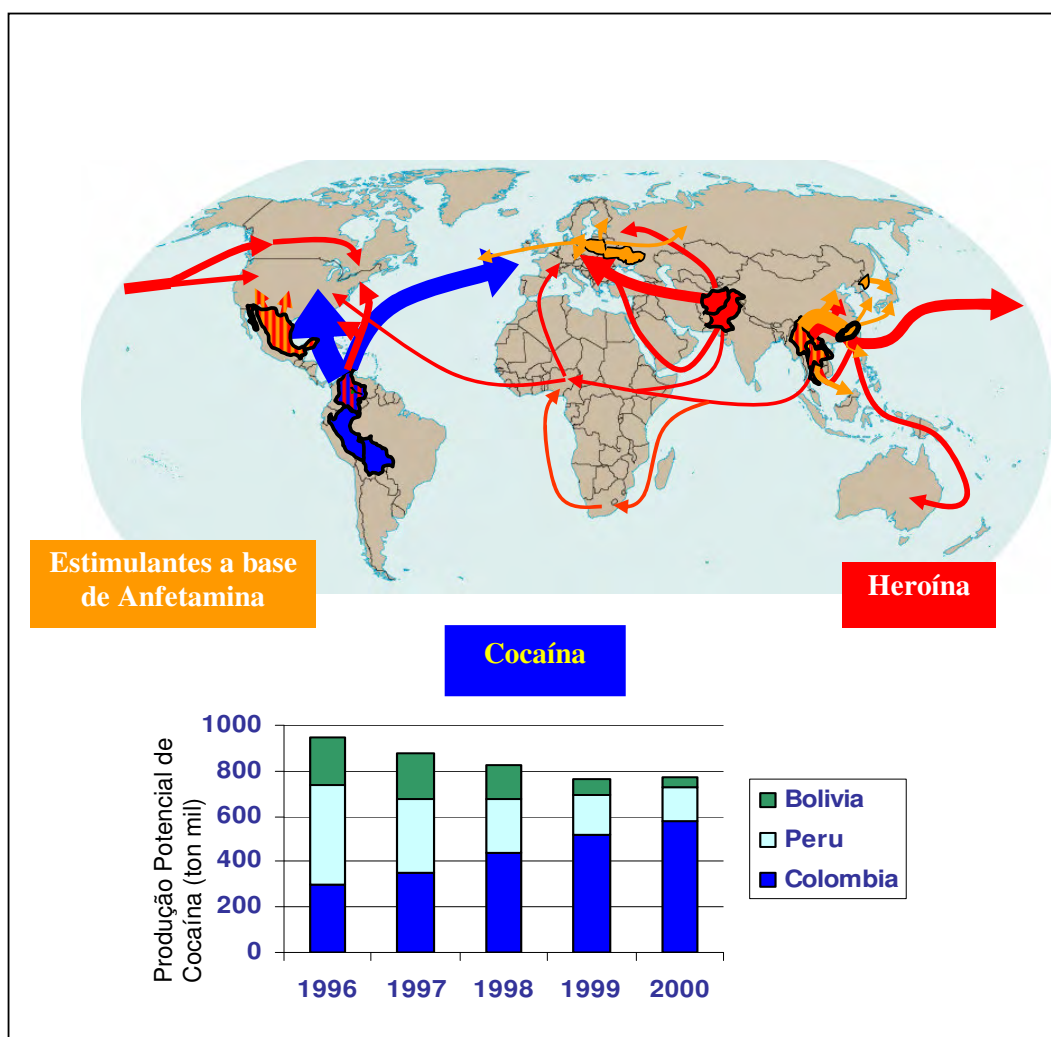


Figura 2.1 – **Produção e Tráfico de Drogas entre 1996 e 2000**. Office of National Drug Control Policy (ONDCP). Fev, 2002. Disponível em: <www.atforum.com/SiteRoot/pages/addiction_resources/Drugs%20in%20America.ppt>. Acesso em: out. 2006.

Com o objetivo de mostrar que seu governo teria estratégias distintas das realizadas nas administrações anteriores, o governo Clinton permitiu a diminuição, nos primeiros anos de seu mandato, da assistência tanto militar quanto econômica que haviam sido propostas pela Estratégia Andina do governo Bush.

Posto isto, pode-se afirmar que as medidas norte-americanas para eliminar a produção de drogas no governo Clinton seguiram dois caminhos distintos. Por um lado, manifestaram-se em nível unilateral, pelo qual, a partir da Certificação, exerciam a

política de incentivos e ameaças (conhecida como *stick and carrots*)⁵⁵. Por outro, valorizaram os canais multilaterais e os acordos internacionais como forma de legitimação, de arregimentação e de critérios para a avaliação da conduta dos países no combate às drogas⁵⁶.

No entanto, os poucos resultados em curto prazo das medidas de redução de demanda, as críticas por parte da opinião pública, bem como a pressão tanto dos republicanos no Congresso⁵⁷ quanto de membros do próprio partido democrata, levaram o governo Clinton a intensificar as políticas de combate às fontes produtoras. Nesse sentido, em 1996, houve um reforço considerável nos objetivos de estratégia nacional de controle de drogas, como por exemplo, na defesa das fronteiras terrestres e marítimas dos EUA e no combate direto aos países onde havia, segundo os relatórios do governo norte-americano, produção de drogas.

Com isso, Clinton passou a realizar uma série de medidas para conter o tráfico de drogas ilícitas. Dentre estas, pode-se mencionar a autorização para utilizar a Lei Internacional de Poderes Econômicos de Emergência (International Emergency Economic Powers Act – IEEPA)⁵⁸, que permitiu bloquear as transações financeiras que beneficiavam as organizações responsáveis pelo tráfico de drogas.

O governo Clinton também tornou as análises para a avaliação da Política de Certificação mais rigorosas. Se comparadas com as Major List dos governos de Reagan

⁵⁵ A política do *stick and carrots*, característica do governo Kennedy (1961-1963), significa a combinação de incentivos com penalizações. É apropriada sua aplicação na análise do processo de Certificação visto que essa medida ao mesmo tempo em que pretende incentivar os países para combater o tráfico, pune aqueles que não cumprem com o que havia sido determinado pelo próprio governo norte-americano.

⁵⁶ PROCOPIO FILHO, *Op. cit.*

⁵⁷ Nas eleições parlamentares de 1994, a direita republicana obteve maioria na Câmara dos Deputados dos EUA. Em: ALENCASTRO (2004) “No quintal da Casa Branca”.

⁵⁸ O IEEPA, decretado em 1977, permitiu ao presidente dos EUA anunciar a existência de uma ameaça à segurança nacional proveniente do exterior. Também concedeu ao presidente a possibilidade de bloquear e congelar quaisquer transações que viessem a colaborar financeiramente com a propagação da ameaça. Nesse sentido, a Lei tornou-se um instrumento para o governo norte-americano ordenar embargos a países, organizações internacionais e indivíduos que tinham algum envolvimento com a ameaça. Em: <<http://www.treas.gov/offices/enforcementofac/legal/statutes/ieepa.pdf>> Acesso em: mai. 2007.

e Bush, as medidas do governo Clinton, ao mesmo tempo em que foram aplicadas de maneira menos agressiva, não se preocuparam em punir países que mantinham relações mais próximas com os Estados Unidos; tais como a Nigéria, grande exportador de petróleo aos EUA; e o países da região andina - Peru, Bolívia, Colômbia e Equador - com os quais o país norte-americano havia assinado o Acordo sobre Tarifas Preferenciais aos Países Andinos (ATPA), em 1991.

Os países da região andina foram o destino da maior parte das medidas de assistência norte-americanas para o combate ao tráfico de drogas ilícitas na década de 90. Para estes, foram direcionadas medidas repressivas (hard), que contavam com a presença de aparatos militares a partir da extraterritorialidade das Forças Armadas estadunidenses, conforme explicado a seguir.

Na Colômbia, o investimento dos EUA foi canalizado para a Polícia Nacional da Colômbia, esquadrões de elite, e para grandes campanhas de *spray* de herbicidas. No Peru, o governo dos EUA proveu auxílio contra as drogas para o Serviço de Inteligência Nacional (SIN). [...] Na Bolívia, Washington financiou o “Plan Dignidad”, um programa de erradicação que prometeu um declínio rápido até se atingir a “produção zero de coca”⁵⁹.

Além dessas, os países andinos também receberam assistências mais brandas (soft), que se apresentaram como a busca pela geração de condições de governabilidade e desenvolvimento de seus marcos legais e institucionais relativamente ao tema.

A Colômbia, conforme os relatórios anuais do Controle Nacional de Narcóticos (INC) do governo Clinton, foi apontada como a maior fonte de cocaína do mundo (responsável por três quartos da produção mundial e utiliza a matéria base, coca, cultivada tanto em seu território como provenientes da Bolívia e do Peru). Não obstante, foi considerada grande fornecedora de heroína e de maconha para o mercado norte-

⁵⁹ TATE, W. Dentro do complexo andino: Bush II continua com a marcha a militarização. **NACLA: Report on the Americas**, v.35, n.3, nov/dez, 2001. Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=1926&nacla_Session=77307ecff2e0d9976912481&nacla_Session=77307ecff2e0d9976912481> Acesso em: jun. 2007.

americano e foco de atividades relacionadas à lavagem de dinheiro e ao crime internacional⁶⁰.

Por ter sido o maior destino das medidas norte-americanas dos EUA na década de 90, o trabalho realizará uma análise acerca das medidas do governo Clinton em relação à Colômbia.

2.2.1 – As medidas antidrogas de Clinton para a Colômbia

O papel de destaque da Colômbia no tráfico de drogas é consequência, segundo os INCSR, de diversos fatores: (i) sua posição geográfica; (ii) crise sistêmica; (iii) três guerras simultâneas; (iv) desmantelamento dos cartéis na década de 90.

Em relação à sua estratégica posição geográfica, vale mencionar que a Colômbia localiza-se próximo ao altiplano andino, região produtora de coca, está no ponto mais setentrional da América do Sul, aproximando-se dos grandes mercados consumidores e é o único país dessa região que é banhado pelos dois oceanos, Atlântico e Pacífico, oferecendo, assim, várias opções de trânsito aos traficantes de drogas.

⁶⁰ Os INCSR são formulados anualmente pelo escritório de Controle Nacional de Narcóticos (INC) do Departamento de Estado, de acordo com a Lei de Assistência ao Exterior (FAA). Neles, constam informações acerca do desenvolvimento dos programas e políticas para o combate às drogas, a assistência do governo norte-americano e um panorama sobre a situação dos países relativamente ao tema. Para recorte do trabalho, analisamos as informações sobre o tráfico de drogas e as medidas de controle na Colômbia que constam nos relatórios de 1994 ao de 2000. Os INCSR desse período podem ser encontrados no sítio: <<http://www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt/>>. Acesso em: jan. 2007.



Figura 2.2 – Mapa Político da Colômbia. Disponível em: < <http://www.businesscol.com/comunidad/colombia/colombia05.html> >. Acesso em: out. 2006.

Além das questões geográficas, a crise sistêmica que assola o país, por conta da destruturação e a fragilidade do governo nacional e de suas políticas agrícolas, tornou a Colômbia um ambiente propício para as organizações criminosas realizarem suas atividades.

De acordo com o governo dos EUA, existem no país sul-americano três guerras simultâneas e inter-relacionadas: (i) o governo colombiano contra os movimentos

guerrilheiros de esquerda⁶¹, tais como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia Exército do Povo (FARC-EP) e o Exército de Libertação Nacional (ELN); (ii) o governo contra os paramilitares⁶², como as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC); e (iii) o governo contra os traficantes de drogas ilegais.

Finalmente, o governo dos EUA também alegou que, na década de 90, quando houve o desmantelamento dos dois maiores cartéis responsáveis pelo tráfico de drogas – Cáli e Medellín – surgiram e se multiplicaram pequenas organizações de traficantes, o que tornou mais difícil o controle das atividades do tráfico de drogas⁶³. Além disso, parte da atividade passou a ser controlada pelos guerrilheiros de esquerda, que obtinham recursos a partir da cobrança de “impostos” aos produtores de coca e traficantes de drogas.

Com as justificativas apresentadas nos relatórios do INC, os EUA tornaram-se o maior financiador para o combate às drogas na Colômbia na década de 90. Dentre os motivos que podem explicar o interesse do governo estadunidense no país sul-americano, vale citar, além da visão dos EUA de que deveriam combater as ameaças

⁶¹ Os movimentos guerrilheiros da Colômbia foram criados a partir da mobilização de camponeses, após o conflito armado no período La Violência (1946-1950), para reivindicar melhora nas condições de vida no campo. No entanto, pelo teor hostil das mobilizações, o governo colombiano passou a enxergá-los como uma ameaça à segurança do país e, no começo da década de 60, recebeu ajuda econômica e militar dos EUA para combatê-los. No entanto, esses combates causaram o efeito inverso. Em 1964, um grupo de camponeses formou as FARC, que tinham como objetivos tomar o poder político pela revolução armada e promover a distribuição agrária. Nos anos seguintes, outros grupos guerrilheiros foram criados, tais como o ELN, em 1965; o Exército Popular de Libertação (EPL), em 1967 e o Movimento 19 de Abril (M-19), em 1973. Na década de 80, o EPL assinou um acordo de paz com o governo da Colômbia e o M-19 depôs as armas e tornou-se partido político. As FARC e o ELN ainda atuam no país e contam, respectivamente, com 16.000 e 5.000 membros. Em: BRAUN (2003), H. Honra, amnésia, maldade e reconciliação na Colômbia. In: AGGIO, A; LAHUERTA, M. (org.) **Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp.

⁶² Em resposta aos movimentos dos grupos de esquerda e para proteger seus territórios, a população rural armou-se com o aval do Exército Nacional Colombiano e, na década de 80, formou grupos de paramilitares, como o AUC. ARSON, C (org.). **The peace process in Colombia with the Autodefensas Unidas de Colombia**. Washington: Woodrow Wilson Center. Latin American Program. 2004.

⁶³ Após a dissolução de Cali e Medellín, a maior organização de drogas na Colômbia passou a ser o cartel Norte del Valle, que é coordenado por Diego Montoya, conhecido como Don Diego. Existem alegações de que a AUC auxilia e protege as rotas e os laboratórios utilizados por este cartel.

contra sua segurança nacional; a relação comercial entre os dois países que, dentre alguns dados, pode-se mencionar:

O fluxo do comércio legal entre eles é de aproximadamente US\$ 10 bilhões por ano. A Colômbia é a quarta maior economia da América do Sul e o quinto mercado receptor das exportações dos EUA para a América Latina.⁶⁴

Ademais, a Colômbia, assim como todos os países da região andina, conta com diversos recursos naturais energéticos. Para ilustrar a riqueza da diversidade energética na região, a Bolívia conta com grandes reservas de gás natural, o Equador é grande exportador de petróleo e o Peru, após o desenvolvimento do gasoduto Camisea, tornou-se auto-suficiente e grande exportador de energia de gás natural. Esses países também contam com outros recursos naturais energéticos, quais sejam o hidroelétrico – especialmente na Venezuela e na Colômbia – e o eólico, para a geração de energia renovável a partir do vento – sobretudo Colômbia, Equador e Peru.

Porém, os dois países de maior destaque na região andina no que tange aos recursos naturais são a Venezuela e a Colômbia – dois dos quatro maiores fornecedores mundiais de energia para os EUA. No Hemisfério Ocidental, a Venezuela é o país que detém as maiores reservas de petróleo e que, com exceção dos EUA, tem o maior número de reservas de gás natural. A Colômbia, por sua vez, conta com importantes reservas tanto de petróleo quanto de carvão.

É importante ressaltar que o interesse dos EUA na região andina não se restringe apenas aos recursos naturais energéticos. A floresta amazônica, que se estende por todos os países da região andina – em especial na Colômbia, cuja biodiversidade perde apenas

⁶⁴ MANWARING (2001). Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub22.pdf>> Acesso em: abr. 2007. Conforme relata a Associação Internacional de Jornalistas e Investigadores (ICIJ), os EUA importaram, no fim da década de 90, mais petróleo da América Latina do que do golfo Pérsico. Ver sítio da ICIJ: www.publicintegrity.org/icij/. Acesso em: abr. 2007.

para a do Brasil –, chama a atenção dos EUA, sobretudo quando se leva em conta a água doce, que está cada vez mais escassa no planeta.

Não obstante, tanto na Venezuela quanto na Colômbia existem empecilhos que dificultam os interesses e objetivos dos EUA na região. No primeiro, as principais dificuldades estão na postura nacionalista do presidente, Hugo Chávez, e a manutenção do caráter estatal da indústria petrolífera do país. No segundo, a infra-estrutura petrolífera é prejudicada, segundo o governo norte-americano, pelos conflitos internos. Um exemplo que sustenta essa alegação são os constantes ataques a empresas petrolíferas a partir de explosões de oleodutos, como os que aconteceram no campo petrolífero de Caño Limón, que conta com mais de 750 km de comprimento e que foi construído na década de 80.

Para proteger seus investimentos e criar um ambiente mais propício para a futura exploração das reservas dos dois países, algumas companhias dos EUA passaram a fazer uma intensa campanha no Congresso para estimular e investir em maior assistência militar à Colômbia e a outros países da região⁶⁵.

Conforme discurso da embaixadora dos EUA no país andino, Anne Patterson, o país norte-americano tinha interesse de formar e de treinar militares para proteger a infra-estrutura petrolífera das transnacionais instaladas no território colombiano⁶⁶.

Nesse sentido, a assistência militar dos EUA para o país andino passou a ser anunciada com os seguintes objetivos: (i) reduzir o cultivo de coca e papoula a um nível não comercial; (ii) dismantelar as maiores organizações responsáveis pelo tráfico de drogas e (iii) eliminar a disseminação de precursores químicos e a lavagem de dinheiro. Com vistas a combater as fontes produtoras, Washington, então, passou a promover e a

⁶⁵ Ver FOLHA de S. Paulo “Empresas dos EUA apóiam Plano Colômbia”, Caderno Mundo, 12/07/2001.

⁶⁶ PEREIRA, M. H. G. (2003) Petróleo en Colombia: ¿un barril de pólvora? **Adital**, México. Disponível em: <<http://www.visionesalternativas.com/militarizacion/articulos/petrol/8.htm>>. Acesso em: ago. 2006.

financiar duas medidas que nortearam a política antidrogas dos EUA: a erradicação e a interdição.

A interdição refere-se ao deslocamento de efetivos estadunidenses em bases no exterior e uma estreita cooperação com as forças de segurança locais, com o objetivo de encontrar centros de produção de drogas e deter os envios de drogas por meio terrestre, marítimo ou aéreo. Já a erradicação diz respeito à utilização de herbicidas cuja função é destruir o maior número possível de plantações de coca e de papoula⁶⁷.

No entanto, a partir do Decreto Presidencial 14 (Presidential Decision Directive – PDD-14)⁶⁸, o presidente Clinton determinou que, apesar da interdição continuar sendo objetivo das operações militares dos EUA, a maior parte da assistência concedida às forças de segurança dos países na região andina seria destinada à erradicação do cultivo das substâncias utilizadas na produção de ilícitos.

Além disso, o governo do EUA, a partir da atuação do DEA, buscou fortalecer o sistema legal e institucional da Colômbia para desenvolver a capacidade de aplicação da lei (*law enforcement*), treinar os responsáveis por isso na Colômbia e incentivar o acesso da população ao sistema judicial⁶⁹.

No que tange à Política de Certificação, a Colômbia foi alvo de punições durante alguns anos da década de 90. A primeira “não Certificação” ocorreu em 1995 devido a denúncias de que a candidatura do presidente colombiano, Ernesto Samper (1994-1998), havia sido financiada por organizações ligadas ao tráfico de drogas ilícitas. Como consequência da aplicação da política estadunidense, o visto de Samper para entrar nos EUA foi negado, causando um impasse diplomático entre os dois países e uma reação

⁶⁷ ISACSON, A. (2005), Op. cit., p. 44

⁶⁸ Em 1993, Clinton inaugurou o novo mecanismo para promulgar as decisões presidenciais em questões de segurança nacional, denominado *Presidential Decision Directive* (PDD) e aboliu o NSD do governo Bush. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/history.html#clinton>>. Acesso em: jun. 2006.

⁶⁹ A legislação da Colômbia proíbe o cultivo e produção de narcóticos (Lei 30 de 1974) e, desde 1995, rege no país uma lei que criminaliza a lavagem de dinheiro no país. No entanto, segundo o INCSR de 1996, os esforços para aplicá-las eram irrisórios. Ver INCSR de 1996 em: <http://www.state.gov/www/global/narcoticslaw/1996_narc_report/index.html>. Acesso em: jan. 2007.

negativa entre as nações latino-americanas e européias, que repudiaram a medida norte-americana⁷⁰.

Mas, ainda em 1995, o governo dos EUA não negou a Certificação ao país, concedendo a ele a “certificação pelo interesse vital da nação” e afirmou na INCRS que iria aguardar mais um ano para que o presidente pudesse comprovar que não tinha relações com o tráfico de drogas.

Em 1996, por não ter atingido o progresso esperado pelo governo norte-americano, a Colômbia foi “decertificada”, o que permitiu aos EUA, conforme lei interna, proibir investimentos e financiamentos no país e votar contra as solicitações da Colômbia para empréstimo em instituições financeiras internacionais.

No ano seguinte, o governo norte-americano negou, pela segunda vez consecutiva, a certificação para a Colômbia devido a supostas conexões do governo do país sul-americano com as organizações responsáveis pelo tráfico de drogas. Além disso, os EUA alegaram que as medidas do governo colombiano eram insuficientes para punir os traficantes de drogas, criticaram a recusa do pedido dos EUA de extradição de quatro traficantes e mencionaram a necessidade de revisão do Acordo sobre Navegação Marítima entre os dois países para que este fosse mais efetivo no combate àquela atividade ilícita.

O presidente Samper defendeu-se das acusações argumentando que não havia provas suficientes para acusá-lo de manter envolvimento com os traficantes de drogas. Além disso, buscou normalizar suas relações com a Casa Branca a partir do apoio à intensificação da militarização interna para combater os movimentos de esquerda, da autorização do revigoramento do Tratado de Extradicação e com a assinatura do acordo marítimo. O chefe de Estado colombiano também permitiu que se implementasse a

⁷⁰ REMENTERIA (1997), I. Las drogas en el fin del siglo. **Cuadernos de Nueva Sociedad**, Caracas, n.1, p. 115.

fumigação aérea com herbicidas para erradicar os cultivos de coca e papoula no país. Essa autorização contribuiu para um crescimento substantivo, em valores absolutos, da erradicação a partir de 1997, como pode ser observado na tabela 2.1:

Tabela 2.1 – A erradicação do cultivo de coca na Colômbia de 1991 a 1997 em hectares

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Plantações em potencial	40.100	37.500	37.100	39.700	44.700	50.900	67.200	79.500
Erradicação	900	972	959	793	4.910	8.750	5.600	19.000
Cultivo estimado	41.000	38.473	38.059	40.493	49.610	59.650	72.800	98.500

Fonte: INCRS de 1998. Disponível em: <http://www.state.gov/www/global/narcotics_law/1998_narc_report/index.html>. Acesso em dez. 2006.

Em 1998, o país sul-americano recebeu a certificação pelos “interesses vitais da nação”. Segundo o governo norte-americano, apesar dos avanços no ano anterior, a Colômbia continuava sendo o maior fornecedor de cocaína aos EUA e o país ainda não havia atingido todos os requisitos para receber a certificação completa. Também mencionou que a violência no setor rural da Colômbia provocava erosões na estrutura judicial do país e diminuía a autoridade do governo nacional, fatos que representavam sérios desafios para a consolidação da democracia, tanto no próprio país como para toda a região, uma vez que esses processos transbordavam para os países vizinhos na forma de crime, corrupção, movimentos de refugiados e tráfico de drogas.

Nos últimos anos do governo Clinton, as medidas para combater o tráfico ilícito de drogas na Colômbia foram intensificadas devido à aproximação do governo norte-americano com o candidato do partido conservador, Andrés Pastrana, eleito presidente da Colômbia em 1998, e também devido à criação do Plano Colômbia, que intensificou a militarização do combate às drogas e assemelhou-se às estratégias dos governos republicanos de Reagan e Bush.

2.3 - A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PLANO COLÔMBIA

Quando Pastrana assumiu o poder na Colômbia, sua administração deparou com uma série de problemas no país, tais como a recessão econômica, o nível de desemprego cada vez maior, o aumento da produção de drogas na região rural, a expansão dos grupos paramilitares e os ataques, cada vez mais freqüentes, dos grupos guerrilheiros nas regiões rurais e urbanas.

Para solucionar tais problemas, em 1999, o Presidente colombiano apresentou o Plano Colômbia que, conforme o discurso oficial, tinha como objetivos os seguintes pontos: (i) processo de paz; (ii) economia colombiana; (iii) desenvolvimento social e democrático; (iv) luta contra o “narcotráfico”; (v) reforma do sistema judicial e proteção aos direitos humanos. É importante ressaltar que, apesar de ter sido apresentado pelo chefe de Estado da Colômbia, o governo norte-americano contribuiu com a elaboração do conteúdo do Plano⁷¹.

Pastrana, visando promover negociações com os movimentos de esquerda, atendeu algumas exigências dos grupos guerrilheiros para promover o diálogo como, por exemplo, a possibilidade de negociação sem que antes fossem obrigados a entregar suas armas. Além disso, foi concedida às FARC, uma área do território colombiano, conhecida como *zona de distensión*, sem presença do Exército militar nem da Polícia Nacional⁷². A zona entrou em vigência no final do ano de 1998, quando as Forças

⁷¹ Ver texto liberado pelo Escritório de Assuntos Hemisféricos do Departamento de Estado dos EUA: “Is Plan Colombia a Colombian Plan?”. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/wha/rls/fs/2001/1039.htm>>. Acesso em: fev. 2007. Ver também DIAZ-RIVILLAS, B. Política Exterior de los EEUU hacia Colombia: el paquete de ayuda de 1.300 millones de dolares de apoyo al Plan Colombia y la región andina. *América Latina Hoy*, Salamanca, v.31, p.145-186, 2002 e RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas conseqüências**. Marinha do Brasil – Escola Naval de Guerra. <www.mar.mil.br/egn/cepe/trabalhosCurriculares/CpemCemos/ensaioCcRippel.pdf>. Acesso em: out. 2005.

⁷² A *zona de distensión* tinha mais de 42 mil quilômetros quadrados e lá habitavam aproximadamente 60 mil pessoas. Esse território parecia ser um Estado soberano rodeado pela nação. Ali, a guerrilha

Armadas receberam a ordem presidencial para se retirarem do local, e englobou cinco municípios nos departamentos de Caquetá e Meta. As negociações de paz entre as FARC e o governo iniciaram-se em janeiro de 1999, mas foram suspensas doze dias depois por decisão do grupo guerrilheiro que exigira do governo ações contra os grupos de autodefesa.

Ao mesmo tempo em que Pastrana promovia negociações de paz com os grupos insurgentes, a Casa Nariño (sede oficial do governo colombiano) elaborava uma ofensiva militar, com o apoio do EUA, contra os mesmos. Em 20 de setembro de 1999, quando da visita oficial de Pastrana para solicitar um empréstimo à Washington, ele enfatizou a estreita relação da guerrilha com o tráfico de drogas ilícitas e, conseqüentemente, alegou ser de fundamental importância eliminar os grupos de esquerda para pôr fim à comercialização de entorpecentes. Tal alegação fez com que o combate àqueles grupos se tornasse um dos temas centrais do Plano Colômbia.

Para a efetivação do Plano, havia no projeto inicial a alegação de que seria preciso um montante de US\$ 7 bilhões, dos quais US\$ 4 bilhões seriam fornecidos pelo governo colombiano e o restante viria de contribuições da comunidade internacional e de instituições financeiras multilaterais⁷³. Em 2000, o Congresso dos EUA aprovou uma contribuição de US\$ 1,3 bilhões para o Plano. Desse total, US\$ 860,3 milhões foram destinados para a assistência à Colômbia e os outros US\$ 329 milhões, deliberados no ano fiscal de 2000, foram repartidos entre Bolívia, Colômbia, Equador e Peru com o intuito de auxiliar estes países na erradicação de coca, na criação de postos de fiscalização na fronteira com a Colômbia, no desenvolvimento de programas sociais e no incremento do arsenal militar das polícias locais⁷⁴.

mandou e dali foram organizadas seguidas incursões armadas contra a Colômbia. Em: BRAUN, *Op. cit.*, p. 273.

⁷³ DIAZ RIVILLAS, *Op. cit.*, p.175..

⁷⁴ RIPPEL, *Op. cit.*

No mesmo ano, o Plano foi anunciado na Cúpula Ministerial de Brasília como uma medida destinada ao desenvolvimento econômico e social da Colômbia. De acordo com o representante colombiano, a grande acolhida ao Plano pelos outros países latino-americanos na reunião de Brasília, da qual a Colômbia foi protagonista, foram vitais ao apoio que a Colômbia precisava para conseguir a paz e reiterou a importância de que a luta contra o tráfico de drogas ilícitas era um problema de todos.

Os US\$ 860,3 milhões para a Colômbia foram destinados a diversos setores, tais como, assistência aos poderes de segurança do país (Forças Armadas e Polícia Nacional), assistência para programas alternativos, incentivos para auxiliar a governabilidade (Direitos Humanos, Reforma Judiciária, Aplicação da Lei) e o processo de paz, como é ilustrado na tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Plano Colômbia – Assistência para a Colômbia

	Valor (em US\$ milhões)	% do total
Assistência militar	519,2	60,3%
Assistência policial	123,1	14,3%
Desenvolvimento alternativo	68,5	7,9%
Assistência a refugiados	37,5	4,3%
Direitos humanos	51,0	6,0%
Reforma judiciária	13,0	1,6%
Aplicação de Lei	45,0	5,3%
Processo de paz	3,0	0,3%
Total	860,3	

Fonte: Center For International Policy (CIP). Disponível em: www.ciponline.org/colombia/

È perceptível que a distribuição da assistência dos EUA conferiu ao Plano um caráter militarizado. Além disso, o fato das Forças Armadas da Colômbia receber mais verbas do que a Polícia Nacional foi uma tendência inovadora do Plano Colômbia, pois,

durante o governo Samper, os EUA intensificaram sua assistência à Polícia Nacional devido à sua concentração de esforços na erradicação de cultivos para o combate ao tráfico de drogas. No entanto, quando o governo Pastrana passou a não diferenciar os grupos traficantes dos movimentos guerrilheiros, ele anunciou também que os dois precisariam ser combatidos militarmente e foi, por isso, que o montante para as Forças Armadas passou a ser maior do que para a Polícia Nacional⁷⁵.

Em relação ao apoio às Forças Armadas colombianas, o governo dos EUA incentivou a criação de um “batalhão antinarcóticos”, cujos objetivos principais eram: (1) O fortalecimento da luta antinarcóticos a partir do fortalecimento e coordenação das Forças Armadas e da Polícia. (2) A eliminação da produção de grande escala continuando com os métodos de erradicação forçada. (3) rompimento dos nexos existentes entre os grupos armados e as organizações do narcotráfico. (4) Fortalecimento dos planos de desenvolvimento alternativo⁷⁶.

Já em relação à Polícia Nacional da Colômbia (PNC), o auxílio correspondeu a quatro formas de suporte: (i) suporte aéreo, voltado para o transporte de cargas e tropas e para a condução de operações de inteligência; (ii) suporte para erradicação; (iii) suporte para interdição; (iv) suporte administrativo⁷⁷. No entanto, a assistência à PNC centrou-se basicamente na fumigação de cultivos de coca.

A atuação das Forças Armadas iniciou-se em 2000, quando realizaram um bombardeamento na floresta amazônica da Colômbia com um fungo transgênico denominado *fusarium oxysporum* (gás verde) e fizeram um ataque em grande escala no departamento de Putumayo, no sul do país, localizado na fronteira com o Equador, contra os movimentos guerrilheiros.

Desde 1995, contratantes dos EUA e a Polícia Nacional da Colômbia fumigaram pelo menos 75 mil hectares por ano com uma mistura

⁷⁵ URIGÜEN, H. M. **Colombia y sus vecinos frente al conflicto armado**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005, p. 82.

⁷⁶ Idem, p. 83.

⁷⁷ No documento: *Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs*, Departamento de Estado - Budget Congressional Justification do ano fiscal de 2005.

química da companhia Monsanto chamada “Round Up,” e composta do herbicida glifosato e substâncias químicas que ajudam o veneno a penetrar nas plantas e no solo⁷⁸.

O montante destinado à assistência dos poderes de segurança colombianos também serviu para o governo colombiano contratar companhias privadas dos EUA, que forneciam material bélico, treinamento e apoio logístico aos militares e policiais colombianos.

A *United Technologies* e a *Textron*, por exemplo, ganharam, respectivamente, um contrato de US\$ 228 milhões e de US\$ 60 milhões para fornecer helicópteros às FFAA colombianas. A DynCorp, Military Professional Resources Inc. (MPRI) e outras companhias foram contratadas para fornecer pessoal norte-americano e de outras origens para a assessoria das operações antinarcóticos e para pilotar os aviões que realizavam a pulverização de herbicida sobre as lavouras de coca e papoula⁷⁹ (RIPPEL, 2004).

Com a assistência enviada pelo governo norte-americano, a Colômbia tornou-se, entre 1999 e 2001, o terceiro maior receptor de assistência militar dos EUA, conforme mostra a tabela 2.3, a seguir.

Tabela 2.3 – Os cinco maiores receptores de assistência militar dos Estados Unidos entre 1999 e 2001

País	Valor da assistência
1- Israel	9.823.862,000 US\$
2- Egito	6.122.603,000 US\$
3- Colômbia	1.549.497,000 US\$
4- Jordânia	981.050,000 US\$
5- Cisjordânia e Faixa de Gaza	630.557,000 US\$

Fonte: Associação Internacional de Jornalistas e Investigadores (ICIJ). Disponível em: <<http://www.publicintegrity.org/militaryaid>>. Acesso em: dez. 2006.

⁷⁸ DOYLE, K; ISACSON, A. Uma *nova nova* ordem mundial? *NACLA*, v.35, n.3, nov/dez, 2001. Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=1918&nacla_Session=fb7b721f9fd67a50a1f9d6d76c9d03c9&nacla_Session=fb7b721f9fd67a50a1f9d6d76c9d03c9> Acesso em: out. 2006.

⁷⁹ RIPPEL, *Op.cit.*

Dessa forma, o Plano, quando posto em prática, assumiu um caráter diferente daquele proposto inicialmente. A sua prioridade passou a ser o combate militar ao tráfico de drogas e aos movimentos guerrilheiros. Quando a Colômbia recorreu à comunidade internacional em busca de assistência financeira; enquanto alguns países apoiaram a proposta do Plano, outros recusaram a solicitação de recursos para seu desenvolvimento.

Os países da União Européia, por exemplo, não ficaram satisfeitos com o viés militarizado do Plano e, por essa razão, com exceção da Espanha – país europeu que mais investe em recursos naturais energéticos no país – não aprovaram a assistência financeira solicitada. Os governos europeus acreditavam que seria mais vantajoso centrar esforços nos setores econômico e social para solucionar a questão do tráfico de drogas, ao invés do fortalecimento do setor militar. Nesse sentido, os países europeus, assim como o Japão, dispuseram-se a auxiliar a promoção de diálogos entre o governo colombiano e os grupos de esquerda, uma vez que acreditavam ser esse o mecanismo mais eficiente para o processo de paz no país.

Os países da América do Sul passaram a enxergar o Plano Colômbia, e o formato que tomou depois de ter entrado em prática, de forma heterogênea. Enquanto alguns países foram financiados pelo Plano, como Bolívia, Peru e Equador; outros entendiam a proposta como uma intervenção militar dos EUA na região. A opinião dos países dessa região será melhor discutida posteriormente.

Depois que o Plano entrou em prática, o governo Clinton passou a conceder a Certificação para a Colômbia. O governo norte-americano alegou que o presidente Pastrana vinha se comprometendo com medidas eficazes para combater o tráfico de drogas e que, pelo fato da Casa Branca ter interesse em participar do Plano Colômbia, o que envolvia assistência econômica e social, não poderia negar a certificação para o

país. Além disso, os EUA afirmaram que a Colômbia estava tomando as seguintes medidas que contribuía para o combate às drogas⁸⁰: (i) A Operação do Milênio, que consistiu em uma iniciativa de coordenação envolvendo agências jurídicas da Colômbia, do México e dos EUA e que resultou na captura e aprisionamento de mais de 30 criminosos; (ii) Melhora nas Forças Aéreas da Colômbia; (iii) Avanços no combate ao tráfico marítimo; (iv) Integração entre as Forças Armadas e a Polícia Nacional para combate conjunto ao tráfico de drogas.

Em 2001, o candidato George W. Bush, do partido republicano, foi eleito e buscou manter o Plano Colômbia. No entanto, a discussão voltou-se ainda mais para a questão do combate aos movimentos guerrilheiros do país sul-americano, como já vinha ocorrendo durante os últimos anos do governo democrata.

⁸⁰ PRESS SECRETARY, Presidential Certifications for Major Narcotics Producing and Transit Countries. fev. 2000. Disponível em: <<http://www.clintonfoundation.org/legacy/022698-statement-by-press-secretary-onnarcotics-producing-and-transit-countries.htm>> Acesso em: set. 2005.

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES BUSH-URIBE PARA O COMBATE ÀS DROGAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A COLÔMBIA

Terrorism is theatre

Brian Jenkins

3.1 – O GOVERNO BUSH E O COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

3.1.1 – *O conceito de narcoterrorismo*

Após o fim da guerra Fria, a guerra às drogas tornou-se a justificativa principal do engajamento militar dos Estados Unidos na América Latina. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, Bush elaborou a Nova Doutrina de Segurança Nacional, que substituiu a guerra contra as drogas pela guerra contra o terror, que passou a ser o primeiro compromisso fundamental do governo federal.

Para derrotar esta ameaça, devemos utilizar cada ferramenta de nosso arsenal: o poderio militar, a defesa melhorada de nosso território nacional, a aplicação da lei e instituições rigorosas para controlar o financiamento aos terroristas⁸¹.

Além disso, a Doutrina de Bush alegou que os grupos terroristas eram as principais ameaças internacionais e que eles agiam em um Estado, porém fora do limite de sua soberania. Por essa razão, o governo norte-americano prontificou-se a fortalecer alianças com outros países para combater qualquer atividade, ator e rede financeira que prestasse assistência ou contribuísse de maneira direta ou indireta com ações terroristas.

O tráfico de drogas foi uma das atividades ilícitas que a Doutrina passou a associar com a organização de grupos terroristas – por isso, surge, naquele período, o termo “narcoterrorismo” –, usando o argumento de que os recursos provenientes dos ilícitos poderiam financiar as atividades daqueles grupos no continente americano. Além disso, em 2001, as FARC foram acusadas de manter vínculos com o grupo irlandês, Exército Republicano Irlandês (IRA), depois que a Polícia Nacional da

⁸¹ Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América. Casa Branca, Washington, 09/2002. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/espanol>>. Acesso em: ago. 2006.

Colômbia deteve três membros daquele grupo no país sul-americano com passaportes falsos.

[...] reconhecemos que o vínculo existente entre o terrorismo e os grupos extremistas do país, que desafiam a segurança do Estado, e o tráfico de drogas, ajuda a financiar as operações de tais grupos. Atualmente estamos trabalhando para ajudar a Colômbia a defender suas instituições democráticas e a derrotar os grupos armados ilegais, tanto de esquerda como de direita, mediante a extensão efetiva da soberania a todo o território nacional e o suprimento da segurança básica ao povo colombiano⁸².

Usando essa alegação, os EUA intensificaram seu envolvimento na disputa dos movimentos guerrilheiros com o governo colombiano e direcionou a maior parte das medidas de combate às drogas para a luta contra os grupos. A partir de então, as medidas de combate às drogas e as de contra-terrorismo passaram a ser semelhantes, pois ambas tinham as mesmas justificativas. Nesse sentido, as ações antidrogas eram muito semelhantes às medidas contra os movimentos guerrilheiros atuantes no país.

Para melhor compreender as medidas de combate ao terrorismo, é importante mencionar que elas podem ser divididas em duas vertentes. A primeira trata do antiterrorismo. Utilizadas com maior frequência durante o governo Clinton, tais ações compreendem a condução das medidas de caráter defensivo que objetivam a redução das vulnerabilidades aos atentados terroristas⁸³. Como exemplo, em 1996, durante o segundo mandato de Clinton, o Congresso ratificou a nova Lei Antiterrorismo, que tinha como objetivo limitar os avanços do terrorismo e aplicar uma série de medidas, como o controle rigoroso de emissão de vistos para os EUA, embargos econômicos e políticos, dentre outras⁸⁴.

⁸² Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, *idem*.

⁸³ PINHEIRO, A. S. (2004) **O Combate ao Terrorismo**. Defesanet. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/noticia/terrorismo.htm>>. Acesso em: set. 2006.

⁸⁴ VILLA, R.; OSTOS, M. P. Colômbia: Evolução de sua política externa em relação aos EUA e seus vizinhos. In: MATHIAS, S.; VILLA, R (2007). **Ensaio Latino-americanos de Política Internacional**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 197-236.

A segunda refere-se ao contraterrorismo, ou seja, medidas que adotam um caráter ofensivo, tendo como objetivo prevenir, dissuadir e retaliar atos terroristas. Foram vislumbradas no governo de Bush, sobretudo após 11/09. Dois exemplos dessa ofensiva foram as duas guerras promovidas pelo Presidente republicano no Oriente Médio: a do Afeganistão, em 2001, sob a alegação de que no país encontrava-se Osama Bin Laden, o responsável pelos atentados em Nova Iorque; e a do Iraque, em 2004, partindo do pressuposto de que o país produzia armas de destruição em massa, representando, assim, uma ameaça aos EUA e a seus “aliados ocidentais”.

Já o termo narcoterrorismo refere-se, de acordo com o DEA, aos atos terroristas realizados por grupos que estejam diretamente ou indiretamente envolvidos no cultivo, na elaboração, transporte e distribuição de drogas ilícitas. O Departamento de Estado, por sua vez, define o termo como uma simbiose existente entre os terroristas e narcotraficantes e arrolam anualmente, desde 1997, na Lista das Organizações Internacionais Terroristas (Foreign International Organizations - FTO), aquelas que são entendidas como uma ameaça à segurança nacional dos EUA.

Na FTO de 2001, dos 28 grupos, a maior parte deles atuava no Oriente Médio, enquanto cinco eram da América Latina: as FARC, o ELN e a AUC, da Colômbia, o Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA), do Peru.

Enquanto as FARC e o ELN foram incluídos nas FTOs desde 1997, a AUC só passou a ser considerada uma organização terrorista a partir de 2001. No entanto, é importante mencionar que, além da FTO, o governo dos EUA tem diversas outras listas para designar as organizações internacionais terroristas, tais como a *State Sponsor Terrorism*, que define os países que contribuem com tais organizações, e a do IEEPA⁸⁵.

⁸⁵ CRONIN **The FTO List and Congress**: Sanctioning Designated Foreign Terrorist Organizations. CRS - Report for Congress. out. 2003. Disponível em: < <http://www.fas.org/irp/crs/RL32120.pdf>> Acesso em: set. 2006.

No entanto, enquadrar todos os grupos considerados terroristas numa mesma Lista, parece ser uma medida de certa forma abrangente.

Como pode uma campanha, mesmo razoavelmente coerente, ser lançada contra uma lista de inimigos que inclui a FARC, cujo objetivo é de derrubar o governo colombiano, como também a AUC, cujo objetivo é de proteger o *status quo*?⁸⁶

Como explicado no capítulo anterior, enquanto as FARC e o ELN são movimentos guerrilheiros da Colômbia, a AUC é um grupo paramilitar de extrema direita. Por essa razão, definir algum desses grupos como terroristas é um trabalho complexo, uma vez que não existe consenso acadêmico sobre o termo terrorismo.

Para Saint-Pierre, o terrorismo encontra o âmbito político quando afeta não o Estado diretamente, mas seu núcleo de legitimação, a esfera pública. Nesse sentido, os atentados terroristas precisam de vítimas estratégicas para que seu efeito de desestabilizador seja atingido⁸⁷. Já para o Departamento de Estado dos EUA, o conceito de terrorismo baseia-se muito mais nos meios do que no objetivo dos ataques dos grupos. Dessa forma, o Departamento considera-o como uma violência premeditada e com motivação política contra não combatentes por grupos clandestinos, com a intenção, na maioria das vezes, de influenciar um público maior⁸⁸.

Nesse sentido, se a definição utilizada pelo Departamento de Estado for aceita, é possível considerar os três grupos que atuam na Colômbia como terroristas, pois todos utilizam, em maior ou menor grau, medidas violentas para atingir seus objetivos, sejam eles para proteger ou destituir o *status quo*. Por outro lado, se as considerações de Saint-Pierre forem levadas em consideração, os grupos deveriam ser separados conforme seus objetivos e interesses, muito mais do que pelos meios utilizados.

⁸⁶ KAWELL, J. (2001) **O perfil latino-americano do terror**. Nacla Report on the Américas, v. 35, n.3. Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=1927&nacla_Session> Acesso em: out. 2006

⁸⁷ SAINT-PIERRE, H. Guerra de todos contra quien? La necesidad de definir terrorismo. In: LOPEZ (2003) **Escritos sobre terrorismo**. Buenos Aires, Prometeo.

⁸⁸ URIGUEN (2005), *Op. cit.*, p.59

3.1.2 – A assistência de Bush para a Colômbia

Por conta do interesse do governo norte-americano em combater os grupos terroristas internacionais, o valor destinado à assistência militar para os países que os EUA acreditavam serem alvos de células terroristas teve um aumento considerável. Como se pode notar na tabela 3.1, seis dos sete países que mais receberam assistência depois de 11/09 localizam-se no Oriente Médio. A Colômbia, apesar de ter baixado da terceira posição dos países receptores entre 1999 e 2001 (tabela 2.3) para a sexta entre 2002 e 2004 (tabela 3.1), em termos absolutos, contou com um aumento considerável na assistência proveniente dos EUA, algo em torno de 58 %.

Tabela 3.1 – Os sete maiores receptores de assistência militar dos Estados Unidos entre 2002 e 2004

País	Valor da assistência
1- Israel	9,094,874,000 US\$
2- Egito	6,025,456,540 US\$
3- Paquistão	4,152,654,219 US\$
4- Jordânia	2,670,414,688 US\$
5- Afeganistão	2,663,783,836 US\$
6- Colômbia	2,048,565,665 US\$
7- Turquia	1,324,923,070 US\$

Fonte: ICIJ. Disponível em: <<http://www.publicintegrity.org/militaryaid>>. Acesso em: nov. 2006

O aumento da assistência militar dos EUA refletiu-se em toda a América do Sul. Também porque isso foi acompanhado por um decréscimo nas assistências voltadas aos setores da economia e de desenvolvimento da região. Em termos quantitativos, se por um lado os programas da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional

(United States Agency for International Development - USAID)⁸⁹ para a América do Sul, entre 2002 e 2006, reduziu seu orçamento em torno de 40%, por outro, o programa de Financiamento Militar Estrangeiro (FMF) para a região aumentou seus gastos, no mesmo período, de US\$ 3.4 milhões para US\$ 12 milhões, e o programa de Educação e Capacitação Militar Internacional (IMET) aumentou seus gastos para a América Latina, no mesmo período, de US\$ 9.8 milhões para US\$ 13.6 milhões⁹⁰.

Além do IMET, o Departamento de Defesa criou, depois de 11/09, o Programa Conjunto de Combate ao Terrorismo (Counterterrorism Fellowship Program - CTFP)⁹¹, para ensinar técnicas de combate ao terrorismo às forças de segurança de diversos países do mundo. Entre 2002 e 2004, esse Programa enviou uma assistência à América do Sul de aproximadamente US\$ 3.2 milhões, sendo que, desse total, metade foi destinado à Colômbia e a outra parte dividida entre Peru, Equador, Paraguai, Uruguai, Brasil, Argentina e Venezuela.

Ainda para a efetivação da estratégia de combate aos grupos armados da Colômbia, o governo Bush contou com a contribuição do presidente eleito em 2002, Álvaro Uribe, que, desde o início de seu governo, defendeu uma solução armada para os conflitos contra os movimentos insurgentes no país.

Segundo expresso no seu Plano de Governo, os principais objetivos eram promover a reforma política e o fortalecimento institucional para consolidar a democracia no país e desenvolver políticas econômicas que pudessem combater a pobreza e gerar empregos. Além disso, teve a intenção de desenvolver uma política

⁸⁹ “A USAID, criada em 1961, é a principal agência dos EUA responsável por oferecer assistência para o desenvolvimento a países de todo o mundo. Na América Latina e Caribe, apóia iniciativas com objetivos de combater o tráfico de drogas, principalmente projetos de desenvolvimento alternativo para que os agricultores, de promoção à democracia e à justiça.” FREEMAN, et al (2005) *Op. cit.*

⁹⁰ BERRIGAN, F. WINGO, J. (2005). **The Bush effect: US military involvement in Latina America rises Development and Humanitarian Aid fall.** An American Trade Sheet. World Policy Institute, nov. 2005. Disponível em: <www.worldpolicy.org/projects/arms/reports/MilitaryAidreport.pdf> Acesso em: nov. 2006.

⁹¹ Ver sítio do ICIJ: <http://www.publicintegrity.org/militaryaid/programdetail.aspx?PROGRAM_ID=CTFP>. Acesso em: nov. 2006.

externa que tivesse crédito no contexto internacional, que era crítico ao terrorismo por conta das ondas de atentados que vinham ocorrendo. Por essa razão, além de recorrer à comunidade internacional por recursos e assistência financeira para combater os grupos armados, elaborou o Estatuto Antiterrorista, o qual permitiu às Forças Armadas da Colômbia realizar detenções, intervenções em comunicações e em correspondências sem prévia ordem judicial⁹².

O Estatuto foi considerado inconstitucional pela Corte da Colômbia em agosto de 2004, uma vez que violava artigos da Constituição de 1991. O interesse em revogar o Estatuto sofreu grande influência e pressão sobre a comunidade internacional. Uribe, em resposta a revogação do Estatuto, afirmou que iria tentar novamente sua aprovação, uma vez que, durante sua vigência, contou com grande popularidade perante a opinião pública.

Com vistas a unir todas essas questões, Uribe criou a Política de Segurança Democrática (PSD), cujo objetivo central foi recuperar o controle do país incrementando a quantidade e capacidade de tropas militares e de unidades de policiais por todo o território nacional. Nesse sentido, o primeiro passo do governo foi tomar das FARC a *zona de distensión* que havia sido cedida pelo governo anterior, de Pastrana, como uma tentativa de agilizar as negociações para o processo de paz.

No marco da PSD, Uribe criou o Plano Patriota, que consistiu em uma ofensiva militar contra as FARC no sul da Colômbia e contou com o total apoio e respaldo de Washington para assistência técnica e militar.

A intenção da ofensiva militar é empurrar e golpear os insurgentes em direção ao sul do país, mediante ações móveis, com forte respaldo aéreo e terrestre. O que se buscava com aquilo era dificultar o

⁹² O “Estatuto Antiterrorista” também foi alvo de críticas por parte de organizações defensoras dos direitos humanos, que consideram que a transferência de competências do judiciário para as Forças Militares poderia violar os direitos individuais. MORAL (2004).

abastecimento, o deslocamento, as comunicações e bloquear a rede financeira dos grupos guerrilheiros (URIGUEN, 2005, 114).

O comandante do exército da Colômbia, general Carlos Alberto Ospina, afirmou que era possível derrotar a guerrilha e o terrorismo, porém se fazia necessário um amplo apoio popular e mais recursos bélicos. Em resposta a essas exigências, o governo de Uribe decidiu criar uma rede de informantes civis de até um milhão de pessoas para que apoiassem as forças militares na luta contra os grupos armados ilegais. Além disso, o presidente reconheceu que os recursos eram escassos, muito limitados, mas se tivessem vontade não haveria aperto orçamentário que os detivessem para devolver a segurança aos cidadãos colombianos⁹³.

Além da consolidação do controle estatal do território, Uribe promoveu outras iniciativas a partir do PSD: (i) incrementou os processos de erradicação aos cultivos ilícitos, com o fim de combater a produção de coca e papoula e reduzir os recursos dos grupos armados e tidos como os responsáveis pelo tráfico ilícito de drogas; (ii) protegeu a população contra os riscos que a nação enfrentava, tais como o terrorismo, o negócio das drogas, o tráfico de armas e os seqüestros; (iii) aumentou a proteção da fronteira; (iv) buscou realizar uma administração baseado na eficiência, transparência e prestação de contas⁹⁴.

Quanto ao Plano Colômbia, Bush propôs, em 2001, uma nova estratégia para a região: a Iniciativa Regional Andina (Andean Regional Initiative - ARI), que tinha a intenção de fomentar a democracia, o desenvolvimento e o combate às drogas. Tal iniciativa foi planejada para atuar na Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e parte do Panamá e Brasil.

⁹³ Em: "Uribe cobra eficiência de novos chefes do Exército colombiano" BBC Brasil.com, ago. 2006. Essa declaração foi feita logo após Uribe ter anunciado o interesse em cobrar um "imposto de guerra" para combater os grupos rebeldes e paramilitares que atuam no país. A taxa (1,2%) seria cobrada de colombianos que tivessem renda anual superior a US\$ 57 mil. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020816_colombiadi.shtml> Acesso em: set. 2006.

⁹⁴ BUITRAGO, F. L. La seguridad durante el primer año del gobierno de Álvaro Uribe Vélez. **Análisis Político**. Bogotá, n.50, p. 40-54, 2004.

Apesar de ser uma evolução do Plano Colômbia, o orçamento inicial desse plano priorizou novamente o combate às drogas. Dos US\$882 milhões disponíveis para atender tais programas, US\$731 milhões foram destinados à Iniciativa Antinarcóticos Andina (Andean Counternarcotics Initiative, ACI, do Department's Bureau for International Narcotics Control and Law Enforcement Affairs, INCLE)⁹⁵.

Dos US\$731 milhões do ACI, aproximadamente 50% foi enviado à Colômbia. Do total concedido à Colômbia, 36% destinou-se a propósitos econômicos, sociais e de governança, enquanto os outros 64%, ao combate às drogas e segurança. No caso do Peru e Bolívia, a quantia destinada aos setores econômico e social foi significativamente maior – 61% em ambos os países. Para o ano fiscal de 2003, o governo Bush enviou ao Congresso o pedido de US\$980 milhões para o fundo do ACI, dos quais 55% eram para a Colômbia. No ano fiscal seguinte, o pedido foi de US\$990.7 milhões, dos quais US\$463 milhões eram para financiar os programas de combate às drogas na Colômbia⁹⁶.

Com o ARI, em 2002, contemplou-se um total de US\$ 292 milhões de dólares para os vizinhos da Colômbia, além dos US\$ 223 milhões recebidos pelo Plano Colômbia. Peru recebeu US\$132 milhões; e Equador; Venezuela e Brasil, que foram contra as medidas antidrogas dos EUA na região, receberam, respectivamente, US\$ 37 milhões, US\$ 8 milhões e US\$ 12 milhões⁹⁷.

Os principais pontos do ARI para os vizinhos da Colômbia foram⁹⁸:

(1) aumentar a assistência ao Peru para se proteger, por meio da interdição e de programas de desenvolvimento alternativo, do ressurgimento do cultivo de coca; e respaldar os esforços do Equador para proteger sua fronteira com a Colômbia. (2) Assistir os controles

⁹⁵ RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências**. Marinha do Brasil – Escola Naval de Guerra. <www.mar.mil.br/egn/cepe/trabalhosCurriculares/CpemCemos/ensaioCcRippel.pdf>. Acesso em: out. 2005.

⁹⁶ PERL, R. **International drug trade and US foreign policy**. CRS - Report for Congress. Nov. 2006. Disponível em: <<http://193.43.76.2/pdf/other/RL33582.pdf>> Acesso em: jun. 2007.

⁹⁷ URIGUEN (2005), *Op. cit.*, p.85

⁹⁸ URIGUEN, *Idem*, p.86

fronteiriços da Venezuela e do Brasil, bem como seus sistemas judiciais e seus programas de combate ao tráfico de drogas. (3) Propiciar, nos países da região, um equilíbrio entre a aplicação da lei, os programas de segurança e o desenvolvimento social e econômico.

O governo de Bush continuou utilizando a Política de Certificação para definir quais países eram produtores de drogas ilícitas. No entanto, já no início de seu mandato, diversas medidas foram propostas por senadores norte-americanos para alterar o procedimento adotado em sua aplicação. Dentre as propostas feitas, pode-se mencionar: (1) a suspensão da Política de Certificação por dois anos até que outra mais eficiente fosse formulada; (2) um acordo prévio para não incluir o México na *Major List* dos anos fiscais do governo Bush, por conta da relação estreita dos dois países na área de economia, e desenvolver com o país latino um acordo de cooperação bilateral para o combate à drogas; (3) a não aplicação da Política de Certificação em países com os quais os EUA mantinham alguma relação bilateral para combater o tráfico de drogas⁹⁹.

Apesar dessas propostas e de algumas alterações no seu procedimento e nos países alvos da retaliação, a Política de Certificação vigorou durante todo o primeiro mandato do governo Bush, que argumentou que tal medida ainda garante aos EUA a divulgação e o controle da situação internacional em matéria de drogas.

No que tange aos países do Hemisfério Ocidental, o governo norte-americano expressou sua preocupação sobre o tráfico de drogas na fronteira com o Canadá, devido à crescente exportação de substâncias ilícitas (pseudoefedrina e maconha) daquele país para os EUA e mencionou que as nações da região andina e o México continuavam sendo as maiores fontes de drogas consumidas nos EUA. No entanto, durante o primeiro mandato de Bush, nenhum país da região foi “decertificado”, com a justificativa de que eles estavam se engajando cada vez mais no combate ao tráfico de drogas¹⁰⁰.

⁹⁹ STORRS (2002) **Drug Certification requirements and congressional modifications in 2001-2002**, out. 2002. Disponível em: <www.thememoryhole.org/crs/RL30892.pdf>. Acesso em: nov. 2006.

¹⁰⁰ PRESS SECRETARY, 2004

3.2 - AS CONSEQUÊNCIAS DA MILITARIZAÇÃO AO COMBATE ÀS DROGAS PARA A COLOMBIA

As políticas de segurança de Pastrana e Uribe mantiveram-se subordinadas às medidas antinarcoóticos e de contrainsurgência dos Estados Unidos ao receberem a assistência financeira e militar dos diferentes desembolsos que eram feitos anualmente. Enquanto o Plano Colômbia durante Pastrana teve como objetivo central o combate ao tráfico de drogas e como objetivo secundário, a guerrilha; o Plano Patriota de Uribe buscou primeiramente lutar contra os grupos guerrilheiros, e manteve o combate ao tráfico de drogas como tema colateral¹⁰¹. De qualquer forma, ambos os Planos para a Colômbia tiveram como consequência a intensificação da militarização do país, bem como de seus vizinhos.

Após a aplicação do Plano Colômbia, em conjunto com a PSD de Uribe, tornou-se comum discursos oficiais, tanto do governo colombiano quanto do governo norte-americano, para exaltar as melhoras do país, sobretudo nos setores da economia e de segurança. De fato, alguns fatores apontam nesse sentido, como a redução de seqüestros e da violência em algumas cidades do país, por conta do forte controle do Estado e de suas forças de segurança sobre o território nacional, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir:

¹⁰¹ URIGUEN, 2005, 117

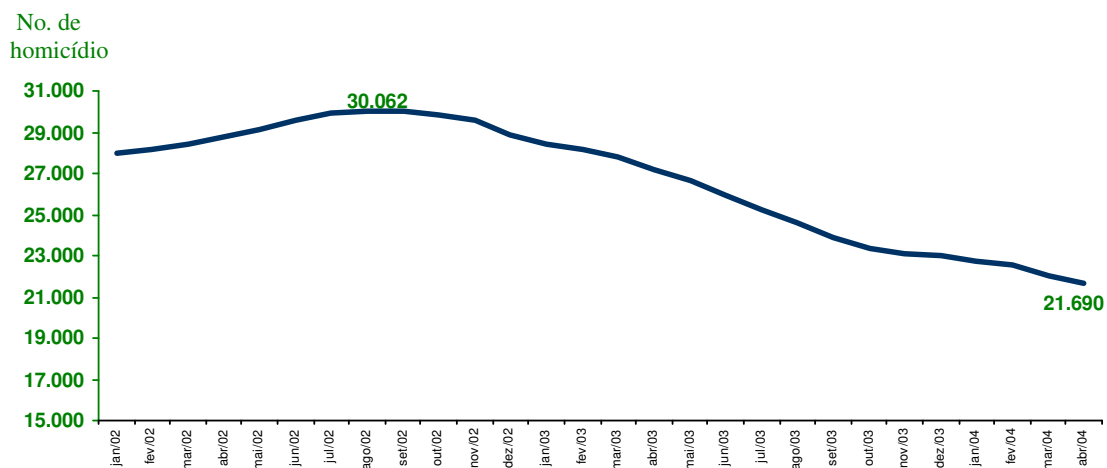


Figura 3.1 – Tendência de homicídio entre Janeiro de 2002 e Abril de 2004 na Colômbia Fonte: Ministério de Defesa Nacional de Colômbia

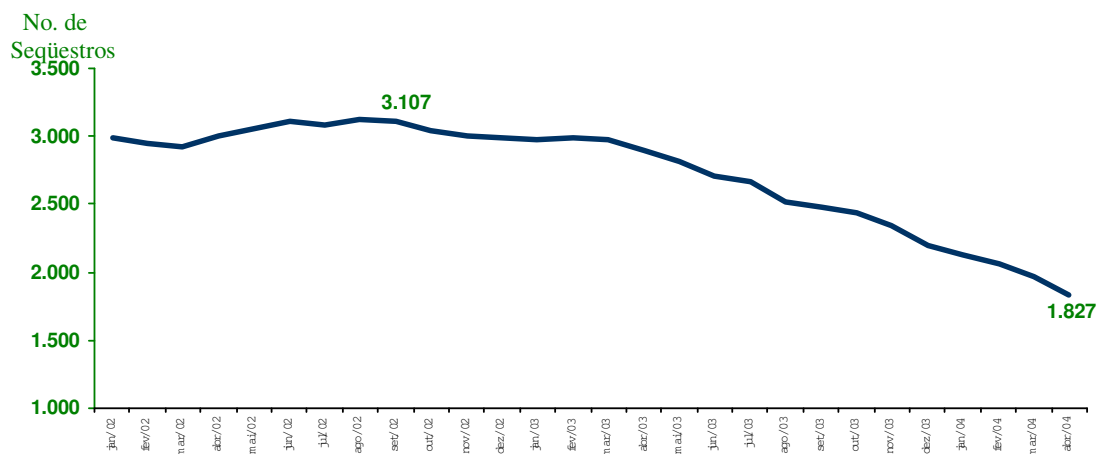


Figura 3.2 - Tendência de seqüestro entre Janeiro de 2002 e Abril de 2004 na Colômbia. Fonte: Ministério de Defesa Nacional de Colômbia

Apesar desses avanços, outros fatores comprovaram o contrário, ou seja, que ainda há muito a ser feito na Colômbia e que problemas como a produção de drogas

ilegais, a impunidade e abuso de poder, a debilidade das instituições não-militares e o poder dos paramilitares continuam a assolar o país¹⁰².

A economia da Colômbia, uma das mais fortes na América Latina, caiu drasticamente nos últimos anos do século XX. Seguindo um declínio recorde do PIB de 5% em 1999, a economia tem se recuperado ligeiramente, mas permanece lenta, e o desemprego atingiu o mais alto índice, acima de 20%. [...] Além disso, a violência política forçou mais de 315.000 pessoas a abandonarem suas casas em 2000, adicionando ao que já representa a terceira maior população deslocada no mundo¹⁰³.

No que tange ao Plano Patriota, por exemplo, poucos foram os avanços ao combate contra as FARC. O grupo guerrilheiro, por conta da cada vez maior ofensiva militar, passou a infiltrar-se na floresta Amazônica e a atacar os militares com minas terrestres. Nesse sentido, apesar do governo colombiano estar conseguindo golpear a logística e as redes de finanças do grupo guerrilheiro, o Plano Patriota não foi um avanço substantivo para combatê-lo.

O Plano, que já enviou mais de 14.000 soldados para os departamentos¹⁰⁴ (estados) da Colômbia que fazem fronteira com o Peru e o Equador, acabou por aumentar a força do grupo, como se pode perceber na análise do cientista político James Brittan (2005):

Entre 2000 e 2004, as FARC promoveram 900 ataques enquanto que nos quatro anos anteriores, cometeu 907. Ao mesmo tempo em que as Forças Armadas da Colômbia bloquearam os departamentos do sul da Colômbia, as FARC aumentaram seu controle em áreas internas da região. Em dezembro de 2003, de acordo com residentes locais, as FARC aumentaram o número de membros, em uma média de 100 novos combatentes recrutados nas cidades da região. Em 1979, as

¹⁰² ISACSON (2006). **Plan Colombia** – Six years later. International Policy Report. Washington: Center for International Policy, 2006. Disponível em <<http://www.ciponline.org/colombia>> Acesso em: nov. 2006.

¹⁰³ TATE (2001). Dentro do complexo andino: Bush II continua com a marcha a militarização. **NACLA: Report on the Americas**, v.35, n.3, nov/dez, 2001. Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=1926&nacla_Session=77307ecff2e0d9976912481&nacla_Session=77307ecff2e0d9976912481> Acesso em: nov. 2006.

¹⁰⁴ Os departamentos onde se realiza o Plano Patriota são: Nariña, Guaviare, Meta, Putumayou e Caquetá.

FARC tinham presença em menos de 10 cidades no país e em 2003, o grupo estava operando em mais de 1000 cidades.

A população do sul da Colômbia reclamou ter sofrido conseqüências da guerra entre as FARC e o governo nacional depois da criação do Plano Patriota. Segundo uma notícia do periódico *El Tiempo* da Colômbia, os donos de terras afirmaram que suas propriedades foram invadidas por membros das FARC para plantarem coca e que eles lutam para manter controle sobre as estradas para o transporte clandestino, e que, por outro lado, o Exército nacional não os deixa comprar gasolina e nem fazer comércio acima de US\$ 230 mil, para que esse dinheiro não chegue de alguma maneira às FARC.

Outra ação realizada pelas FARC, que chamou a atenção do governo norte-americano, foi o ataque a gasodutos e oleodutos, elementos fundamentais da economia e infra-estrutura do país. Com vistas a combater esses ataques, o Departamento de Segurança dos EUA decidiu enviar missões para o treinamento das forças de segurança da Colômbia para proteger tais obras.

Nesse sentido, o Plano Colômbia, denominado posteriormente de Iniciativa Andina, foi um plano estratégico-militar que teve como um dos objetivos prioritários favorecer as companhias interessadas nos recursos naturais energéticos (petróleo, principalmente) do país sul-americano.

3.2.1 – Reflexos da relação Uribe/Bush para a política externa regional de Uribe

Ao mesmo tempo em que a Casa Nariño mantinha uma boa relação com os EUA - o que permitiu a crescente intervenção dos EUA nos assuntos internos da Colômbia -; os países vizinhos na América do Sul tiveram as mais diferentes reações em relação à sua proximidade com o país norte-americano e à consolidação do PSD.

A Venezuela, apesar de manter uma boa relação com a Colômbia no setor econômico e comercial, não foi favorável à intensa participação dos EUA na política doméstica de seu vizinho. Além disso, reclamou das alegações feitas pelo governo norte-americano e colombiano, de que o país de Hugo Chávez financiava os grupos armados da Colômbia¹⁰⁵.

Os países da América Central e a Argentina apoiaram as medidas do governo de Uribe, sobretudo para mostrar solidariedade ao país após os atentados contra o Clube Nogal, em Bogotá, em fevereiro de 2003, que causou um ônus de aproximadamente 35 mortes e mais de 200 feridos. No mesmo mês dos atentados, os presidentes de EL Salvador, Francisco Florez; Honduras, Ricardo Maduro; Guatemala, Alfonso Portillo; Nicaragua, Enrique Bolaños; Costa Rica, Abel Pacheco, e Panamá, Mireya Moscoso, além do chanceler argentino Carlos Ruckauf, apresentaram a *Declaração do Panamá* na qual concordaram em adotar todos os mecanismos disponíveis para enfrentar o terrorismo na Colômbia¹⁰⁶.

O Equador, o Brasil e o Peru buscaram promover uma cooperação com a Colômbia para combater o tráfico de drogas, mas suas forças de segurança permaneceram sob ordens formais para evitar uma confrontação direta com os traficantes de drogas e os grupos guerrilheiros.

Os governos do Equador e do Panamá mostraram-se favoráveis à PSD. O presidente do Panamá, Mireya Moscoso, reuniu-se com Uribe no final de 2002 e juntos discutiram temas relacionados ao intercâmbio de informação e de inteligência e decidiram reativar as relações bilaterais de segurança. O presidente do Equador, Lucio

¹⁰⁵ No documento Western Hemisphere Overview de 2005. Disponível em: <www.state.gov/documents/organization/64573.htm>. Acesso em: dez. 2006

¹⁰⁶ Disponível no sítio do governo colombiano: <<http://www.presidencia.gov.co/cne/2003/febrero/11/14112003.htm>>. Acesso em: dez. 2006.

Gutiérrez, foi à Colômbia em 2003 para oferecer assistência para o governo solucionar a questão dos movimentos guerrilheiros a partir do diálogo.

No tocante às medidas de combate às drogas entre a Casa Branca e a Casa Nariño, o governo brasileiro rejeitou o Plano Colômbia, principalmente por seu teor militar¹⁰⁷. Entre os motivos alegados pela administração de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) para tomar tal postura em relação ao Plano, destacaram-se:

[...] de um lado, o temor de que uma ofensiva militar contra a guerrilha pudesse espalhá-la para dentro do território brasileiro, para onde se deslocariam não somente as plantações de droga, mas também as atividades de refino. Por outro lado, havia grande desconforto com o fato de que na Colômbia poder-se-ia abrir um precedente para o engajamento militar direto dos EUA na América do Sul¹⁰⁸.

Outra divergência do governo brasileiro relativamente à Colômbia e aos EUA está na definição dos grupos guerrilheiros como terroristas. Enquanto os dois últimos buscaram definir tais grupos como um problema que ameaça, não só a Colômbia, mas todo o continente e que, por isso, precisava ser combatido por esforços conjuntos entre países; o Brasil decidiu não considerá-los como organizações terroristas, pois acreditava que, se fizesse isso, não seria possível haver qualquer tipo de negociações de desmobilização com tais grupos. Nesse sentido, o governo brasileiro se prontificou a participar como mediador de uma possível negociação de paz entre os grupos e o governo colombiano, caso fosse convidado pelo governo da Colômbia. No entanto, esse

¹⁰⁷ Conforme explica Penna Filho (2001), “as divergências de princípios com relação aos Estados Unidos, tais como na formulação do Plano Colômbia, na decisão do governo de Itamar Franco em apoiar a reinserção cubana no sistema interamericano e de manifestar-se em oposição ao embargo norte-americano contra a ilha de Fidel Castro são exemplos que comprovam que, na década de 90, a busca do Brasil pela normalização das relações com os Estados Unidos não significou a simples e pura retomada da antiga idéia de ‘aliado especial’”.

¹⁰⁸ HOFMEISTER (2003) Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade. **ICG Relatório sobre a América Latina**, Bogotá/Bruxelas, 2003. Disponível em: <<http://se2.isn.ch/serviceengine/FileContent?serviceID=7&fileid=4A80D7F1-159D-5B98-92C8-E02A58584819&lng=pt>> Acesso em: ago. 2006.

convite nunca foi feito e, assim, o Brasil não teve participação ativa nos processos de negociação¹⁰⁹.

Em 1996, o presidente FHC alertou para o fato de que o tráfico de drogas e contrabando de armas “representavam uma ameaça à soberania nacional e tinham influência marcante ao risco de esgarçamento do tecido social brasileiro”.

Esse pronunciamento deu continuidade a uma política inaugurada em abril de 1995, com a assinatura do Acordo de Combate ao Narcotráfico entre os governos do Brasil e dos EUA. Pelo convênio, o governo oficializou a atuação do Brasil de agências norte-americanas como a DEA e a CIA, sob suposto controle da Polícia Federal. A partir de então, aumentou consideravelmente o auxílio em verbas e treinamento daquelas agências à PF. No âmbito do INC do Departamento de Estado, os norte-americanos procuraram aprimorar a infra-estrutura policial antinarcóticos, em suas capacidades de informações e inteligência¹¹⁰.

Nesse sentido, com vistas a impossibilitar o transbordamento das guerrilhas para além das fronteiras da Colômbia, a Polícia Federal do Brasil decidiu promover operações conjuntas com as polícias dos países vizinhos para combater o crime organizado, ações que muitas vezes contaram com o apoio logístico, pessoal e financeiro dos Estados Unidos. No começo de 2006, havia nove operações que se estendiam ao longo da fronteira do Brasil na Amazônia¹¹¹: Cobra e Crafa (na fronteira com a Colômbia)¹¹², Pebra (Peru) e Vebra (Venezuela). Além desses, nas regiões definidas como segunda prioridade, realizaram as operações Guisu (Guiana e

¹⁰⁹ HOFMEISTER, Idem.

¹¹⁰ MARTINS FILHO (1999) **O Governo Fernando Henrique e as Forças Armadas**: um passo à frente, dois passos atrás. 1999. Disponível em: <<http://crab.rutgers.edu/~goertzel/martins.html>> Acesso em: jul. 2006.

¹¹¹ AGÊNCIA MJ de Notícias “PF lança operação combate ao crime organizado na fronteira com a Bolívia” Disponível no sítio: <<http://www.justica.gov.br/noticias/especiais/2006/mar%C3%A7o/mtesp170306-federal.htm>> Acesso em: 22/01/07.

¹¹² A Operação COBRA é um programa preventivo e permanente, cuja intenção é controlar o tráfico ilegal de drogas e de madeira na região amazônica. Em 2002, a Polícia Federal brasileira recebeu US\$ 3,5 milhões dos EUA para fortalecer a Operação Cobra e comprar material de comunicação, barcos e lanchas. Zero Hora Digital “Brasil receberá mais recurso dos EUA para o combate às drogas” Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/zh/25mar01.htm>> Acesso em: 25/01/07.

Suriname), Brabo (Bolívia), Ribeirinho (toda a fronteira Amazônica), Aliança (Paraguai) e Cone Sul (Argentina e Uruguai).

É importante mencionar que, apesar dessas operações serem coordenadas pela Polícia Federal, algumas delas também contaram com o apoio das Forças Armadas. Um exemplo disso foi a “Ação Princesa dos Pampas” – uma das operações realizadas dentro da Cobra – que teve o auxílio da Força Aérea Brasileira (FAB), em 2003, para destruir a pista clandestina na Serra do Caparro, localizada em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, a três quilômetros da fronteira com a Colômbia. Essa pista era utilizada pelos traficantes como ponto de apoio para o transporte de cocaína da Colômbia para a Europa e Estados Unidos¹¹³.

Com a implantação em 2001, do Sistema de Vigilância Amazônica (SIVAM)¹¹⁴, sistema que inclui unidades de vigilância e alarme compostos por radares fixos, sensores de imagens aeroespaciais e terrestres e unidades de vigilância, o governo brasileiro colocou os dados obtidos à disposição dos colombianos para ampliar o controle militar, policial e ambiental da região¹¹⁵. Dessa forma, foram assinados acordos de cooperação militar com Peru e Equador. O objetivo desses acordos era dividir as informações obtidas pelo SIVAM, além de ter sido acertado encontros anuais entre militares daqueles países.

Um dos principais objetivos do governo brasileiro quando desenvolveu essas operações foi mobilizar os países que fazem fronteira com a Colômbia para que, de maneira conjunta, pudessem criar e manter uma região pacífica em torno do território

¹¹³ Em: “Força Aérea e Polícia Federal destroem pista clandestina”. Defesanet 06/11/2003.

¹¹⁴ “O SIVAM é um projeto de grande envergadura que permite o planejamento e a coordenação de ações voltadas para a Amazônia, com o estabelecimento de uma efetiva presença da autoridade governamental por meio de ações em diferentes plataformas como radares terrestres, radares aeroembarcados e aeronaves de sensoriamento remoto. Seu objetivo relaciona-se à proteção de riquezas naturais da Amazônia, à garantia da soberania brasileira sobre a Amazônia Legal, à cooptação dos demais países amazônicos na defesa integrada de seus próprios interesses na região, segundo os marcos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)”. Ver: <www.sivam.gov.br/>.

¹¹⁵ URIGÜEN (2005), *Op. cit.*, 182

colombiano, evitando, assim, o transbordamento dos problemas daquele país aos seus pares do subcontinente. Essa postura segue a linha de ação da diplomacia brasileira, que defende que os problemas colombianos sejam resolvidos internamente pelo povo daquele país.

No entanto, os planos colocados em prática não impermeabilizaram a fronteira Brasil-Colômbia. Conforme noticiado pela imprensa em abril de 2006, o Exército brasileiro trocou tiros com supostos guerrilheiros em Cucuí, Amazônia. Segundo relato do ten. cel. Alex Vander, suspeitando de um grupo que navegava em uma lancha pelo Rio Negro, que não acatou a ordem para parar a embarcação e atirou nos soldados, estes dominaram o grupo e encontraram na lancha grande quantidade de moeda estrangeira, além de armamento¹¹⁶.

Uma vez mais, e em função da constante presença de colombianos do lado brasileiro da fronteira amazônica, o Ministério da Defesa criou, em 2003, a Operação Timbó¹¹⁷, que vem se reunindo ano a ano para exercícios combinados com o objetivo de adestramento contíguo. Segundo o coronel Paulo Almeida, um dos comandantes da Operação Timbó III, realizada em 2005¹¹⁸,

“Nós estamos aprimorando a doutrina combinada, que preconiza o emprego das três forças trabalhando simultaneamente. Também se busca ter uma maior presença militar na área de fronteira, que é muito pouco visitada. É sempre importante o monitoramento das Forças Armadas naquela área, principalmente, para inibir a atividade de ações ilícitas”.

¹¹⁶ Reportado por Observatório de Defesa e Forças Armadas, Informe Brasil n° 205, II Semana de abril. GEDES, Unesp-Franca, 2006.

¹¹⁷ As "Operações Timbó" I, II, III e IV do Ministério da Defesa, realizadas nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, respectivamente, possibilitam a atuação combinada da Marinha, do Exército e da Força Aérea com a finalidade de realizar um adestramento combinado de defesa da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia e intensificar a presença do Estado na Região Amazônica. Disponível em: <<http://www.timbo.mil.br/>> Acesso em: dez. 2006.

¹¹⁸ *Inforel*-informativo eletrônico de Relações Internacionais, 17/07/2006.

O governo brasileiro também passou a adotar a denominada Lei do Tiro e destruição (conhecida por Lei do Abate) que permite às Forças Aéreas interceptarem aviões clandestinos suspeitos de estarem carregando drogas no espaço aéreo brasileiro¹¹⁹.

Outro ponto que merece ser destacado é o interesse brasileiro em tornar-se membro efetivo do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)¹²⁰. Essa pretensão brasileira tem direcionado, de certa forma, a postura da política externa do Brasil em matéria de defesa e segurança de todo o continente americano.

Nesse sentido, o país vem tomando medidas com o objetivo de conquistar a liderança na região, bem como a vaga no Conselho da ONU: atuar como estabilizador político; dinamizar a economia regional; coordenar a integração do subcontinente e intermediar conflitos. Em discurso no Itamaraty, em agosto de 2000, o então ministro da defesa, Geraldo Quintão, fez a seguinte menção sobre a participação do Brasil na busca pelo engajamento na área de defesa continental:

A diplomacia brasileira trabalha constantemente no sentido de buscar o reforço da segurança – esta tomada em seu sentido mais amplo –, mediante a identificação de oportunidades que aumentem a capacidade de atuação do Brasil no plano internacional. Neste contexto, os avanços no campo da integração regional, resultado de uma ação diplomática positiva, propiciam a existência de um entorno pacífico que permite ao Brasil e a seus vizinhos concentrarem energias no desenvolvimento econômico e social. O Ministério da Defesa, em sintonia com o Itamaraty, tem feito sua parte, ao aprofundar o diálogo no plano político-estratégico com a Argentina e o Chile, países com os quais acabamos de estabelecer importantes mecanismos bilaterais de entendimento em matéria de defesa. A idéia é estender tais mecanismos aos países do Mercosul, em uma segunda etapa aos países da

¹¹⁹ Trata-se da Lei nº 9614, de 05.03.1998 e regulamentada pelo Decreto nº 5144, de 16.07.2004. A Colômbia e o Peru já adotam leis semelhantes e seus programas de interdição de aeronaves recebem fundos e equipamentos do Departamento de Defesa dos EUA. Na notícia: Brasil ainda não recorreu à Lei do abate, em vigor há dois anos. Radiobrás, 17/07/2006. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/10/17/materia.2006-10-17.5545571216/view>. Acesso em: out. 2006.

¹²⁰ A medida mais relevante atualmente nesse sentido é a liderança do Brasil na Missão de Estabilização no Haiti da Onu (MINUSTAH), desde 2004.

Comunidade Andina e, em seguida, aos demais países da América do Sul, de modo a fazer com que o Brasil atue como ponte entre as vertentes sul e norte do continente, e viabilize, em uma segunda etapa, a consideração conjunta e a busca de referenciais comuns, sul-americanos, no campo da defesa¹²¹.

Dessa maneira, o governo brasileiro, por um lado, apresentou propostas bilaterais para os governos colombianos e para outros países com que faz fronteira e unilateralmente pelo surgimento da fiscalização via SIVAM, por temer, diante da ofensiva militarização do combate às drogas e aos movimentos guerrilheiros, o transbordamento das atividades como a de plantação e refino de droga para dentro do seu território e o risco potencial de abrir um precedente para o engajamento militar dos EUA na América do Sul.

Por outro lado, em âmbito regional, o Brasil vem buscando, conforme o discurso de Quintão, maior diálogo com os outros países sul-americanos para cooperação na área de defesa e segurança. Esse interesse, por parte do governo brasileiro, está assentado nas iniciativas de integração regional, em um processo de desencadeamento e transbordamento de uma área para outra (iniciativas nas áreas de economia e política que transbordaram as discussões para os setores de defesa e segurança, por exemplo).

A partir de uma análise que considera a Colômbia, os EUA e o Brasil, três atores importantes do Hemisfério Ocidental no que tange às discussões sobre o tráfico de drogas, o Capítulo seguinte abordará a participação desses nos fóruns intergovernamentais sobre defesa e segurança. Além disso, será analisada a militarização da ação dos EUA para toda a América do Sul e a desterritorialização como consequência imediata desse comportamento.

¹²¹ Ver todo o discurso de Quintão no sítio: <<http://www2.mre.gov.br/irbr/cursos/PALESTRA/Defesa.htm>> Acesso em: fev. 2007

CAPÍTULO 4

REFLEXOS DA POLÍTICA DE MILITARIZAÇÃO DO COMBATE ÀS DROGAS SOBRE A AMÉRICA DO SUL

4.1 – ASSISTÊNCIA MILITAR NORTE-AMERICANA EM TODA AMÉRICA do SUL

O governo dos Estados Unidos não limitou sua assistência militar e financeira aos países andinos, mas fez sentir sua presença em toda a América do Sul durante as duas últimas décadas do século XX e começo do XXI. Apesar da Colômbia, do Peru e da Bolívia terem sido os maiores receptores de assistência militar, outros países da região também receberam anualmente grande quantidade de recursos financeiros e militares.

Tabela 4.1 - Os maiores receptores de assistência militar dos EUA na América Latina entre 2000 e 2005 (em US\$ milhões)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Colômbia	743.69	238.97	400.73	623.98	555.57	642.60
Peru	58.43	26.06	73.41	60.89	64.52	53.62
Bolívia	61.64	33.73	49.24	51.77	53.60	48.16
México	15.68	30.51	52.45	24.43	49.48	51.66
Equador	24.97	19.14	34.10	32.47	35.66	26.93
Brasil	5.38	20.82	7.01	6.96	10.75	7.59
El Salvador	4.34	3.15	10.05	5.57	8.49	5.56
Panamá	5.71	2.10	11.01	5.68	7.58	6.70
Haiti	1.14	2.98	3.30	3.37	3.67	3.37
Venezuela	6.68	3.26	5.20	3.67	4.05	3.64

Fonte: Centre for International Policy (CIP)

Além disso, durante o primeiro mandato de George W. Bush (2001 - 2005), com a justificativa de combater o terrorismo e o tráfico de drogas na região, o Pentágono e o Comando Sul, investiram em alguns países das Américas do Sul e Central, na infraestrutura para construção de bases militares, também denominadas Locais de Segurança Cooperativa (Cooperative Security Locations – CSL). Além dessas, foram constituídos os Locais de Operações Avançadas (Forward Operating Sites – FOS) que, diferente das CSL, contam com um número menor de contingente militar com acesso a bases aéreas de outros países para reabastecimento e conserto de aeronaves, bem como para a realização de pequenas missões.

Também instalaram radares com o interesse de fiscalizar e deter ações dos traficantes de drogas. Dentre os locais onde tais radares foram instalados, podem-se citar a cidade de Letícia, na fronteira da Colômbia com o Brasil; Andoas, no norte do Peru e próximo à fronteira entre Colômbia e Equador; Marandua, na fronteira da Colômbia com a Venezuela; em Riohacha, na costa atlântica da Colômbia, entre outras localidades que contam ou com radares móveis ou que foram instaladas em locais secretos¹²². Em 2005, os EUA contavam com 17 radares na região, sendo que em cada um há um total de 36 a 45 militares¹²³. A partir dos locais onde se sabe que as CSL e os radares foram instalados, percebe-se que o interesse dos EUA foi incrementar as operações de vigilância na Colômbia através do monitoramento dos espaços aéreo e fluvial do país. Ao mesmo tempo, tais instalações coincidiram com as regiões ricas em recursos naturais energéticos da região andina, indo, dessa maneira, ao encontro do que foi exposto no Capítulo 2 deste trabalho, ou seja, que um dos interesses dos EUA na região sul-americana é ter o controle sobre tais recursos.

A mesma observação foi feita pela Campanha pela Desmilitarização nas Américas (CADA), organização criada em meados de 2002, com o objetivo de organizar demandas, denúncias e campanhas por meio da articulação entre movimentos sociais no intuito de erigir um caminho para a integração regional igualitário e sustentável¹²⁴. Segundo algumas análises da Campanha, os militares estadunidenses instalaram-se no Sul do México, na América Central e Caribe – local em que desenvolve o Plano Puebla-Panamá – e na da Tríplice Fronteira (fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina), regiões ricas em recursos naturais. Além dessas, o local por onde se estende o Plano Patriota constitui-se em uma entrada estratégica em direção aos

¹²² BERRIGAN, F.; WINGO, J. (2005) The Bush Effect: U.S. Military Involvement in Latin America Rises, Development and Humanitarian Aid Fall. World Policy Institute. Disponível em: <<http://www.commondreams.org/views05/1105-21.htm>> Acesso em: jan., 2008.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Ver o sítio oficial da CADA : <<http://www.desmilitarizacion.info/>>. Acesso em: ago. 2006.

recursos da Amazônia e para o controle da infra-estrutura petroleira de Orinoto, no departamento de Putumayo (Colômbia), e o Oleoduto Transandino no Lago Agrio, no departamento de Sucumbios (Equador)¹²⁵.

Uma das implicações da instalação dos CSL e radares na região andina, assim como em qualquer outro lugar onde há bases militares, é a devastação que sua construção e as atividades nelas realizadas provocam ao meio-ambiente. Isso ocorre porque as legislações locais, e mesmo os tratados internacionais, não têm vigência sobre tais instalações militares, pois são consideradas extraterritoriais e, portanto, alheia a qualquer mecanismo de fiscalização ambiental¹²⁶.

Outro fator relacionado à militarização das medidas dos EUA na América do Sul é que a doutrina de segurança de Bush não distingue terrorismo de qualquer outro ato “antiamericano”. Isso significa que, tendo por base tal doutrina, o governo norte-americano aplica mecanismos similares para problemas variados e que exigem soluções específicas e circunstanciadas. Dessa maneira, o governo estadunidense passou a tratar todos os temas da agenda de segurança hemisférica, desde a produção e tráfico de drogas, passando pela lavagem de dinheiro até violência de grupos políticos e de guerrilhas, como ações terroristas¹²⁷. Além disso, como forma de afirmar a assimetria existente entre os EUA e os demais países latino-americanos, o governo norte-americano passou a pressionar os países a rebaixarem o *status* de suas Forças Armadas ao papel de polícia, exigindo seu emprego no combate ao tráfico de drogas e ao terrorismo. Essa pressão ocorreu tanto a partir de acordos bilaterais quanto em negociações multilaterais em que o tema discutido era a segurança do Hemisfério

¹²⁵ GARRIDO (2004) Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade. Bogotá: ICG Relatório sobre a América Latina, n. 03. Disponível em: <se1.isn.ch/serviceengine/FileContent?serviceID=7&fileid=4A80D7F1-159D-5B98-92C8-E02A58584819&lng=pt>. Acesso em: ago. 2007.

¹²⁶ LINDSAY-POLAND, J (2004) U.S. Military Bases in Latin America and the Caribbean. **Foreign Policy in Focus**, International relations Center, Volume 9, Number 3. Disponível em: <<http://www.fpiif.org/briefs/vol9/v9n03latammil.html>>. Acesso em: ago. 2007.

¹²⁷ SORJ, B. (2005) Seguridad, Seguridad Humana y America Latina. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, ano 2; n. 3, p. 41-59.

(Reuniões dos Ministros de Defesa, por exemplo). Assim, a dimensionalidade da agenda de segurança e defesa regional na América Latina não se traduziu em respostas aos problemas e ameaças regionais, mas sim na reiteração de uma relação EUA/América do Sul caracterizada com uma nova roupagem de segurança, onde persistem os temas de interesse da potência dominante¹²⁸.

No entanto, as principais conseqüências das medidas de militarização norte-americanas contra o tráfico de drogas e contra as guerrilhas no país sul-americano foram a violência e o deslocamento forçado da população colombiana.

Desde meados do ano 2000, quando o governo dos Estados Unidos aprovou o Plano Colômbia – um amplo programa de ajuda militar, totalizando mais de US\$ 1,3 bilhão, a maior parte dele destinada ao exército colombiano, apesar de seu péssimo histórico em matéria de direitos humanos e da contínua preocupação internacional sobre os vínculos entre as forças de segurança e os grupos paramilitares –, os conflitos armados se acirraram e o fenômeno migratório desse país vem tomando dimensões alarmantes¹²⁹.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR), de 2007, a situação na Colômbia é uma das mais graves de todo o planeta e a mais grave de todas as Américas, ficando apenas atrás de Uganda, Darfur e República Democrática do Congo. Conforme o relatório da ACNUR de 2007, existem 72.796 refugiados colombianos vivendo no exterior e o governo da Colômbia estima que há cerca de três milhões de refugiados internos, sendo 2.224.931 o número de pessoas registradas pelo Registro Único da População Deslocada (Registro Único de la Población Desplazada – RUPD-SIPOD)¹³⁰. Do total dos refugiados internos, cerca de 75% corresponde a mulheres e crianças, o que implica que as meninas fiquem expostas

¹²⁸ PAGLIARI, G. C. (2005) Temas da agenda de segurança hemisférica no pós-Guerra Fria: entre a hegemonia e a multidimensionalidade. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: Uel-Anpuh.

¹²⁹ OLIVEIRA, M. (2006) A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**. v.. 20, n.57 São Paulo May/Aug. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40142006000200014>>. Acesso em: set. 2007.

¹³⁰ ACNUR **Tendencias mundiales sobre refugiados en 2006** 15/06/07. Disponível em: <<http://www.acnur.org/pais/index.php?accion=pag&id=1434&iso2=CO>>. Acesso em set. 2007.

à exploração sexual e os jovens, em algumas regiões do país, são recrutados por grupos armados clandestinos.

Embora o relatório da ACNUR seja dedicado a refugiados que cruzam fronteiras, a Organização Internacional chama a atenção para o problema dos que deslocam internamente em razão dos efeitos diretos ou indiretos dos conflitos¹³¹. Além disso, continua o relatório da ACNUR, os refugiados internos muitas vezes precisam se deslocar por uma segunda ou terceira vez para fugirem do crime e da violência. Ainda de acordo com os dados do relatório da ACNUR, a Colômbia está no sentido contrário ao comportamento dos demais países sobre a problemática dos refugiados, pois, enquanto no mundo os deslocamentos diminuem, no país sul-americano há um aumento contínuo. Ademais, Organizações Não Governamentais tanto do país quanto internacionais criticam o governo colombiano por promover poucas atitudes para solucionar o problema dos refugiados. Além disso, argumentam que existem algumas medidas legislativas, datadas dos anos 80 e 90, que contribuíram para o agravamento do problema, como, por exemplo, o decreto 2027, de 1995¹³², que possibilitou às autoridades civis e militares desalojarem a população civil em zonas onde operações militares são conduzidas.

Dentre os motivos que causam o deslocamento da população na Colômbia vale mencionar: (i) a acumulação de terras por grandes proprietários; (ii) as relações dos grandes proprietários de terra com os paramilitares; (iii) o tráfico ilícito de drogas; (iv) o

¹³¹ BBCBrasil ONU: Colômbia é 2º país com mais refugiados internos. 19/04/06. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/04/060419_colombiadisplacedcg.shtml>. Acesso em: jan. 2007.

¹³² Isso pode ser observado nos dois primeiros artigos do decreto: “**ARTÍCULO 1o.** Facúltase a los Gobernadores y Alcaldes para que, previa coordinación con el Ministerio de Defensa Nacional, restrinja la circulación de personas y vehículos en los lugares donde la fuerza pública esté adelantando operaciones militares tendientes al restablecimiento del orden público.**ARTÍCULO 2o.** El Gobernador o Alcalde, en coordinación con el Ministerio de Defensa Nacional, dispondrá la evacuación de aquellas personas o familias ubicadas en lugares donde se adelanten operaciones militares tendientes a reestablecer el orden público o se prevea que se van a presentar”. Disponível em: <www.presidencia.gov.co/prensa_new/decretoslinea/1995/noviembre/21/dec2027211995.pdf> Acesso em: out. 2007

controle cada vez maior de terras por atores armados; (iv) os interesses de empresas multinacionais nos recursos naturais e energéticos do país; (v) recrutamento forçado e exigência de contribuição financeira (chamada de “vacina”) por parte dos movimentos armados aos habitantes de algumas localidades da região rural da Colômbia.

Além dos milhares de mortos, a violência institucionalizada vem promovendo o "desplazamiento" de milhares de colombianos nas últimas décadas. Diferentemente da categoria de refugiados, os *desplazados* (vítimas diretas da violência dos conflitos internos, as quais conseguem sobreviver aos ataques constantes) pela violência vivem os horrores da fuga para escapar da morte e das ameaças constantes nos territórios dominados pelos narcotraficantes, em constante conflito, com o Exército nacional, com os paramilitares e com os guerrilheiros das FARC¹³³.

Nesse sentido, por se tratar de um conflito disseminado por quase todo o território colombiano, a única saída enxergada pela população desterrada é atravessar a fronteira nacional e conseguir refúgio em países vizinhos, como Brasil, Equador e Venezuela. Segundo dados oficiais dos governos desses países, em 2007¹³⁴, o Equador é o país com o maior número de refugiados (10.063), seguido por Brasil (3.458), Argentina (3.074), Peru (848), Chile (806), Bolívia (535), Venezuela (408) e Paraguai (50). No entanto, ao contrário destes dados, o ACNUR estimou no mesmo ano um número bem maior de colombianos que atravessam as fronteiras para aqueles países: 200 mil para a Venezuela e 250 mil para o Equador. Além disso, os colombianos são um dos 15 grupos que mais solicitam asilo no mundo para Estados Unidos, Canadá e Europa.

Além do problema dos refugiados; por conta de fatores geográficos – floresta tropical, amplas redes de vias fluviais – e da limitada capacidade do governo nacional, os nove mil quilômetros de fronteira entre a Colômbia e seus cinco vizinhos – Equador,

¹³³ OLIVEIRA, M.M. (2006). *Op.cit*

¹³⁴ MENEZES, F. Paz e Segurança Internacional: o Lado Humano dos Conflitos Internacionais. **Cenário Internacional**, 23/03/07. Disponível em: <<http://www.cenariointernacional.com.br/ri/default3.asp?s=artigos2.asp&id=18>> Acesso em ago. 2007.

Peru, Venezuela, Brasil e Panamá – tornou-se palco de diversas instabilidades e conflitos. Ademais, os grupos armados ilegais utilizam tal região como refúgio e base para o tráfico de drogas e de armas. Por essa razão, o governo colombiano tem aumentado sua demanda por uma cooperação regional maior. Seus vizinhos, no entanto, mostram-se muito relutantes, em parte por causa de crises internas e em parte por conta de suas próprias visões sobre o conflito, bem como da relação do seu governo com o dos EUA. Porém, sabe-se que a Colômbia necessita de mais ajuda, por parte de seus vizinhos, para conseguir por fim aos conflitos internos. Nesse sentido, compreende-se aqui que a Colômbia tornou-se um enclave na América do Sul, visto que seus conflitos internos vêm continuamente se transbordando para os outros países da região e, assim, formou-se um ciclo vicioso do qual se vê saída em curto prazo: a integração regional é *condição* para a redução tanto das ameaças quanto dos conflitos na Colômbia e, ao mesmo tempo, a solução dos conflitos e o debelamento das ameaças é *condição* para uma integração mais substantiva.

4.2 – A COLÔMBIA COMO ENCLAVE NA AMÉRICA DO SUL

As relações entre a Colômbia e seus vizinhos dependem sobremaneira da dinâmica de suas políticas internas. No entanto, todos os cinco que fazem fronteira com o país andino também sofrem problemas econômicos e sociais, o que dificulta as relações entre eles e as tentativas de cooperação. Apesar de todos os países da região serem predominantemente de emigração, a atenção dada neste trabalho será sobre a reação deles enquanto países de imigração, que será avaliada por meio da percepção aos refugiados colombianos. Para melhor compreender as implicações causadas na fronteira da Colômbia com cada um de seus vizinhos, serão analisados cada um dos países separadamente.

No que tange à fronteira entre o Brasil e a Colômbia, ambos compartilham uma fronteira de aproximadamente 1.650 quilômetros. Grande parte dessa região é coberta pela floresta amazônica e, segundo autoridades brasileiras, ela é palco de diversos incidentes entre guerrilheiros e traficantes de drogas da Colômbia, sendo os rios que cruzam os dois países, os pontos de maior vulnerabilidade. Além disso, segundo o relatório do Alto Comissariado de Refugiados das Nações Unidas (ACNUR) de 2007, o número de refugiados colombianos em território brasileiro pode chegar a 17 mil, se a sua situação fosse reconhecida oficialmente pelo governo do Brasil¹³⁵. No entanto, apesar do elevado número de refugiados colombianos atravessando a fronteira rumo ao Brasil, a maioria da população desterrada opta por imigrar a países em que o idioma oficial é o espanhol, pois isso, segundo acreditam, facilitará a busca por empregos e a adaptação no país de destino.

Sobre a fronteira com o Peru, assim como acontece com a fronteira do Brasil, sua grande extensão e a falta de vias de comunicação, com exceção das fluviais, dificulta qualquer tipo de controle aduaneiro, policial e migratório. Isso facilita as atividades dos traficantes de drogas, dos grupos guerrilheiros, dos garimpeiros informais, dentre outras. Pelo lado colombiano, a responsabilidade do controle fronteiro é da Marinha colombiana, enquanto do lado peruano, a fronteira é controlada a partir de um acordo de cooperação entre o país e os EUA para controlar a navegação nos rios¹³⁶.

¹³⁵ Embora no relatório da ACNUR não tenha sido explicitada a razão pela qual tantos refugiados do país vizinho adentram o Brasil, o porta-voz da organização em Genebra, William Spindler, crê que a razão principal seja a violência na Colômbia. Além disso, disse o porta-voz, caso formalizassem o pedido, que tem fundamento, essas pessoas poderiam receber o refúgio formal do governo brasileiro. No entanto, atualmente, o país reconhece, de maneira oficial, apenas 452 refugiados colombianos. Ver as seguintes notícias: “Brasil pode ter até 17 mil refugiados colombianos, diz Onu”, Folha de S. Paulo, Caderno Mundo, 20/06/2007; “Brasil poderia ajudar com área para diálogo”, O Estado de S. Paulo, Caderno Internacional, 20/06/2007.

¹³⁶ SOBERON, R (2006) Colombia-Perú: Trapecio Amazónico: compleja realidad **Noticias Aliadas** Disponível em: <<http://www.servindi.org/archivo/2006/819>> Acesso em: set. 2007.

Ainda que o Peru e o Brasil mostrem-se confiantes de poderem controlar qualquer transbordamento do conflito colombiano, principalmente devido à proibitiva geografia da área, eles temem o tráfico de drogas e os efeitos colaterais da política antidrogas da Colômbia e dos EUA. A apreensão peruana está relacionada ao súbito aumento do cultivo da coca, que poderá por em dúvida os recentes avanços em termos de erradicação. O governo brasileiro sabe que o aumento da criminalidade e dos problemas relacionados às drogas, em suas principais cidades da região amazônica, tem ligações diretas com a Colômbia, mas o novo governo ainda está revendo este programa e mostra-se claramente incomodado com a linha adotada por Washington relativamente ao Plano Colômbia¹³⁷.

Em relação à Venezuela e Panamá, seus governos recusam-se a reconhecer os colombianos que cruzam as fronteiras como refugiados e, na maioria dos casos, os repatriam à força¹³⁸. Sobre a fronteira com a Venezuela, trata-se de um foco de grandes tensões. O departamento colombiano na região – Arauca – é um dos locais mais militarizados do país, em grande parte por conta da presença da companhia Occidental Petroleum e por ser o ponto de partida do oleoduto Caño Limón ao mar do Caribe. Essa militarização causa forte desorganização social nos dois lados da fronteira, com mais de 100 mil pessoas deslocadas. Ademais, o desemprego e a crise social na região acabam levando a um grande florescimento do tráfico de drogas ilícitas e grande número de pessoas são aliciadas, ou por opção ou pela força, pelos grupos guerrilheiros. Ademais, as relações entre a Colômbia e o governo Chávez, tornaram-se tensas nos últimos tempos, devido à uma tolerância por parte deste, com os insurgentes, que se movem quase que livremente através da fronteira venezuelana, como também pela significativa

¹³⁷ INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2003) **Colômbia e seus vizinhos**: os tentáculos da instabilidade. Bogotá/Bruxelas: Latin America/Caribbean Report N°3. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?l=1&id=3281>>. Acesso em: out. 2007.

¹³⁸ TATE (2001), *Op. cit.*

entrada de drogas naquele país. Já a respeito da fronteira com o Panamá, grupos paramilitares deslocaram grande quantidade da população nativa e comunidades afro-colombianas para viabilizar projetos como o canal transoceânico e a estrada interamericana.

O departamento colombiano, Putumayo, localizado na fronteira com o Equador, é um dos mais pobres do país e um dos mais atingidos pelos movimentos guerrilheiros ilegais. Por essa proximidade e por maior facilidade geográfica na ligação entre os dois países relativamente aos demais, o Equador é o país sul-americano que mais recebe refugiados colombianos. Segundo os dados da ACNUR de 2007, estima-se que no Equador existam cerca de 250.000 colombianos em busca de proteção internacional. Em cada mês de 2006, cerca de 600 ou 700 colombianos solicitaram asilo ao país. Porém, sabe-se que os números reais de refugiados poderiam ser muito mais altos, já que muitos dos refugiados desconhecem seus direitos e não registraram sua entrada ou condição junto às autoridades¹³⁹.

Dessa forma, a Venezuela, o Panamá e o Equador sentem-se vulneráveis ao impacto do conflito interno vizinho, não somente pelo fato das áreas de fronteiras em questão serem pobres e pouco desenvolvidas estruturalmente, mas também acusam o governo colombiano de não fazer o suficiente para conter o conflito e por submetê-los às incursões de grupos irregulares armados, às drogas e a traficantes de armas, assim como a refugiados.

Dessa maneira, o deslocamento é consequência de diversas causas, que estão intimamente ligadas entre si. Por essa razão, organizações internacionais vêm pressionando o governo colombiano para formular alternativas de ação com o intuito de solucionar o problema dos movimentos migratórios forçados no país. De acordo com a

¹³⁹ NOTICIAS ONU Alto Comisionado para Refugiados visitará Ecuador y Colombia. 09/03/07. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?newsID=8985&criteria1=Colombia>>. Acesso em: out. 2007.

Processo de Paz Internacional (International Peace Process - IPO)¹⁴⁰, organização que acompanha os processos de justiça e de reivindicação no setor rural da Colômbia acredita, algumas das possíveis linhas de ação seriam: (i) Respeitar os compromissos internacionais para proteger os Direitos Humanos; (ii) Desmantelar os grupos paramilitares; (iii) Limitar a propriedade de terra; (iv) Garantir o retorno dos deslocados às zonas de origem¹⁴¹. Além disso, tendo em vista que uma das principais causas das migrações populacionais é provocada pela violência que ocorre por conta dos movimentos ilegais da Colômbia, os processos de negociação entre o governo colombiano e as FARC, o ELN e a AUC são importantes fatores para que os conflitos cessem na região rural do país. Conseqüentemente, o processo de migração forçada poderá ser combatido.

O Brasil e o Peru, também registram protestos contra as políticas colombianas, mas em menor grau do que os outros três. Talvez a principal explicação já tenha sido aqui citada, isto é, as fronteiras destes países são uma barreira natural contra o traslado dos problemas. No entanto, esta não é uma razão suficiente. Ainda que não se tenham dados incontestes, pode-se aventar que ambos os países se comportem de modo menos contundente porque, no caso do primeiro, busca ser um *global player* e representante regional, tendo que demonstrar controle sobre seu próprio território,¹⁴² enquanto o segundo, além dos seus próprios problemas internos, não tem condições de controlar suas fronteiras, como sugere o convênio acima mencionado.

¹⁴⁰ Ver o sítio da IPO: <<http://www.peaceobservatory.org/index.php?id=138>>. Acesso em: nov. 2007.

¹⁴¹ Desplazamiento interno forzado de personas en Colombia: reseña panorámica Comisión de derechos humanos, 1997. Disponível em: <http://www.cetim.ch/es/interventions_details.php?iid=95>. Acesso em: ago. 2007.

¹⁴² Não se pode negar que, relativamente aos seus vizinhos, o Brasil pode controlar suas fronteiras, o que explica também os investimentos em projetos como o SIVAM e o Calha Norte.

4.3 – AS NEGOCIAÇÕES DE PAZ ENTRE O GOVERNO E OS MOVIMENTOS GUERRILHEIROS

Durante o governo Pastrana, as negociações de paz com o maior grupo guerrilheiro do país, as FARC-EP, com aproximadamente 16.000 membros e com presença em cerca de 35% do território colombiano, parecia que havia dado um passo positivo quando o governo cedeu a *Zona de Distención* no fim de 1998, como visto no Capítulo 2 deste trabalho, com vistas a promover as negociações de paz com o movimento guerrilheiro. No entanto, Pastrana encerrou as negociações com as FARC meses antes do fim de seu mandato, alegando que o grupo ilegal não se mostrou disposto em avançar com o processo de paz.

Durante o período de negociação (1998-2001), dez países foram convidados a participar da Comissão Facilitadora com o objetivo de coordenar as reuniões e incentivar cooperações entre o governo e o grupo. A Comissão, escolhida por consenso entre o governo nacional e as FARC, correspondeu aos seguintes países: Canadá, Cuba, Espanha, França, Itália, México, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela. Foi decidido que a Comissão atuaria por consenso e teria um país coordenador, rotativo a cada dois meses. Quando o governo da Colômbia anunciou o fim das negociações, os países da Comissão fizeram um apelo para que os dois lados retomassem o diálogo, o que foi recusado por ambos¹⁴³.

A partir do governo de Bush, o grupo insurgente passou a ser classificado pelos EUA como terrorista, como visto no Capítulo 3, sobretudo pelo fato de já terem realizado alguns atentados em centros urbanos que mataram membros da sociedade civil e porque utilizam o seqüestro como maneira de conseguir divisas para a manutenção do grupo. Além dos seqüestros, outra maneira utilizada pelas FARC-EP, segundo o

¹⁴³ BBC Brasil **Pastrana dá novo prazo para acordo com as Farc**, 11/01/02. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020111colombiars.shtml>>. Acesso em: jan. 2007.

governo colombiano, para obter recursos é a partir da cobrança de impostos sobre atividades relacionadas ao tráfico de drogas ilícitas, desde a produção – neste caso, o imposto é chamado “impuesto sobre el gremaje” – até o uso das pistas de aterrissagem clandestina. No entanto, em alguns casos, existem dúvidas sobre a responsabilidade dos atentados e sobre suas conexões com o tráfico de drogas, pois muitas vezes o governo os acusou sem antes ter provas concretas sobre a autoria dos acontecimentos.

Além dos EUA, a Colômbia, o Peru¹⁴⁴, o Canadá e a União Européia, passaram a considerar as FARC-EP como uma organização terrorista, razão pela qual as tentativas de negociação de paz entre o novo governo da Colômbia e o grupo guerrilheiro emperraram-se após 2001. Quando Uribe assumiu o poder e instaurou o Plano Patriota, as FARC afirmaram que só negociariam a paz se o governo suspendesse as operações militares apoiadas pelos Estados Unidos. O porta-voz do grupo armado, Raúl Reyes, disse que o grupo vai se reunir com o governo desde que Uribe retire suas forças dos departamentos do sul do país – Putumayo e Caquetá – e suspenda o chamado Plano Patriota. No entanto, segundo não pretende cessar as operações contra a guerrilha nem desmilitarizar uma parte do país para negociar.

Em relação aos países da América do Sul, enquanto alguns concordaram em considerar os movimentos guerrilheiros na Colômbia grupos terroristas; outros, como a Bolívia, o Brasil e o Equador recusaram-se a fazê-lo, pois acreditam que esses são assuntos exclusivos do país e que devem ser resolvidos em seu escopo interno. Da mesma forma, o governo de Hugo Chávez, na Venezuela, respeita o grupo insurgente

¹⁴⁴ No começo de 2008, parlamentares peruanos assinaram um documento intitulado "Solidariedade com a Colômbia", no qual condenam os que empregam "a violência e o terrorismo" para tentar impor uma ideologia [...] Peru e Colômbia mantêm uma estreita relação devido a sua política de abertura comercial com os Estados Unidos, contrariando o governo da Venezuela, que pediu sem sucesso ao mundo que deixasse de considerar as Farc como terroristas. Em: REUTERS Brasil Peru quer Congressos da A. Latina unidos por reféns da Colômbia. 01/02/2008. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRB55713620080201>>. Acesso em: fev. 2008.

colombiano pela sua “proposta bolivariana” e vem negociando com o grupo a liberação de reféns para mostrar ao governo colombiano e à comunidade internacional de maneira geral, que é possível negociar pacificamente com o grupo¹⁴⁵. Vale citar que o governo brasileiro, tanto na gestão de Fernando Henrique Cardoso quanto na de Luiz Inácio Lula da Silva, declarou interesse em participar das negociações de paz do governo com as FARC-EP ou com o ELN. No entanto, justamente por entender que se trata de questão interna, esperou receber convite formal, o que até o momento não aconteceu.

No que tange às negociações com o ELN, apesar de alguns avanços a partir de 2005, quando se iniciaram as rodadas de diálogo exploratório, ainda há muito para ser realizado. Em outubro de 2006, o ELN e o governo da Colômbia concluíram, na cidade de Havana, Cuba, a quarta rodada sobre pacificação. Representantes de vários países, que formam o Grupo dos Países Amigos (Canadá, Cuba, Espanha, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela.), e membros da sociedade civil colombiana (políticos, ativistas e representantes da Igreja Católica, dentre outros) foram convidados a acompanhar as negociações. Da mesma forma que foi criada a Comissão Facilitadora, o Grupo foi escolhido por consenso entre o governo nacional e o ELN. É importante ressaltar que o ELN gostaria que os EUA fizessem parte do Grupo, porém tal idéia foi vetada pelo governo colombiano¹⁴⁶.

No entanto, nem o cessar-fogo nem a agenda progrediram formalmente para ambos os lados. Os respectivos representantes do Alto Comissariado para a Paz do governo colombiano, Luiz Carlos Restrepo, e do ELN, Antonio Garcia, classificaram como ‘produtivas’ as conversas por propiciar um ambiente condutor para a paz. Apesar do otimismo, observadores mencionaram que ainda há muitas pendências para

¹⁴⁵ INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2003). *Op. Cit.*

¹⁴⁶ RUDQVIST, A. (2006) ELN and the current peace talk scenario in Colombia. **The Collegium for Development Studies** Uppsala. Disponível em: <www.kus.uu.se/pdf/publications/Colombia/Intro.ELN.pdf> Acesso em: jan. 2007.

que haja avanço de fato. Nas negociações, o cessar-fogo incluía o fim do expediente do seqüestro, atividade que era a principal fonte de recursos da ELN, posto que eles tinham baixa participação no comércio das drogas, diferentemente das FARC e da AUC¹⁴⁷.

Em relação à continuidade dos diálogos com a ELN durante a presidência de Andrés Pastrana (1998-2002), estes foram abortados em maio de 2002, devido a uma demanda da ELN de US\$ 40 milhões para manter a organização durante o cessar-fogo. Somou-se a isto o fato de Álvaro Uribe ter vencido as eleições para um novo mandato à frente da Presidência, tendo adotado uma política ‘linha dura’ contras as guerrilhas. Não está claro, no entanto, se o ELN quer dismantelar parte de suas próprias estruturas. Alguns membros – assim ocorre nas FARC – preferem negociar sem depor as armas e buscar manter uma coexistência pacífica com o Estado, o que não é aceito nem pelo governo, tampouco pelos observadores internacionais.

Por fim, é importante mencionar as relações entre o governo colombiano e o grupo AUC, o qual é considerado terrorista pelos Estados Unidos e União Européia, e como grupo paramilitar pelo governo colombiano, enquanto se auto-definem como forças de “autodefesas”. Suas ações principais vinculavam-se ao tráfico de drogas e de armas. Além disso, alegando defenderem suas terras – legais ou ilegais –, cometeram diversos crimes, como assassinatos coletivos e massacres de grupos de oposição, contra civis que consideravam serem membros de grupos guerrilheiros ou contrários a seus interesses econômicos e políticos.

¹⁴⁷ De acordo com Restrepo, o ELN seqüestrou, em média, uma pessoa a cada cinco dias e atualmente eles mantêm 54 reféns.

Em 2003, firmaram um acordo de desmobilização com o governo nacional, tendo como mediador a Missão de Apoio ao Processo de Paz da OEA (MAPP/OEA)¹⁴⁸. No entanto, existem provas de que alguns membros da organização continuam realizando atividades ilícitas e vários grupos locais não respeitaram o acordo e continuam utilizando armas para alcançar seus interesses. Isso mostra que o paramilitarismo permanece ativo na Colômbia. Outra questão relacionada às AUC é sua relação com os políticos da Colômbia. De acordo com o chefe paramilitar, Vicente Castaño, em 2005, 35% do Congresso nacional era aliado dos paramilitares. Até mesmo o presidente Uribe já foi acusado de manter relações com o grupo paramilitar, como de ter sua campanha financiada parcialmente pelo Grupo, o que não foi, até o momento, comprovado.

Com estas informações, apreende-se que a atuação dos grupos guerrilheiros – FARC-EP e ELN – e do paramilitar – AUC – continua sendo o maior problema da instabilidade interna da Colômbia. Isso provoca reflexos na política externa colombiana, pois o país acaba carregando o ônus de ser a origem do tráfico de drogas aos países desenvolvidos, bem como dos conflitos locais e regionais, pois há grande emigração populacional para os países vizinhos, conforme visto anteriormente, por conta, sobretudo, dos conflitos rurais provocados pelos grupos ilegais do país. Assim, no curto prazo, o que se pode dizer com relativa segurança é que a Colômbia continuará a ser um entrave para o aprofundamento da integração. É provável, também, que os conflitos internos da Colômbia continuem a ser percebidos, por parte dos países vizinhos, como a grande ameaça à segurança regional.

¹⁴⁸ COMISION Internacional de Juristas (2005). Colombia: Socavando el estado de derecho y consolidando la impunidad. Disponível em: <http://www.icj.org/news.php3?id_article=3776&lang=en>. Acesso em: jan. 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados antes expostos, pode-se dizer que as políticas norte-americanas de combate às drogas para a América do Sul, em especial para a Colômbia, desde o governo de Ronald Reagan (1981-1989) ao final do primeiro mandato de George W. Bush (2001-2005) seguiram uma trajetória contínua. É possível creditar tal continuidade ao fato das políticas antidrogas serem consenso bipartidário tanto no Congresso quanto na Casa Branca. No entanto, observou-se algumas oscilações relativas à quantidade de recursos fornecidos aos países sul-americanos e os montantes destinados aos setores econômico, social e militar, o que não necessariamente é específico de cada setor partidário, democrata ou republicano, mas sim produto de determinadas conjunturas.

Tendo em vista essa continuidade; no Capítulo 1, foram identificados os marcos legais e institucionais norteadores das políticas antidrogas estadunidenses a partir da década de 80. Além disso, com o intuito de focar a análise para medidas destinadas à América do Sul, observou-se que a preponderância do unilateralismo norte-americano em medidas de combate ao tráfico de drogas ilícitas, durante os governos dos republicanos Reagan e Bush, provocou reações negativas nos países da região, dificultando, assim, a consolidação de acordos multilaterais.

No Capítulo 2, foram apresentadas as medidas de combate às drogas no governo Clinton, sobretudo aquelas destinadas à Colômbia, visto que, durante o governo do democrata, as relações entre a Casa Branca e a Casa Nariño estreitaram-se e o Plano Colômbia foi criado. Nesse sentido, com o surgimento do Plano e a contribuição financeira e militar dos EUA a ele, o combate de drogas na Colômbia passou a ser uma das principais questões da política de segurança norte-americana no Hemisfério Ocidental. Isso ocorreu porque a crise na Colômbia, segundo a percepção do governo norte-americano, abrangia uma série de elementos – o tráfico de drogas e de armas, a

perda do controle do Estado sobre o território, etc – identificados como ameaça à segurança de todo o Hemisfério. Soma-se a isso o fato dos EUA terem se tornado a única grande potência do sistema internacional no pós-Guerra Fria e, a partir de então, passado a utilizar o discurso de que tinham como função, dentre outras, reestruturar as condições de segurança internacional.

Outra questão levantada que merece destaque foi o interesse do governo norte-americano nos recursos naturais e energéticos na região. A Colômbia é o segundo país em biodiversidade da América do Sul, perdendo apenas para o Brasil, e um dos maiores fornecedores mundiais de energia para os EUA. Além disso, a presença militar na Colômbia possibilitou o controle e monitoramento sobre os recursos de grande parte da floresta amazônica.

Nesse sentido, o conteúdo e o significado das ameaças à segurança norte-americana são os indicativos do que está em jogo nas políticas propostas à América do Sul. Pode-se afirmar, então que o combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas são colocados na pauta de negociação com os países da região como forma de preservar os verdadeiros interesses do EUA, a garantia de acesso aos recursos naturais. É o que aparece no relacionamento com a Colômbia, o qual busca, por intermédio do Plano Colômbia e de sua extensão promovida no governo de George W. Bush, manter o fluxo financeiro proveniente dos EUA, em contrapartida à sua militarização no combate às drogas.

A partir das informações referentes ao Plano Colômbia, pode-se afirmar que este não representou uma medida eficaz para solucionar o problema do tráfico dos ilícitos, uma vez que se direcionou ao combate de grupos guerrilheiros que atuam na Colômbia e não para o combate à produção e ao tráfico de drogas. Dessa forma, assim como a Política de Certificação, exposta ao longo do trabalho, o Plano sofreu diversas críticas,

pois que seu caráter militarizado não garantiu uma melhora nas condições sócio-econômicas do setor rural colombiano que, por não haver programas governamentais de desenvolvimento alternativo, depende da plantação e comercialização de drogas para sobreviver.

No Capítulo 3, as políticas antidrogas do governo Bush foram discutidas tendo por base as alterações das medidas de defesa e de segurança por conta dos atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque. Segundo uma análise perspicaz, essa data transformou-se, pelo menos no âmbito discursivo, em um eixo semântico para o manejo da segurança na região andina¹⁴⁹. Isso porque, até então, tanto o governo norte-americano quanto o colombiano declaravam que o tráfico de drogas estava associado aos grupos armados ilegais do país – FARC, ELN e AUC. Após os atentados, os governos dos dois países, nas figuras de Bush e Uribe, passaram a considerar os grupos armados como terroristas e surge o termo “narcoterrorismo”. Com isso, os EUA promoveram um aumento na assistência militar para a Colômbia tendo em vista o combate aos grupos insurgentes e o controle de todo o território do país.

Essas medidas norte-americanas na Colômbia, bem como as estreitas relações entre o governo dos dois países tanto no período Clinton/Pastrana quanto Bush/Uribe, causaram algumas conseqüências nas relações da Colômbia com seus vizinhos sul-americanos, mostrando que o país passou a ser visto, pelos países com que faz fronteira, como um fator de vulnerabilidade na região. Dentre as principais conseqüências que levaram a isso, vale mencionar a preocupação de que a Colômbia poderia ser uma porta de entrada para a presença militar dos EUA na região. Por esse motivo, no Capítulo 4, foram apresentados algumas hipóteses que apontam para a militarização regional promovida pelo governo norte-americano. Aventou-se ainda que a diferença entre a

¹⁴⁹ URIGUEN (2005), *Op. cit.*, p. 200.

região andina e as demais do hemisfério, é apenas de grau. Em outras palavras, a despeito da produção e tráfico de drogas, a política norte-americana para a América Latina é militarizada.

Para sustentar os dados apresentados no Capítulo 4 acerca da militarização na região, é importante lembrar que, em 1997 o governo de Clinton decidiu suspender a proibição de vendas de armamentos de alta tecnologia para os países do Hemisfério Ocidental. No entanto, pelo fato de alguns países da região terem passado por uma recessão econômica no final dos anos 90 e começo de 2000, não houve uma comercialização substantiva. Já a partir de 2003, os países da região experimentaram um relativo crescimento econômico que permitiu a compra de tais armamentos, não só provenientes dos EUA, mas também de equipamentos produzidos em países da própria região, como por exemplo, no Brasil¹⁵⁰.

Outras duas conseqüências das medidas de combate às drogas dos EUA destinadas à Colômbia que causam impasses entre o país e seus vizinhos, e que mereceram destaque no trabalho, são os deslocamentos forçados da população colombiana e a questão dos grupos armados ilegais. Em relação ao primeiro, a Colômbia é um dos países com o maior número de deslocados do mundo. A população deslocada muitas vezes cruza as fronteiras de seu país com intuito de fugir da insegurança provocada pelos conflitos entre os grupos ilegais e as forças de segurança da Colômbia, financiadas e treinadas pelos EUA. O Equador, maior destino dos refugiados colombianos, bem como os outros países vizinhos, exigem do governo colombiano uma atitude ativa relativamente à questão pelo fato de que são países com graves problemas sociais e alegam não ter condições para receber tantos refugiados.

¹⁵⁰ ISACSON, A; OSOLON, J. **Foreign Military Training In Fiscal Years 2005 and 2006**. Set. 2006 Disponível em: <<http://www.state.gov/t/pm/rls/rpt/fmtrpt/2006/>> Acesso em: out. 2006.

Já em relação à segunda questão, isto é, a presença de grupos armados, quando Uribe assumiu o poder na Colômbia e instaurou a Política de Segurança Democrática (PSD), em consonância com a nova doutrina de Bush, transferiu o combate às drogas para o combate ao terrorismo. Isso intensificou as políticas militares e agravou o conflito contra os grupos armados ilegais da Colômbia. Esse agravamento fez com que os países vizinhos a Colômbia temessem um possível transbordamento dos grupos para seus territórios e, com isso, militarizaram a fronteira.

Por fim, as medidas preventivas dos governos dos países que fazem fronteira com a Colômbia foram consolidadas tendo por base as diferentes percepções sobre quais ameaças à segurança o conflito colombiano pode provocar em cada uma das nações. Nesse sentido, enquanto o Equador teme os efeitos da pobreza provocados pelos movimentos migratórios, o Peru preocupa-se com os vínculos que pode haver entre as FARC e os grupos localizados em seu território – Sendero Luminoso, por exemplo. O Brasil parece ter como maior preocupação a presença militar norte-americana próxima à sua fronteira norte, enquanto a Venezuela, com seu governo nacionalista, parece inquietar-se com o fato de o governo colombiano manter vínculos tão próximos com os EUA e este ter controle sobre recursos naturais da região¹⁵¹.

Em síntese, retomando as duas questões colocadas inicialmente, espera-se ter mostrado que a principal política dos EUA para a região latino-americana é militarizada, isto é, embora já não haja a justificativa do inimigo comunista a combater, os EUA continuam a alimentar uma visão sobre seus vizinhos do sul que implica na redução de suas forças armadas à forças de segurança interna. Os sucessivos governos norte-americanos vêem a preservação dos recursos naturais da região centro e sul-americana como assunto de segurança nacional que precisa ser garantida militarmente.

¹⁵¹ URIGUEN (2005), *Op. cit.*, p. 202.

Apesar dos avanços relativamente à segurança regional, como pode ser visto no Tratado de Cooperação dos Países Amazônicos, os países que fazem fronteira com a Colômbia continuam a ver o país como um entrave ao aprofundamento das relações e ações conjuntas para a defesa dos interesses regionais porque há o transbordamento dos problemas internos à Colômbia para seus vizinhos e, particularmente nos últimos anos, estes vêm com desconfiança as estreitas relações entre o país andino e os EUA em matéria de segurança, mormente as afinidades relativas à propositada definição semelhante entre segurança e defesa.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- ARBEX Jr., J. **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas**. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARSON, C (org.). **The peace process in Colombia with the *Autodefensas Unidas de Colombia***. Washington: Woodrow Wilson Center. Latin American Program. 2004.
- AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. New York: Basic Books, 1984.
- AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- BAGLEY, B. **Drug trafficking, drug violence and US policy in Colombia in the 1990's**. Miami: University of Miami, 2000
- BARBER, B. **O império do medo: guerra terrorismo e democracia**. São Paulo: Editora Record, 2005.
- CERVO, A. L. **Relações internacionais da América Latina**. Brasília: IBRI, 2002.
- CRANDALL, R. **Driven by Drugs: US policy toward Colômbia**. Lynne Rienner Publisher, 2002.
- DELPIROU, A. e LABROUSSE, A. **Coca Coke: produtores, consumidores, traficantes e governantes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- GUIMARÃES, S. P. **Estados Unidos: visões Brasileiras**./ Samuel Pinheiro Guimarães (organizador). – Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.
- ISACSON, A.; OSLON, J. **Just the Facts 2000-2001: A civilian's guide to US defense and security assistance to Latin America and the Caribbean**. A project of the Latin America Working Group, Washington, 2001.
- HENKIN, L **Foreign Affairs and the U.S. Constitution**. New York: Oxford University Press, 1996.
- HOLT, P. **Secret Intelligence and Public Policy: A Dilemma of Democracy**. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 1995.
- KISSINGER, H. **Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2001, p.83-97.
- KRASNER, S. (org.). **International Regimes**. Ithaca e London: Cornell University Press, 1983.

- McALLISTER, W. **Drug diplomacy in the twentieth century**. Nova York: Routledge, 2000.
- OLMO, R. **Prohibir o Domesticar?** Política de Drogas em América Latina. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992.
- PASSETTI, E. **Das “fumeries” ao Narcotráfico**. São Paulo: EDUC, 1991.
- PECEQUILO, C. S. **A Política Externa dos EUA: Continuidade ou Mudança?** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- RABASA, A.; CHALK, P. **Colombian Labyrinth: The Synergy of Drugs and Insurgency and Its Implications for Regional Stability**. Santa Monica: Rand Corporation, 2001.
- SCHOULTS, L. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- SOMOZA, A. **Coca, cocaína e narcotráfico**. São Paulo: Ícone, 1990.
- THOUMI, F. E. **Illigal Drugs, Economy and Society in the Andes**. Washington DC: Woodrow Wilson Center, 2003, p. 181-231.
- TOURAINÉ, A. **Palavra e Sangre**. Política e sociedade na América Latina. Campinas: UNICAMP, 1989.
- URIGÜEN, H. M. **Colômbia y sus vecinos frente al conflicto armado**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005.
- VILLA, R. A. D. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.
- URIGÜEN, H. M. **Colômbia y sus vecinos frente al conflicto armado**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005.
- WILSON, J. Q. **Bureaucracy: What Government Agencies Do and Why they Do It**. New York: Basic Books, 1989.
- YOUNGERS, C. A.; ROSIN, E. (org.) **Drogas y democracia en America Latina**. Buenos Aires: WOLA, Editorial Biblos, 2005.
- ZEGART, A. (1999) **Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

Capítulo de Livros

- BAGLEY, B. M Los mitos de la militarización: las fuerzas armadas en la Guerra contra las drogas. In: SMITH, P. H. (org.) **El combate a las drogas en America** México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.181-206.
- _____; TOKATLIAN, J. G. Dope and Dogma: Explaining the Failure of US-Latin America Relations in the 1990s. In: HARTLYN, J.; SCHOULTZ, L.; VARAS, A. (org.) **The United States and Latin America in the 1990s** USA: University of North Carolina , 1992, p. 214-234.
- BRAUN, H. Honra, amnésia, maldade e reconciliação na Colômbia. In: AGGIO, A; LAHUERTA, M. (org.) **Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- FREEMAN, L; ISACSON, A; LUMPE, L; NEILD, R. Una breve descripción de las leyes estadounidenses y de las agencias relacionadas con las iniciativas para el control internacional de drogas. In: YOUNGERS, C. A.; ROSIN, E. (org.) **Drogas y democracia en America Latina**. Buenos Aires: WOLA, Editorial Biblos, 2005, p.449-469.
- GUGLIOTTA, G. Los carteles y como detenerlos. In: SMITH, P. H.(org) **El Combate a las Drogas en América**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 159-180.
- HARRISON, L.; BACKENHEIMER, M.; INCIARDI, J. Cannabis use in the United States: Implications for policy. In: COHEN, P.; SAS, A (org.) **Cannabisbeleid in Duitsland, Frankrijk en de Verenigde Staten**. Amsterdam, Centrum voor Drugsonderzoek, Universiteit van Amsterdam. 1995, p. 237-247.
- ISACSON, A. Las Fuerzas Armadas de Estados Unidos en la “Guerra contra las Drogas”. In: YOUNGERS, C. A.; ROSIN, E. (org.) **Drogas y democracia en America Latina**. Buenos Aires: WOLA, Editorial Biblos, 2005, p.29-84.
- LOPÉZ, E. J. Nova problemática de segurança e ‘novas ameaças’. In: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A (org.). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003, p. 59-89.
- MAIRA, L. Fracaso y reacomodo de la política de los Estados Unidos hacia Centro América. MAIRA, L. (org.) **La Política de Reagan y la crisis en Centroamérica**. Guatemala, El Salvador, Nicaragua, Costa Rica: EDUCA, 1982, p. 159-200.
- MATHIAS, S. Participação militar na administração pública e democracia no Brasil.SAINT-PIERRE, H. e MATHIAS, S. (org.): **Entre votos e botas**. As forças armadas no labirinto latino-americano do novo milênio. Franca, UNESP, 2001.

- MONCAYO, H. L. El Plan Colombia y la política exterior de Estados Unidos. In: ALVAREZ, J. (org.) **El Plan Colombia y la intensificación de la guerra**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2002, p. 147-164.
- MONTANA, D. El Plan Colombia y la internacionalización de la guerra. In: ALVAREZ, J. (org.) **El Plan Colombia y la intensificación de la guerra**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2002, p. 51-93.
- PECEQUILO, C. S. From Bush to Bush (1989/2006): US Foreign Policy. In: SOTERO, P.; BUDNY, D. (org.). **Brazilian perspectives on the US** - Advancing US Studies in Brazil. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2007, p. 59-77.
- PETRAS, J. Consideraciones de geopolítica. In: ALVAREZ, J. E. (org.) **Plan Colombia: ensayos críticos**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001, p. 157-158
- REUTER, P. Foreign Demand for Latin America Drugs: The USA and Europe. In: JOICE, E; MALAMUD, C. (org) **Latin America and the Multilateral Drug Trade**. London: Macmillan Press, 1998.
- RODRIGUES, T. M. Narcotráfico: um esboço histórico. In: VENANCIO, R; CARNEIRO, H. (org.) **Álcool e Drogas na História do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005, p.291-310.
- ROJAS, M. El porceso de paz y el Plan Colombia. In: RESTREPO, L. (org.) **El Plan Colombia y la Internacionalización del conflicto**. Bogotá: Editorial Planeta, 2000.
- SAINT-PIERRE, H. Reconceitualizando novas ameaças: da subjetividade da percepção à segurança cooperativa. In: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A (org.). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003, p.23 - 58.
- SAINT-PIERRE, H. Guerra de todos contra quien? La necesidad de definir terrorismo. In: LOPEZ, E. **Escritos sobre terrorismo**. Buenos Aires, Prometeo, 2003.
- TOKATLIAN, J. G. Seguridad y drogas: una cruzada militar prohibicionista. In: MUÑOZ, H. (org.) **El Fin del Fantasma: las relaciones interamericanas después de la Guerra Fria**. Santiago: Hachette, 1992, p.77-114.
- VARGAS, A. El Plan Colombia y la Iniciativa Regional Andina: equivocada respuesta al problema insurgente y poca eficácia para la lucha contra el narcotráfico. In: MONTUFAR, C (org.) **Turbulencia em los Andes y Plan Colombia**. Quito: Centro Andino de estúdios internacionales, 2003.
- VAZ, A. C. La agenda de seguridad regional y los desafíos políticos de la cooperación. In: Willy Haam. (org.). **Seguridad y Democracia**. La Paz: FES-ILDIS, 2006, p. 69-75.

_____ El conflicto colombiano? una perspectiva global. In: Martha Ardila; Socorro Ramirez; Diego Cardona. (org.). **Colombia y su política exterior en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial CEREC, 2005, p. 1-25.

VILLA, R. Os países andinos: tensões entre realidades domésticas e exigências externas. In: DUPAS, G. (org.). **América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas**. 1 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da Unesp, v. 1, 2005, p. 133-191.

VILLA, R.; OSTOS, M. P. Colômbia: Evolução de sua política externa em relação aos EUA e seus vizinhos. In: MATHIAS, S.; VILLA, R. **Ensaio Latino-americanos de Política Internacional**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007, 197-236.

Teses e Dissertações

BONFIM, L. O. S. **A Política Externa dos EUA de Combate ao Narcotráfico na Colômbia**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado da Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2002.

BORGES, F. **Amazônia e Economia da Droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC). São Paulo, 2006.

LINS, M. C. **Segurança, Narcotráfico e Crimes Conexos**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado da Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2004.

OLIVEIRA, F. R. **Os Estados Unidos da América no Pós-Guerra Fria: transformações na política de segurança**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, F. M. M. **Redes Narcotraficantes e Integração Paralela na Amazônia**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2006.

PENNA FILHO, P. **Do Pragmatismo Consciente à Parceria Estratégica: as relações Brasil-África do Sul (1918-2000)**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em História da Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2001.

ROCHA, A. L. C. **Drogas: da territorialização da ameaça à Universalização do Perigo**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). São Paulo, 2003.

RODRIGUES, T. M. **Política e Drogas nas Américas**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). São Paulo, 2001.

- RUDZIT, G. **Segurança Nacional e Segurança Cooperativa no Contexto Brasileiro Contemporâneo de Defesa.** Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2003
- SANTOS, M. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria.** Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2006.
- SCHWINGEL, S. **O Plano Colômbia: Reflexos para o Brasil.** Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares (ECEME). Rio de Janeiro, 2004.
- SHIMAKURO, A. **A Política de Segurança dos Estados Unidos no Pós Guerra Fria.** Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC). Campinas, 2005
- VASCONCELOS, P. M. C. **Segurança nas Américas: a difícil construção de um consenso sobre a segurança hemisférica.** Dissertação apresentada ao programa de Mestrado San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC). Campinas, 2007.

Documentos Oficiais

- BUDGET Congressional Justification (Ano fiscal: 2005). Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. Disponível em: <www.usaid.gov/policy/budget/cbj2005/> Acesso em: out. 2006
- CONVENÇÃO Única sobre Drogas Narcóticas. Assinado em 30, mar. de 1961. Disponível em: <<http://www.incb.org/e/conv/1961/index.htm>> Acesso em: jan. 2007.
- CONVENÇÃO das Nações Unidas de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas. Assinado em 21, fev. de 1971. Disponível em: <<http://www.incb.org/e/conv/1971/index.htm>> Acesso em: jan. 2007.
- CONVENÇÃO Contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas de 20, dez. de 1988. Disponível em: <http://www.incb.org/incb/en/convention_1988.html>. Acesso em: jan. 2007.
- DISCURSO do Ministro de Defesa, Geraldo Quintão, ago. 2000. <http://www2.mre.gov.br/irbr/cursos/PALESTRA/Defesa.htm> Acesso em: fev. 2007
- ESTRATÉGIA de Segurança Nacional Dos Estados Unidos Da América. Washington, Casa Branca, 09/2002. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/espanol/>>. Acesso em: mai. 2007.
- INTERNATIONAL Emergency Economic Powers Act (Lei Internacional de Poderes Econômicos de Emergência). Department of the Treasury. 1977. Disponível em:

[http://www.treas.gov/offices/enforcementofac/legal/statutes/ieepa .pdf](http://www.treas.gov/offices/enforcementofac/legal/statutes/ieepa.pdf)> Acesso em: mai. 2007.

INTERNATIONAL Narcotics Control Strategy Reports (INCSR) (dos Anos Fiscais: 1994 a 2000). Disponíveis em: <<http://www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt/>>. Acesso em: jan. 2007.

IS Plan Colombia a Colombian Plan? Texto liberado pelo Escritório de Assuntos Hemisféricos do Departamento de Estado dos EUA. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/wha/rls/fs/2001/1039.htm>>. Acesso em: fev. 2007

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO EM RELAÇÃO A MATERIA DE DEFESA ENTRE BRASIL E COLÔMBIA. Ministério das Relações exteriores. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_colo_95_5103.htm>. Acesso em: jun. 2006

NATIONAL Military Strategy (NMS). Secretary of Defense, 1997 <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/nms/executiv.htm#intro>>. Acesso em: mai. 2007

NATIONAL Security Directive 18 (NSD-18). Washington, Casa Branca, 21, ago. de 1989. Disponível em: <<http://fas.org/irp/offdocs/nsd/index.html>>. Acesso em: fev. 2007

NATIONAL Security Decision Directive 221 (NSDD-221). Narcotics and National Security. Washington, Casa Branca, 08, abr. de 1986. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsdd/index.html>> Acesso em: fev. 2007

NATIONAL Security Strategy of Engagement and Enlargement (NSSEE). The White House, Washington, fev. de 1996. Disponível em: <<http://www.fas.org/spp/military/docops/national/1996stra.htm#III>>. Acesso em mai. 2007.

NATIONAL Security Strategy for a New Century (NSS). Washington, Casa Branca, 1998. Disponível em: <<http://clinton2.nara.gov/WH/EOP/NSC/html/documents/nssr.pdf>>. Acesso em: mai. 2007

PRESIDENTIAL Decision Directive (PDD), The White House, Washington, 1993 Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/history.html#clinton>>. Acesso em: jun. 2007.

PRESS SECRETARY, Presidential Certifications for Major Narcotics Producing and Transit Countries. set. 2004. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2004/09/20040916-11.html>> Acesso em: set. 2005.

PRESS SECRETARY, Presidential Certifications for Major Narcotics Producing and Transit Countries. fev. 2000. Disponível em: <<http://www.clintonfoundation.org/legacy/022698-statement-by-press-secretary-onnarcotics-producing-and-transit-countries.htm>> Acesso em: set. 2005.

SECRETARIA Nacional Antidrogas SENAD – Observatorio brasileiro de informações sobre drogas Disponível em: <<http://obid.senad.gov.br/OBID/Portal/index.jsp?iIdPessoaJuridica=1>> Acesso em: jan. 2007

SPECIAL Committee on Illegal Drugs The History and Development of the Leading International Drug Control Conventions Washington: Library of Parliament, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.parl.gc.ca/37/1/parlbus/commbus/senate/com-e/ille-e/library-e/history-e.htm#A.%20The%201909%20Shanghai%20Conference>> Acesso em: nov. 2006

WESTERN Hemisphere Overview, 2005. Disponível em: <www.state.gov/documents/organization/64573.htm>. Acesso em: jun. 2007

Artigos

AYERBE, L. F. Prevenção de conflitos e Nation Building: a dimensão soft do poder estadunidense. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, v.21, p. 87-119, 2005.

BERRIGAN, F; WINGO, J. **The Bush effect**: US military involvement in Latina America rises Development and Humanitarian Aid fall. An American Trade Sheet. World Policy Institute, nov. 2005. Disponível em: <www.worldpolicy.org/projects/arms/reports/MilitaryAidreport.pdf> Acesso em: jun. 2007

BETANCOURT; MARTINES El Plan Colômbia o el fundamentalismo en la lucha antidrogas. **Revista Economía Colombiana** Bogotá, 2000.

BRITAIN, J. **The objective reality of Plan Patriota**: A response to subjective propaganda. jan 2005 Disponível em: <<http://www.reliefweb.int/rw/rwb.nsf/db900SID/EVIU-68XJF7?OpenDocument>>. Acesso em: jun. 2007.

BUITRAGO, F. L. La seguridad durante el primer año del gobierno de Álvaro Uribe Vélez. **Análisis Político**. Bogotá, n.50, p. 40-54, 2004.

CEPIK, M. Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.1, 2003.

CIMADAMORE, A. La Política Antidrogas de EEUU: condicionantes internos y efectos intra-hemisféricos. **Cuadernos de Nueva Sociedad**, Caracas, n.1, p.17-38, 1997.

COSTA, D. **Segurança e Defesa**: uma única visão abaixo do Equador. Disponível em: <<http://www.esg.br/cee/ARTIGOS/darc3.PDF>>. Acesso em: jul. 2007.

CRONIN, A. **The FTO List and Congress**: Sanctioning Designated Foreign Terrorist Organizations. CRS - Report for Congress. out. 2003. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/crs/RL32120.pdf>> Acesso em: jul. 2007.

- DIAZ-CALLEJAS, A. **Nueva Hegemonia: unilateralismo y certificacion: Colômbia bajo el garrote del império.** Bogotá, 1997. Disponível em: <http://apolinardiaz.org/verdocumento.php?id_tema=0&id_documento=17> Acesso em: set. 2005.
- DIAZ-RIVILLAS, B. Política Exterior de los EEUU hacia Colombia: el paquete de ayuda de 1.300 millones de dolares de apoyo al Plan Colombia y la región andina. **América Latina Hoy**, Salamanca, v.31, p.145-186, 2002.
- DOYLE, K; ISACSON, A. Uma *nova nova* ordem mundial? **NACLA**, v.35, n.3, nov/dez, 2001. Disponível em: < http://www.nacla.org/art_display.php?art=1918&nacla_Session=fb7b721f9fd67a50a1f9d6d76c9d03c9&nacla_Session=fb7b721f9fd67a50a1f9d6d76c9d03c9> Acesso em: out. 2006.
- DRUG Strategy. **International Drug Policy: passing judgement: the USA Drug Certification Process (1998).** Disponível em: <<http://www.drugstrategies.org.acrobat/PassingJudgement98.pdf>> Acesso em: jul. 2005.
- FUKUYAMA, F. **After neoconservatism.** 2006 Disponível em: <www.nytimes.com/2006/02/19/magazine/neo.html?pagewanted=6&ei=5090&en=4126fa38fef80de&ex=1298005200&partner> Acesso em: jul. 2006
- HERZ, M. Política de Segurança dos Estados Unidos para a América Latina após o final da Guerra Fria. In: **Estudos Avançados** vol.16 n. 46 2002. Disponível em: <<http://.usp.org/iea/revista/online/eua/herz>> Acesso em: dez. 2004
- HOFMEISTER, W. Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade. **ICG Relatório sobre a América Latina**, Bogotá/Bruxelas, 2003. Disponível em: <<http://se2.isn.ch/serviceengine/FileContent?serviceID=7&fileid=4A80D7F1-159D-5B98-92C8-E02A58584819&lng=pt>> Acesso em: ago. 2006.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2003) **Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade.** Bogotá/Bruxelas: Latin America/Caribbean Report N°3. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?l=1&id=3281>>. Acesso em: out. 2007.
- ISACSON, A. Closing the seams: US security in policy in the Americas. **NACLA Report on the Americas**, v.38, n.6, mai/jun, 2005. Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=2551> Acesso em: nov. 2006
- _____. **Plan Colombia – Six years later.** International Policy Report. Washington: Center for International Policy, 2006. Disponível em <<http://www.ciponline.org/colombia>> Acesso em: nov. 2006
- KAWELL, J. **O perfil latino-americano do terror.** Nacla Report on the Américas, v. 35, n.3, 2001. Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=1927&nacla_Session> Acesso em: out. 2006
- KRASNER, S. D. “Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables”. **International Organization**. v. 36, n. 2, p. 1-21, 1982.

- LINDSAY-POLAND, J (2004) U.S. Military Bases in Latin America and the Caribbean. **Foreign Policy in Focus**, International relations Center, Volume 9, Number 3. Disponível em: <<http://www.fpif.org/briefs/vol9/v9n03latammil.html>>. Acesso em: ago. 2007.
- MANWARING, M. **US Security Policy in the Western Hemisphere: Why Colombia, Why Now and What Is To Be Done?** Strategic Studies Institute, Jun. 2001 Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/pub22.pdf>> Acesso em: abr. 2007.
- MARQUES, A. A. Concepções Estratégicas Brasileiras no Contexto Internacional do Pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia e Política** n. 20, 2003.
- MARTINEZ, Helda. **Constitutional Court Holds Out Hope for Displaced** Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=36140>> Acesso em: jan. 2007.
- MARTINS FILHO, J. R. **O Governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás.** 1999. Disponível em: <<http://crab.rutgers.edu/~goertzel/martins.html>> Acesso em: jul. 2006.
- MEI, E. **Escalada da violência na Colômbia** Jornal da Unicamp, Dezembro, 2000. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/dez2000/pagina678-Ju157.html>. Acesso em: mai. 2006.
- MENEZES, F. Paz e Segurança Internacional: o Lado Humano dos Conflitos Internacionais. **Cenário Internacional**, 23/03/07. Disponível em: <<http://www.cenariointernacional.com.br/ri/default3.asp?s=artigos2.asp&id=18>> Acesso em ago. 2007.
- MORAL, M. Uribe pierde su arma para combatir el terrorismo. **Americaeconomica.com**, ano 6, set. 2004. Disponível em: <<http://www.americaeconomica.com/numeros4/reportajes/maria281.htm>>. Acesso em: out. 2005.
- MOYA, J. B. **Las Amenazas Emergentes y/o Asimétricas y su Efecto em las Relaciones Internacionales** Programa em Diplomado de Relaciones Internacionales, Universidad de Viña del Mar, Chile, 2003.
- NADLEMANN, E. Global Prohibition Regimes: the evolution of norms in international society. **International Organization**, v.44, n.4, p. 479-526, 1990.
- OLIVEIRA, M. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.20, n.57, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-4014200600200014>>. Acesso em: set. 2007.
- OLMO, R. Las Relaciones Internacionales de la cocaína. **Cuadernos de Nueva Sociedad**, Caracas, n. 130, p. 126-143, 1994.

- ONUKEI, J, OLIVEIRA, A. Brasil, Mercosul e a Segurança Regional. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, Ano 43, v.2, p.108-129, 2000.
- PAGLIARI, G. C., Temas da agenda de segurança hemisférica no pós-Guerra Fria: entre a hegemonia e a multidimensionalidade. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: Uel-Anpuh, 2005.
- PECEQUILO, C. **A Transição do Pós-Guerra Fria**. Revista Eletrônica Unibero de Produção Científica, São Paulo, v. 1, 2004. Disponível em: <www.unibero.edu.br/download/revistaeletronica/Mar04_Artigos/Cristina%20Pecequilo.pdf>. Acesso em: fev. 2007.
- PECEQUILO, C. O Eixo do Mal. **Meridiano 47**, Brasília, n. 20/21, mar/abr. 2002.
- PEREIRA, M. H. G. Petróleo em Colombia: ¿un barril de pólvora? **Adital**, México, 21/07/2003. Disponível em: <<http://www.visionesalternativas.com/militarizacion/articulos/petrol/8.htm>>. Acesso em: ago. 2006.
- PERL, R. **International drug trade and US foreign policy**. CRS - Report for Congress. Nov. 2006. Disponível em: <<http://193.43.76.2/pdf/other/RL33582.pdf>> Acesso em: jun. 2007
- PIERRE, H. L. S. A necessidade política e a conveniência estratégica de definir 'Terrorismo'. **Idéias**, Campinas, v. 2, n. 10, 2003.
- PINHEIRO, A. S. **O Combate ao Terrorismo**. Defesanet, 2004. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/noticia/terrorismo.htm>>. Acesso em: set. 2006.
- PROCÓPIO FILHO, A.; VAZ, A. C. O Brasil no contexto do Narcotráfico Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional** v. 40, n.1, 1997. Disponível em: <<http://www.aclessa.com.br/NewFiles>> Acesso em: jan. 2005.
- REMENTERIA, I. Las drogas en el fin del siglo. **Cuadernos de Nueva Sociedad**, Caracas, n.1, p. 111-122, 1997.
- RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas conseqüências**. Marinha do Brasil – Escola Naval de Guerra. <www.mar.mil.br/egn/cepe/trabalhosCurriculares/CpemCemos/ensaioCcRippel.pdf>. Acesso em: out. 2005.
- RODRIGUES, T. M. A infindável guerra americana. Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.16, n.2, abr/jun, 2002.
- SCHEER, E. F. Objectivos Criticos. **Cuestiones Mundiales**: Publicaciones Eletrónicas de USIS. v.1, n.7, 1996.
- SILVA, C. E. Puritanismo, Individualismo e pragmatismo na resposta americana ao terror. **Política Externa**, São Paulo, v.10, n.3, p.32-47, dez./fev. 2001/2002.

- SOBERON, R. Colombia-Perú: Trapecio Amazónico: compleja realidad. **Noticias Aliadas**, 2006 Disponível em: <<http://www.servindi.org/archivo/2006/819>> Acesso em: set. 2007.
- TATE, W. Dentro do complexo andino: Bush II continua com a marcha a militarização. **NACLA: Report on the Americas**, v.35, n.3, nov/dez, 2001. Disponível em: <http://www.nacla.org/art_display.php?art=1926&nacla_Session=77307ecff2e0d9976912481&nacla_Session=77307ecff2e0d9976912481> Acesso em: nov. 2006.
- TOKATLIAN, J. Crime organizado e drogas psicoativas: o caso da Colômbia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 165-191, jan/jun, 1999.
- RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas conseqüências**. Marinha do Brasil – Escola Naval de Guerra. <www.mar.mil.br/egn/cepe/trabalhosCurriculares/CpemCemos/ensaioCcRippel.pdf>. Acesso em: out. 2005.
- RUDQVIST, A. (2006) ELN and the current peace talk scenario in Colombia. **The Collegium for Development Studies** Uppsala. Disponível em: <www.kus.uu.se/pdf/publications/Colombia/Intro.ELN.pdf> Acesso em: jan. 2007.
- SORJ, B. Seguridad, Seguridad Humana y America Latina. **Sur - Revista Internacional de Derechos Humanos**. São Paulo, ano 2; n. 3, p. 41-59, 2005.
- STORRS, L. **Drug Certification requirements and congressional modifications in 2001-2002**, out. 2002. Disponível em: <www.thememoryhole.org/crs/RL30892.pdf>. Acesso em: out. 2005.
- SULLIVAN, M. **Latin America: terrorism issues**. CRS - Report for Congress. mar. 2005. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/45192.pdf>>. Acesso em: jul.2007
- VAZ, A. C. Impactos del Conflicto Colombiano en Brasil. **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 43, p. 23-47, 2005.
- VELASQUEZ, A. El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados. Políticas, estrategias y doctrinas **Nueva Sociedad**, Caracas, n.192, p.85-97, 2004.
- VILLA, R. A. D. ; OSTOS M. P. As relações Colômbia, países andinos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005.
- WILLIAMS, M. (2005) What is national interest? The neo-conservative challenge in IR theory. **European Journal of International Relations**, v.11, n.3, p.307-337.
- WYELS, J. G. La Paradoja de la Coca. **Américas**, Washington D.C., v. 58, n. 6, p. 18-25, nov/dez, 2006.

ZIBECHI, R. “**Brazil – The Difficult Path to Multilateralism**”, 2006. Disponível em <www.alterinfos.org>, Acesso em: jan. 2007.

Notícias de periódicos

ACNUR **Tendencias mundiales sobre refugiados en 2006** 15/06/07. Disponível em: <<http://www.acnur.org/pais/index.php?accion=pag&id=1434&iso2=CO>>. Acesso em set. 2007.

AGENCIA MJ de Noticias **PF lança operação combate ao crime organizado na fronteira com a Bolívia** Disponível no sítio: <<http://www.justica.gov.br/noticias/especiais/2006/mar%C3%A7o/mtesp170306-federal.htm> > Acesso em: 22/01/07.

BBC Brasil.com **Uribe cobra eficiência de novos chefes do Exército colombiano**, 08/2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020816_colombiadi.shtml> Acesso em: jun. 2007.

BBC Brasil.com **EUA voltam a incluir Brasil em lista de drogas** 19/09/06. Disponível em : <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/09/060918_brasillistadrogascg.shtml> Acesso em: out. 2006.

BBC Brasil **Colômbia é 2º país com mais refugiados internos**. 19/04/06. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/04/060419_colombiadisplacedcg.shtml>. Acesso em: jan. 2007.

BBC Brasil **Pastrana dá novo prazo para acordo com as Farc**, 11/01/02. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020111_colombiars.shtml>. Acesso em: jan. 2007.

DEFESANET **Força Aérea e Polícia Federal destroem pista clandestina**. 06/11/2003 <<http://defesamet.web.terra.com.br/noticia/fabamazonia/>> Acesso em: jun. 2006

FOLHA de S. Paulo **Empresas dos EUA apóiam Plano Colômbia**, Caderno Mundo, 12/07/2001.

FOLHA de S. Paulo. **No quintal da Casa Branca**. Caderno Mais, 31/12/2004.

FOLHA de S. Paulo **Refugiados invadem a Amazônia pela fronteira Colombiana**”, p. A19, 05/03/2006.

FOLHA de S. Paulo **Colômbia não está só, diz chanceler**, p. A13. 08/09/2006,

FOLHA de S. Paulo **Brasil pode ter até 17 mil refugiados colombianos, diz Onu**. Caderno Mundo, 20/06/2007.

NOTICIAS ONU **Alto Comisionado para Refugiados visitará Ecuador y Colômbia**. 09/03/07. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?newsID=8985&criteria1=Colombia>>. Acesso em: out. 2007.

O ESTADO de S. Paulo **Brasil poderia ajudar com área para diálogo** Caderno Internacional, 20/06/2007

RADIOBRÁS **Brasil ainda não recorreu à Lei do abate, em vigor há dois anos.** 17/07/2006. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/10/17/materia.2006-10-17.5545571216/view>. Acesso em: jun. 2006.

REUTERS Brasil **Peru quer Congressos da A. Latina unidos por reféns da Colômbia.** 01/02/2008. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRB55713620080201>>. Acesso em: fev. 2008.

ZERO Hora Digital **Brasil receberá mais recurso dos EUA para o combate às drogas** Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/zh/25mar01.htm>> Acesso em: jan. 2007.

Sítios Pesquisados:

➤ *Governo dos Estados Unidos*

- DEA – www.usdoj.gov/dea/
- International Narcotic Control (INC) – www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt/
- Departamento de Estado dos EUA – www.state.gov/
- Departamento de Defesa dos EUA – www.defenselink.mil/
- Embaixada dos EUA no México – www.usembassy-mexico.gov
- Embaixada dos EUA na Colômbia – www.bogota.usembassy.gov/wwwsmame.shtml
- Foreign Military Financing (FMF) – www.dsca.osd.mil/home/foreign_military_financing%20_program.htm
- International Military Education and Training (IMET) – www.dsca.mil/home/international_military_education_training.htm
- SOUTHCOM – www.southcom.mil/

➤ *Governo da Colômbia*

- Presidência da Colômbia - www.presidencia.gov.co/
- Ministério de Defesa Nacional de Colômbia - www.mindefensa.gov.co/

➤ *Outros sítios relevantes* (Centros de Pesquisa, Organizações Multilaterais, Operações da Forças Armadas do Brasil):

- Associação Internacional de Jornalistas e Investigadores (ICIJ) – www.publicintegrity.org/icij/
- Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) - www.acnur.org/
- Center for International Policy (CIP) – www.ciponline.org/colombia
- Campanha pela Desmilitarização das Américas (CADA) – www.desmilitarizacion.info/
- Sistema de Vigilância Amazônica (SIVAM) – www.sivam.gov.br/
- Organização dos Estados Americanos (OEA) – www.oas.org
- MINUSTAH – www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/